

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NÍVEL MESTRADO**

FERNANDO LACERDA ROCHA

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE NOS EVENTOS DE JUNHO
DE 2013: Uma Análise Antissistêmica**

**Unai
2023**

FERNANDO LACERDA ROCHA

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE NOS EVENTOS DE JUNHO
DE 2013: Uma Análise Antissistêmica**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Pinho

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marília Verissimo Veronese

Unai

2023

R672p Rocha, Fernando Lacerda.
A participação do Movimento Passe Livre nos eventos de junho de 2013: uma análise antissistêmica / por Fernando Lacerda Rocha. – 2023.
108 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unai, MG, 2023.

Orientador: Dr. Carlos Eduardo Santos Pinho.

Coorientadora: Dr^a. Marília Verissimo Veronese.

1. Movimento Passe Livre. 2. Movimentos antissistêmicos. 3. Manifestações de junho de 2013. 4. Manifestações públicas. 5. Transporte. I. Título.

CDU: 323.233

Dedico este trabalho à eterna Professora Lara de Almeida de Windson (in memoriam), pessoa humana e prestativa que me ajudou a construir as primeiras linhas do projeto e me incentivou a seguir em frente. Dedico também aos amigos e familiares que foram suporte nos momentos de estresse e que me fizeram lembrar do objetivo que trilho na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas de programa que fizeram da trajetória do curso um caminho mais agradável, pois lutamos em várias frentes durante a pandemia da COVID-19, cada um segurando a mão do outro. Agraço também aos professores que não pouparam esforços para nos acolher e nos passar o tão rico conhecimento. Agradeço em especial ao Professor Dr. Carlos Eduardo Santos Pinho, meu orientador, que foi de importância ímpar na construção deste trabalho, sempre prestativo e proativo. Agradeço também à Professora Dr^a. Marília Veríssimo Veronese que contribuiu de forma cirúrgica para que a finalização do trabalho fosse exemplar em tempo.

RESUMO

As Manifestações de Junho de 2013 revelaram o descontentamento da população brasileira com a gestão política e social do país. Advindas de uma série de contestações pelo mundo, as manifestações foram orquestradas pelo Movimento Passe Livre e rapidamente inflamaram as cidades brasileiras, trazendo, de início, o problema do transporte público para a pauta do dia e, após, uma série de pautas difusas. Assim, o histórico do Movimento Passe Livre foi determinante para a relevância das Manifestações de Junho de 2013, sendo necessária a análise das suas contribuições para a sociedade brasileira no período e no pós-junho de 2013. Dessa forma, este trabalho ambicionou analisar a atuação e a contribuição do Movimento Passe Livre no contexto das Manifestações de 2013 e no período que se seguiu, analisando como a sua atuação autônoma e antissistêmica, no atual estágio do sistema-mundo, levou à luta pelo reconhecimento do direito ao transporte, pautando o problema da mobilidade urbana e o acesso às cidades. Para isso, foi feito um estudo exploratório com abordagem qualitativa, com a aplicação e a análise de instrumento de entrevista. Da análise das entrevistas, cotejando com a teoria, pode-se verificar que a atuação do Movimento Passe Livre foi essencial para o início e para a projeção das Manifestações, sendo que a maior contribuição foi didática: erigiu-se o transporte como direito social, pautando o problema da mobilidade urbana e do acesso às cidades, fazendo se propor o Sistema Único de Transporte; foram criados vários movimentos sociais com diversas pautas; houve aprendizagem de vários movimentos sociais **sobre** como fazer protesto social.

Palavras-Chave: Movimento Passe Livre. Movimentos Antissistêmicos. Manifestações de Junho de 2013.

ABSTRACT

The June 2013 demonstrations revealed the Brazilian population's dissatisfaction with the country's political and social conduction. Arising from a series of protests around the world, the demonstrations were orchestrated by the MPL (Movimento Passe Livre/Free Fare Movement) and quickly inflamed Brazilian cities. It brought, at first, the problem of public transport to the public agenda and, later, a series of diffuse agendas. Thus, the history of the Free Fare Movement was decisive for the success achieved in the Demonstrations of June 2013, making it necessary to analyze its contributions to Brazilian society in that period and in the post-June 2013 period, guiding the problem of urban mobility and access to cities. For this, an exploratory study with a qualitative approach was carried out, with the application and analysis of an interview instrument. From the analysis of the interviews, through the theory, it can be seen that the work of the Free Fare Movement was essential for the beginning and the projection of the Demonstrations, with the greatest contribution being didactic: transport was erected as a social right, guiding the problem of urban mobility and access to the cities, making the Unified Transport System proposed; several social movements were created with different agendas; there was learning from various social movements on how to carry out social protest.

Keywords: Free Fare Movement. Antisystemic Movements. June of 2013 demonstrations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lou Coban - Mapa que mostra aos países por estado comercial a fins do século XX utilizando a diferenciação do sistema mundial em países centrais (azul), países semi-periféricos (roxo) e países periféricos (vermelho), segundo a lista em Dunn, Kawano e Brewer (2000).	19
Figura 2 - Estrutura das relações sociais de reconhecimento	49
Figura 3 - Logotipo MPL	50
Figura 4 - Por uma vida sem catracas	51
Figura 5 - Conselhos municipais de transporte criados por ano.....	77
Figura 6 - Transporte público por ônibus: evolução das cidades com tarifa zero no Brasil	78
Figura 7 - Evolução do número de pessoas transportadas por mês em Mariana (MG)	80

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
PPGCA	Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
MPL	Movimento Passe Livre
MBL	Movimento Brasil Livre
SUT	Sistema Único de Transporte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 DO SISTEMA-MUNDO	15
2.2 MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE	23
2.2.1 Autonomia	31
2.3. LUTA PELO RECONHECIMENTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	35
2.3.1 A teoria da luta pelo reconhecimento	38
2.3.2 As dimensões do reconhecimento: amor, direito e solidariedade	41
2.4. MOVIMENTO PASSE LIVRE E DIREITO AO ACESSO ÀS CIDADES	50
2.4.1. Histórico	51
2.4.2. A Revolta do Buzu – 2003	52
2.4.3. Revolta das Catracas – 2004	53
2.4.4. Fundação MPL – 2005	55
2.5. O MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	55
2.6. O MOVIMENTO PASSE LIVRE E O PÓS 2013	58
2.7 A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE E A CRIAÇÃO DE PAUTA	64
2.7.1 O direito social ao transporte e a criação de pauta	64
2.7.2 A contribuição pedagógica do Movimento Passe Livre	68
2.7.3 A Tarifa Zero não era uma utopia	76
3 METODOLOGIA	85
3.1. INSTRUMENTO DE PESQUISA E PARTICIPANTES	85
4 DA ANÁLISE DA ENTREVISTA	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	98
ANEXO I	105
ANEXO II	108

1 INTRODUÇÃO

Os eventos em junho de 2013 mobilizaram uma massa de pessoas em várias cidades no Brasil e obtiveram repercussão em nível global, de modo a atrair os olhos do mundo para o país, revelando que “a população quer mais serviços públicos e de qualidade. Querem a atuação de um Estado social, pautada pelo imperativo de uma ordem jurídica que seja apta a resolver a nossa grave questão social, notadamente a desigualdade social” (MAIOR, 2013, p.147).

Manifestações que foram uma sequência das diversas manifestações que ocorreram em vários países desde a crise econômica mundial em 2008. Tal fenômeno pode ser interpretado como uma reação ao atual sistema-mundo capitalista, apresentado por Immanuel Wallerstein como em crise.

Assim, na perspectiva de Raquel Rolnik (2013, p. 10), as manifestações foram “como um terremoto que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos”.

Este trabalho ambicionou demonstrar a viabilidade e necessidade do estudo do foco das manifestações e da fagulha que as desencadeou, ou seja, o Movimento Passe Livre (MPL) e as suas contribuições no bojo antissistêmico brasileiro. Assim, de início, no centro, a análise da atuação do MPL – principalmente no que se refere ao direito às cidades, à autonomia, à luta pelo reconhecimento, consubstanciado no direito ao transporte público gratuito - foi de demasiada importância para o desenrolar da pesquisa. Investiguei como a sua ação, considerada como uma “rebeldia”, se propagou pelo Brasil na primeira fase das manifestações, despertando multidões e como se deu a sua atuação e as contribuições após os eventos de Junho de 2013, fazendo emergir o direito social ao transporte.

A averiguação do motivo que causou tamanha mobilização permeou por toda a pesquisa, envolvendo a sua estratégia, a organização – convocação através da internet e redes sociais, mídia ninja - e o histórico de lutas – sucessos e fracassos - desse Movimento Social, portando uma descendência miscigenada de

outros movimentos como a antiglobalização¹ e do movimento estudantil (ORTELLADO, 2013).

Nessa toada, fez-se necessária a análise e o desenvolvimento da teoria de movimentos antissistêmicos, com a abordagem de conceitos e processos que os caracterizam, dos novos movimentos antissistêmicos pós 1968, suas atuações e efeitos sobre a sociedade moderna, desenvolvendo a ideia da construção histórica de movimentos sociais que desaguaram na criação do MPL (com todos os fracassos e conquistas), até a atuação desse movimento nas manifestações de junho de 2013, relacionando com a ideia de movimento contra-hegemônico e autônomo. Em seguida, apresentou-se a atuação do movimento após as revoltas, demonstrando a permanência ou mudança de estratégias para garantir a sua autonomia e reafirmar a necessidade de se garantir o direito ao acesso às cidades através do transporte público gratuito.

Importante a apresentação da contribuição do movimento para a formação da agenda do transporte no país, passando de pauta secundária à pauta de evidência, garantidora de efetivação de outros direitos sociais.

Diante do cenário de atuação histórica e debate teórico conceitual, baseado em Immanuel Wallerstein, uma questão emerge: qual a contribuição do Movimento Passe Livre para as Manifestações de Junho de 2013 e como se manteve após essa data?

A resposta a essa pergunta ajudou a desenvolver o perfil do movimento e como a sua atuação vai de encontro ao sistema econômico-social posto, ajudando na construção da agenda do transporte gratuito em várias cidades brasileiras.

Dessa forma, houve a necessidade de uma abordagem da atual economia mundial, dada a crise global em 2008 – que desencadeou uma série de protestos a nível mundial - enfocando a real situação brasileira no Sistema-Mundo. Nisso, o pensamento teórico de Immanuel Wallerstein (1930-), Giovanni Arrighi (1937-2009), Carlos Antônio Aguirre Rojas (1955-), a análise da autonomia segundo Laval, Avritzer, Szwako, Dowbor, assim como a abordagem de classes de André Singer (1958-) e a luta pelo reconhecimento de Honneth foram necessários para representar consistentemente a atual crise de representação vivenciada pela

¹ A reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, nos Estados Unidos, em novembro de 1999, marcou o nascimento do movimento antiglobalização como uma força internacional. Cerca de 100 mil manifestantes foram às ruas de Seattle protestar contra o encontro, que só ocorreu após a prisão de mais de 600 manifestantes (LUIGI; PENNAFORTE, 2005).

população brasileira, revelando a distorção entre a sociedade brasileira e os seus “representantes políticos”, materializando-a como uma rejeição ao modelo atual do Sistema-Mundo.

Esses autores constroem o entendimento de como a luta pelo direito, orquestrada pela forma autônoma do Movimento Passe Livre, ao acesso às cidades, caracterizado pelo fornecimento do transporte coletivo gratuito, é necessária para se entender e criar alternativas para suprir as mazelas efetivadas pelo atual sistema-mundo capitalista, permitindo a criação de pautas primárias para a realização da dignidade da pessoa humana.

Além do enfoque teórico, realizou-se o estudo empírico, consistente em abordar a atuação do MPL em São Paulo – em maior intensidade, vez que as revoltas se iniciaram nesta cidade, buscando os principais personagens – atuantes e fundadores do MPL -, tomando notas sobre a conjuntura econômico-social do país; os entraves e facilidades durante a formação do movimento; o histórico de lutas; a organização, participação e contribuição do movimento para as jornadas de junho de 2013; e as perspectivas do movimento, dada a atual conjectura do sistema-mundo.

Conforme já exposto, o tema explorado e desenvolvido foi como se deu e se dá a atuação do Movimento Passe Livre num ambiente de movimento antissistêmico, abordando-se a luta pelo reconhecimento do direito ao passe gratuito de transporte como meio de acesso às cidades e ao desenvolvimento da pessoa humana.

Foram traçadas as seguintes hipóteses para respostas ao problema proposto, após o levantamento do referencial teórico e da pesquisa empírica: 1) A atuação do Movimento Passe Livre se enquadra como antissistêmica em virtude de reivindicar o reconhecimento do direito ao transporte gratuito a todos, demonstrando que o atual modelo de transporte exclui parcela da população do acesso às cidades; 2) O Movimento Passe Livre no contexto de luta sistêmica produz efeito nas políticas públicas ligadas ao passe livre para todas as pessoas que dependam no método de transporte coletivo; 3) A atuação do Movimento Passe Livre retrata o atual estágio do sistema-mundo ao desencadear revoltas que demonstram as mazelas da exclusão social no país.

Como objetivos, o principal foi analisar a participação do Movimento Passe Livre na conjuntura social, econômica e política brasileira, numa perspectiva Antissistêmica, levando-se em conta o atual estágio da Teoria do Sistema-Mundo.

Para tanto, teoricamente, houve uma abordagem da teoria dos movimentos antissistêmicos de Immanuel Wallerstein no sistema-mundo, com a avaliação dos efeitos da crise econômica e os ciclos de desenvolvimento e de retrocesso do Sistema-Mundo, balizando os efeitos no contexto brasileiro. Além disso, houve um processo de busca do histórico, da formação e do desenvolvimento do Movimento Passe Livre, relacionando à luta pelo direito às cidades com o transporte coletivo gratuito; houve a identificação e análise dos pontos que levaram o possível enquadramento do Movimento Passe Livre no contexto de luta Antissistêmica, contextualizando a teoria da luta pelo reconhecimento; e refletiu-se sobre a importância dos Movimentos Sociais para a tomada de decisão política, dado o período de crise sistêmica, analisando-se sob a chave da autonomia.

O estudo de movimentos sociais é de extrema importância e traz uma pragmaticidade ao ambiente de estudo e vivencial, uma vez que é inegável que para “compreender as múltiplas faces das lutas sociais, implica compreender um indivíduo fragmentado, heterogêneo e ambíguo” (CARVALHO, 2008, p. 228).

Aliado a isso, há muitos estudos sobre o inédito cenário vivenciado em junho de 2013 e após esse evento, a exemplo de Donadon (2016), Cayres (2017) e Soares (2017). Devido às proporções tomadas, um estado de dúvida surgiu nos atores políticos, fazendo-os repensar a sua forma de atuação e de enfrentar as mazelas da sociedade brasileira. Inclua a isso a retomada, após o recuo nos estudos científicos, de maneira mais abrangente a partir de 1980. Sobre esse tema, Brussi (2011, p. 383) relata que:

Independentemente das razões desse refluxo justamente em um campo onde a Ciência Social brasileira apresentava-se mais criativa e promissora, sendo referência inclusive para os centros acadêmicos mais prestigiosos do mundo – como nos casos das contribuições da escola Cepalina, da teoria da dependência e das análises do subimperialismo – o fato é que esse declínio coincidiu com o reconhecimento e expansão da perspectiva do sistema-mundo, uma proposta bastante original e promissora sobre o capitalismo mundial. Assim, por esse e outros motivos, essa estimulante abordagem interpretativa do desenvolvimento acabou por não ser devidamente conhecida e avaliada no meio acadêmico do país.

Houve também a curiosidade em se analisar a formação, o histórico e a atuação do MPL nas manifestações de junho de 2013, após as revoltas, sob a ótica da luta pelo reconhecimento, demonstrando como a sua autonomia fez gerar um incidente a nível nacional, juntamente com a sua articulação junto às ‘mídias ninjas’

– convocação dos protestos pelas redes sociais na internet – e ao Estado. Isso porquê:

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado. (ABERS; BÚLOW, 2011, p. 65)

Não se pode deixar de referendar a importância do estudo para o cenário brasileiro e mundial vivenciado após a crise mundial de 2008, cotejando com o momento histórico em que começam a colapsar todas as estruturas constituintes do sistema capitalista mundial, enquanto surgem, de maneira tímida, os germes das futuras formas organizacionais de uma emergente sociedade não capitalista, igualitária, justa e muito superior a essa velha sociedade capitalista, com pensamentos ecológicos – defesa da Mãe Terra -, negando a acumulação do capital e do lucro (ROJAS, 2010).

Brussi (2007, p. 97), em uma releitura de Wallerstein comungada com Rojas, conclui que:

Desse modo, por existir uma longa e única crise, com ocorrência irregular embora progressivamente superposta – crise econômica; crise política; crise de hegemonia; crise militar; crise da ciência; crise dos movimentos sociais – sobre determinando-se e tornando-se mais e mais complexa em cada período conjuntural dessa longa decadência em direção ao desaparecimento, o resultado para a ação e para a reflexão é que o campo de visualização possível tende a divergir.

Assim, o fim do capitalismo não seria a transição ao socialismo, o que Marx realmente criou foi a tese de que com o fim do capitalismo concluir-se-ia a longa história das sociedades humanas baseadas na divisão de classes sociais, encerrando-se o período da “pré-história” humana, supostamente abrindo caminho ao “reino da liberdade” (ROJAS, 2010, p. 15).

Nisso, a importância da análise desse período de crise, focado na atuação de um ator social que defende o transporte público gratuito como forma de minimizar o sofrimento do ser humano, de excluir a corrosão do salário pelo transporte, de reduzir os impactos na saúde pelo uso excessivo de transportes individuais etc.

Os que foram às ruas em junho foram cidadãos que estavam descontentes com a forma com a sociedade estava sendo gerida – em todos os campos -, “cidadãos comuns, que em alguns momentos também compartilham da apatia política, intercalada com momentos de cólera e negação da lógica do capital” (CARVALHO, 2008, p. 228), querem se ver reconhecidos e lutar pelos direitos consagrados na Constituição.

É necessária a ponderação se o atual modelo de Sistema-Mundo atende aos anseios das sociedades contemporâneas e qual a importância da atuação de Movimentos Sociais em manifestações contra o atual modelo de Sistema-Mundo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DO SISTEMA-MUNDO

Abordar a atuação de um movimento social e as implicações de sua ação traz necessariamente a exigência de contextualizar o ambiente no qual esses movimentos estão inseridos, com todas as suas mazelas e eventuais sucessos.

Assim, a atuação do MPL traz a ideia de movimento antissistêmico e a crítica ao modo de condução do sistema-mundo, e para essa análise, optamos por retomar os ensinamentos de Wallerstein, Rojas, Arrighi, Hopkins e Fotopoulos, fazendo-se uma construção histórica, pois esses autores trazem a ideia de um sistema-mundo pautado pelo processo de acumulação econômico e político.

Na contemporaneidade, para entendermos o significado de movimento antissistêmico – criada por Immanuel Wallerstein – é necessária integrar e trazer à baila a noção de sistema-mundo e capitalismo sistêmico. Assim, Wallerstein (apud ARRUDA, p. 171) descreve o sistema-mundo como:

(...)um sistema que possui limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação e coerência. Tem as características de um organismo, na medida em que possui um tempo de vida, no qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros. Os únicos sistemas reais são as economias relativamente autônomas, de subsistência e os sistemas mundiais. Desta última categoria somente existiram até agora duas variedades de sistemas-mundo. Impérios-mundo, nos quais existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que possa ser seu controle efetivo e, aqueles sistemas nos quais o sistema político único não existe sobre toda ou, virtualmente, toda sua extensão. Antes da época moderna as economias-mundo eram altamente instáveis e tendiam a converter-se em Impérios ou a desintegrar-se. A peculiaridade do moderno sistema mundial é a de que uma economia-mundo sobreviveu durante quinhentos anos e ainda não chegou a transformar-se num império-mundo, particularidade esta que é o segredo de sua força.

No que tange à Análise do Sistema-mundo desenvolvido por Wallerstein, Pennaforte (2020, p.18) explica que o criador da teoria assinala que o capitalismo foi originado pela crise do sistema feudal e a ascensão da Europa Ocidental à supremacia entre 1450 e 1670. Dessa forma, Wallerstein explica que um “sistema-mundo não é o sistema *do* mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido localizado, numa área menor que o globo inteiro” (Wallerstein, 2007, p.98-99).

Wallerstein apontava ainda que existem dois tipos de sistemas-mundo, os impérios mundiais e as economias-mundos. Segundo Pennaforte, em análise da teoria do autor, a diferenciação dos dois tipos de sistemas-mundo “ocorreria pelo fato que os Impérios mundiais seriam uma grande estrutura burocrática com centralização política e uma divisão de trabalho central, coexistindo culturas múltiplas” (2020, p. 18-19), já a economia-mundo, seria de ordem inversa, “caracterizaria por uma grande divisão central do trabalho, inúmeros centros políticos mantendo a coexistência de múltiplas culturas”.

Nesse sentido, Wallerstein, observando a expansão capitalista desde o século XVI, assevera que:

O mundo no qual nós estamos inseridos agora, ou seja, o sistema mundial moderno, teve suas origens no século XVI. Este sistema mundial foi então localizado em somente uma parte do globo, principalmente em regiões da Europa e das Américas. Ele se expandiu ao longo dos anos e atingiu todo o globo. É, e sempre foi, uma economia-mundo. É, e sempre foi, uma economia mundo capitalista. (WALLERSTEIN, Immanuel. Op. Cit., p. 23)

No mesmo contexto, para Wallerstein (*apud* ARRUDA, p.172) o capitalismo,

Foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continua, dentro de seus limites, múltiplos sistemas políticos. O capitalismo, como modo econômico, baseia-se no fato de que os fatores econômicos operam no seio de uma arena maior do que qualquer entidade política possa controlar totalmente. Neste sistema mundial existe uma intensa divisão do trabalho. Esta divisão não é meramente funcional, isto é, ocupacional, mas também geográfica.

Pennaforte (2020, p. 19) conclui que o “Capitalismo é compreendido como moderno sistema social, uma economia-mundo, que possui inúmeros centros políticos (Estados) que disputam a hegemonia do sistema”.

Para acompanhar e conhecer o atual sistema-mundo e como os movimentos antissistêmicos operam, necessário se faz tecer considerações sobre os ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo, seus altos e baixos e como a sua metamorfose opera nos vários períodos analisados pelos diversos autores que estudam o tema.

Pennaforte (2020) analisa que o livro de Giovanni Arrighi, O Longo Século XX, é de essencial importância para a análise dos ciclos do capitalismo e para a teoria da Análise do Sistema Mundo (ASM), vez que “a sua contribuição ocorreu na

análise da hegemonia sob inspiração gramsciana e nos ciclos de acumulação capitalista”.

Para Arrighi, o sistema capitalista teria passado por quatro ciclos sistêmicos de acumulação e expansão, sendo eles: 1) genovês; 2) holandês; 3) britânico; e 4) norte americano.

Assim, explica Pennaforte (2020, p. 22) que esses ciclos sistêmicos de acumulação de capital “constituem uma cadeia de estágios parcialmente superpostos, por meio dos quais a economia capitalista europeia transformou a economia mundial em um intenso sistema de trocas”.

Como ciclos de superposição, há na passagem de um para o outro, enquanto um está se aproximando do seu fim, o outro está se iniciando. O autor ainda informa que esta fase de superposição ocorre durante a chamada turbulência financeira do ciclo que está terminando.

O aspecto principal do perfil temporal do capitalismo histórico aqui esquematizado é a estrutura semelhante de todos os séculos longos. Todos esses constructos consistem em três segmentos ou períodos distintos: (1) um primeiro período de expansão financeira (que se estende de S_{n-1} a T_{n-1}), no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação (que vai de T_{n-1} a S_n), no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira (de S_n a T_n), no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar (no tempo T_n) o novo regime dominante (ARRIGHI, 1996, p. 219-220).

Assim, acompanhando Pennaforte (2020), a mudança no poder hegemônico ocorreria quando houvesse grandes expansões materiais e financeiras provocadas pelo acúmulo suficiente de um bloco, isso materializaria o domínio do sistema mundial. Segundo o autor, quando isso ocorre, um novo ciclo sistêmico de acumulação tem início.

No que tange ao desenvolvimento do capitalismo, Arrighi sustenta que a contribuição mais importante e perene para o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial encontra-se “no âmbito das finanças, durante o Renascimento italiano do final do século XIV e o início do século XV, que é o período do seu surgimento” (PENNAFORTE, 2020, p. 22).

Em seu livro, *O longo século XX*, Arrighi (1996, p. 111) traz os ciclos de acumulação já identificados acima, explicando o primeiro ciclo sistêmico, o genovês, *apud* Braudel, assinalando que “[...] a maturidade de todos os grandes desenvolvimentos da economia capitalista mundial é anunciada por uma guinada peculiar do comércio de mercadorias para o comércio de moedas”. Informa ainda que

À medida que se intensificaram as pressões competitivas e que houve uma escalada na luta pelo poder, o capital excedente, que já não encontrava investimentos lucrativos no comércio, foi mantido em estado de liquidez e usado para financiar a crescente dívida pública das cidades-Estado, cujo patrimônio e receita futura foram, assim, mais completamente alienados do que nunca a suas respectivas classes capitalistas.

Abordando o ponto máximo de expansão do capitalismo, Arrighi (1996, p. 129-130) informa que o ciclo de acumulação genovês trouxe:

[...] uma grande expansão material da economia mundial europeia, por meio de do estabelecimento de novas rotas de comércio e da incorporação de novas áreas de exploração comercial foi acompanhada por uma expansão financeira que acentuou o controle de capital sobre uma economia mundial ampliada. Além disso, uma classe capitalista claramente identificável (a genovesa) incentivou, supervisionou e se beneficiou das duas expansões, em virtude de uma estrutura de acumulação de capital que, em sua maior parte, já passara a existir quando a expansão material teve início.

Da análise do ciclo genovês, Arrighi conclui que esse seria o padrão do ciclo sistêmico de acumulação, sendo que os capitalistas genoveses seriam os precursores no século XVI desse padrão, fato que ocorreria mais três vezes.

Nessa toada, demonstra que após o ciclo genovês, vieram, subsequentemente, o ciclo holandês, o ciclo britânico e o ciclo estadunidense.

Explicando esses ciclos, Arrighi (1996, p. 204) relata que:

No ciclo holandês a sua supremacia comercial baseava-se em uma lógica capitalista de poder (representada pela fórmula D-T-D'), enquanto a supremacia comercial posterior, a inglesa que se inicia no início do século XVIII, baseou-se em uma síntese harmônica entre a lógica territorialista de poder (T-D-T') e a capitalista (D-T-D'). Essa síntese foi o fator fundamental para o regime inglês ter alcançado um ciclo sistêmico de acumulação muito mais avançado do que o holandês. O ciclo britânico caracterizou-se por processo contínuo de expansão, reestruturação e reorganização financeira da economia mundial capitalista. Os períodos de expansão financeira foram momentos em que aumentam as pressões competitivas tanto sobre os governos quanto nas empresas e comércio. Essas pressões favoreceram à expansão industrial inglesa, que se manteve na supremacia econômica mundial até o início do século XX.

Pennaforte (2020, p. 23 e 24), informa que este último é que nos interessa para a análise da atual conjectura, vez que seria “a expansão do moderno sistema mundial que ocorreu durante quase todo o século XX e entraria em crise na década de 1970”. Segundo ele, o ciclo econômico capitalista norte americano teve início “após o colapso hegemônico britânica”, sendo que eles surgiram como a principal potência econômica e, “após a Segunda Guerra Mundial, alcançaram a supremacia tecnológica e militar durante a Guerra Fria, e tornaram-se potência após o colapso do bloco socialista em 1989 e fim da URSS em 1991”.

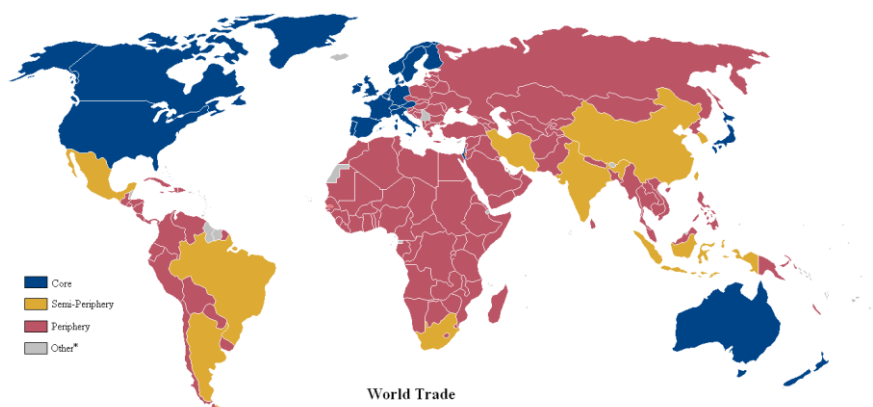
Wallerstein, utilizando a Teoria da Dependência¹, analisa que o modelo capitalista de sistema-mundo estabelece uma relação desigual e hierárquica entre as nações que o compõem, criando uma subdivisão no sistema em estados centrais, semiperiféricos e periféricos de acordo com o critério de desenvolvimento e exploração. Segundo essa teoria, o “capitalismo estaria baseado em uma estrutura independente. (...) A posição sistêmica de cada nação seria determinada, em larga medida, pela capacidade de desenvolvimento de suas forças sociais e econômicas” (PENNAFORTE, 2020, p. 25). Assim, Wallerstein (2011, p. 349) elucida que:

As economias-mundo são então divididas em estados centrais e áreas periféricas. [...] existem, também, áreas semiperiféricas que estão entre o núcleo e a periferia em uma série de dimensões, como a complexidade das atividades econômicas, a força das máquinas, a integridade cultural etc., algumas dessas áreas tinham sido áreas-núcleo de versões anteriores de uma dada economia-mundo. Algumas foram áreas periféricas que mais tarde foram promovidas, por assim dizer, como resultado da mudança geopolítica de uma economia mundial em expansão. A semiperiferia, no entanto, não é um artifício estatístico de cortes estatísticos, nem é uma categoria residual. A semiperiferia é um elemento estrutural de uma economia mundial. Essas áreas desempenham um papel paralelo àquele desempenhado *mutatis mutandis*, por grupos intermediários em um império [...].

Numa representação do mundo, de acordo com a teoria do sistema-mundo de Wallerstein, o globo poderia assim ser representado:

Figura 1 - Lou Coban - Mapa que mostra aos países por estado comercial a fins do século XX utilizando a diferenciação do sistema mundial em países centrais (azul), países semi-periféricos (roxo) e países periféricos (vermelho), segundo a lista em Dunn, Kawano e Brewer (2000).

¹ A Teoria da Dependência é uma formulação teórica originada nos anos 1950/1960, baseada em uma leitura crítica e marxista não dogmática dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%ADses_centrais

Assim, temos a perspectiva de que o Centro do sistema se configura por uma alta concentração de riquezas, produção tecnológica de ponta, com forte capacidade de exportação, além de reprodução cultural massificada. Segundo Pennaforte (2020, p. 25), “o comércio nacional e internacional é de grande envergadura e importante fonte de recursos para a manutenção financeira do Centro. Conforme a figura acima, essa área corresponderia a alguns países da Europa, aos EUA e ao Japão, recentemente, os EUA reconheceram, por projeto de lei na Câmara dos Deputados (aguarda posição do Senado) à China como país desenvolvido². Inclusive, estatísticas estimam que o país asiático alcançará o topo de primeira potência econômica mundial em 2028, ultrapassando os EUA³, conforme pesquisa do Centro de Pesquisa Econômica e de Negócios (CEBR).

Já a Periferia do sistema possui características opostas ao Centro, pois há baixo desenvolvimento tecnológico e social, há forte dependência da produção agrícola e extração mineral, possuindo baixo valor agregado aos produtos. No que tange à Semiperiferia, temos um nível intermediário entre o Central e a Periferia, pois há produção de alguns bens de maior valor agregado e a utilização de tecnologia está presente, embora com menor proporção.

Pennaforte (2020, p. 26) baseado em Wallerstein e Arrighi, assinala que “com essa configuração, a economia-mundo capitalista sob hegemonia

² <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/05/por-que-os-eua-querem-colocar-a-china-na-lista-de-paises-desenvolvidos.ghtml>

³ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/05/por-que-os-eua-querem-colocar-a-china-na-lista-de-paises-desenvolvidos.ghtml>; [https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55496970#:~:text=A%20China%20vai%20desbancar%20os,%2C%20na%20sigla%20em%20ingl%C3%AAs\);](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55496970#:~:text=A%20China%20vai%20desbancar%20os,%2C%20na%20sigla%20em%20ingl%C3%AAs);) <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55496970#:~:text=A%20China%20vai%20desbancar%20os,%2C%20na%20sigla%20em%20ingl%C3%AAs>).

estadunidense chegou ao século XXI em mais uma crise cíclica sistêmica, cujo início ocorreu na década de 1970 e chegou até o presente momento”. Wallerstein ainda informa que o sucesso dos EUA no pós-guerra é que trouxe condições para a sua própria decadência, veja:

O sucesso dos EUA como potência hegemônica no período do pós-guerra criou as condições para que a sua própria hegemonia fosse minada. Este processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas de setembro de 2001. Cada símbolo acresce ao anterior, culminando na situação em que os EUA se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar.

Neste contexto, podemos extrair dos autores lidos (Pennaforste, Arrighi e Wallerstein) que estamos, nos dias de hoje, vivendo um período da crise sistêmica de acumulação, “fato que favoreceria o surgimento de novas perspectivas antissistêmicas para a superação da atual fase” (PENNAFORTE, 2020, P.23). Chancela tal entendimento Wallerstein,

Estamos passando por uma transição em nosso atual sistema mundial, a economia mundial capitalista se transformará em outro sistema – ou em outros sistemas – mundiais.

Não sabemos se essa mudança será para melhor ou para pior. E não saberemos até que cheguemos lá, um processo que pode demorar ainda uns 50 anos a partir do momento em que estamos. Sabemos, no entanto, que o período de transição será um período difícil, será um período difícil para todos os que o vivenciarem.

Nesse contexto, a fim de estabelecer a análise Antissistêmica de Wallerstein, Pennaforste (2020, p. 36) revela que:

As rebeliões estudantis de maio 1968 (ou segundo Wallerstein, “Revoluções de 1968”) ocasionaram o surgimento de movimentos de contracultura na sociedade capitalista que repudiavam a lógica militarista e ideológica da disputa Capitalismo x Socialismo defendido por Washington. No final dos anos 1960, os blocos ideológicos apresentavam sinais de saturação ao não apresentarem propostas concretas para a superação da desigualdade econômica, social e política.

Tanto Wallerstein quanto Pennaforste admitem que o início da derrocada do ciclo capitalista estadunidense foi acentuado pela crise econômica de 2008, em que se comprovou que a ausência do Estado na regulamentação do mercado

provoca a contaminação da economia global. Sendo que o juro baixo e o farto crédito levaram ao aumento desenfreado do consumo nos EUA, sem políticas de regulamentação, houve uma espécie de financeirização da especulação, veja-se:

Uma variável importante é o campo econômico, onde o declínio estadunidense se acentuou ainda mais a partir de 2008. A crise ocorrida no mesmo ano, e que teve início na total desregulação do setor financeiro do país, contaminou a economia global e provocou a falência de inúmeros bancos estadunidenses e arruinou a vida de milhões de trabalhadores não só nos EUA como na Europa. Segundo as estatísticas os EUA possuem mais de meio milhão de sem-teto, apesar da recuperação econômica e do baixo desemprego no governo Donald Trump até a chegada da pandemia Covid-19 em 2020. O fato é que por meio de uma análise mais detalhada dos fatores que provocaram a crise financeira mundial, seu início foi decorrente dos calotes nos pagamentos de hipotecas habitacionais nos Estados Unidos. O juro baixo e o excesso de crédito no mercado estadunidense foram um convite para o aumento do consumo nos EUA. O estímulo à busca de financiamentos para a compra de casas próprias criou um boom imobiliário, principalmente entre a população de baixa renda estadunidense. Para financiar esses novos compradores, os bancos captavam recursos no mercado por meio da oferta de instrumentos financeiros atrelados às hipotecas de imóveis. Por outro lado, os juros voltaram a subir nos EUA para combater o avanço da inflação. A alta dos juros provocou um aumento no valor das prestações das casas próprias, enquanto o preço dos imóveis inversamente começou a cair. A inadimplência aumentou e os títulos que eram garantidos pelas hipotecas perderam valor.

Portanto, com juros mais altos, houve retração no consumo e no investimento, levando a uma menor expansão das economias, ocasionando demissões, ou seja, um cenário de crise que diminuiu a capacidade de investimento de empresas e países. Importante mencionar que neste período houve por parte da agência Stand & Poor's (05/08/2011) a redução da nota de capacidade de investimento dos EUA de AAA para AA+, o que levou Wallerstein a informar que:

A Standard & Poor's reduziu o rating de crédito dos Estados Unidos de AAA para AA+, outro fato "inédito". Mas isso é uma ação relativamente leve. A agência equivalente na China, Dagong, já reduziu a credibilidade dos Estados Unidos para A+ em novembro, e agora para A-. O economista peruano Oscar Ugarteche declarou que os Estados Unidos se tornaram uma "república de bananas". Ele diz que o país "escolheu a política do avestruz, como modo de não perder as esperanças [de melhora]". Em Lima, nessa última semana, o encontro dos ministros de Finanças dos países sul-americanos discutiu medidas urgentes para isolar a região dos efeitos do declínio econômico dos Estados Unidos.

Assim, para compreender a atual conjectura geopolítica, econômica e social, a Análise do Sistema-mundo se mostra essencial, vez que é uma importante

ferramenta analítica para o conhecimento e até mesmo crítica ao que vem acontecendo dentro do sistema capitalista desde o fim da Segunda Guerra Mundial (PENNAFORTE, 2020, p. 10-11).

Nesses momentos de enfraquecimentos é que podemos verificar brechas e até mesmo criação de movimentos que operam em desfavor do sistema posto, possibilitando enxergar que um outro modo é possível.

2.2 MOVIMENTOS ANTSSISTÊMICOS E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE

Quando se pensa em acumulação produtiva capitalista em ciclos, isso nos induz a pensar que os efeitos dessa acumulação atingem apenas a esfera econômica, o que não é verdade. A partir de um processo de globalização da acumulação ela alcança também a esfera social, política, cultural e jurídica, fazendo com que nos distanciemos dos princípios democráticos, numa eterna luta pela sobrevivência.

Nesse intenso ciclo de acumulação e renovação, há a necessidade em se pensar em alternativas ao modo de replicação do sistema, sendo que essas alternativas surgem em momentos de crise sistêmica, fazendo surgir o que Wallerstein cunhou como movimentos antissistêmicos.

Krumel (2018, p. 76) informa que:

O momento de transformações econômicas, políticas e sociais que estamos vivendo exigem uma discussão aprofundada e uma atuação política, tarefas estas intrínsecas e indispensáveis, segundo a perspectiva do Sistema-Mundo. Essas transformações são caracterizadas por processos históricos de mudança no capitalismo como sistema de acumulação produtiva, e que podem ser caracterizadas como crises inerentes ao sistema. As crises são ponto principal na perspectiva do Sistema-Mundo, visto que essa linha teórica de análise é expressão de uma crise geral que marcou o final da década de 1960. A compreensão destas mudanças parte do entendimento do que propõe Wallerstein na perspectiva de análise do Sistema-Mundo e do que propõe Arrighi na teoria da longa duração e ciclos sistêmicos de acumulação.

Pennaforte (2020, p. 42) informa que I. Wallerstein, nos anos 1970, “criou o termo ‘movimento antissistêmico’ para aglutinar dois tipos de movimentos históricos e populares originados na segunda metade do século XIX, mas ao mesmo tempo rivais: os ‘sociais’ e os ‘nacionais’”.

Nesse contexto, Wallerstein (2002, p. 29), na década de 60, verificou a existência de dois movimentos antagônicos – do ponto de vista de formação -, mas com pontos de convergência, ambos - Movimentos sociais e nacionais em um só termo, de acordo com o sistema-mundo.

Assim, os movimentos sociais definiram a opressão como a exploração dos empregadores sobre os assalariados, a burguesia sobre o proletariado, ou seja, estariam ligados aos partidos socialistas e aos sindicatos, tendo como objetivo acirrar a luta de classes. Sendo que as ideais da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – poderiam ser realizados. A “normalidade da mudança” e o povo como detentor da soberania popular legitimam os movimentos.

O termo ‘movimentos sociais’ refere-se às organizações sindicais e aos partidos socialistas, tendo como objetivo impulsionar a luta das classes contra a burguesia e contra os empresários no interior de cada Estado. Já os movimentos nacionais buscavam a criação de um Estado nacional, pelo agrupamento de unidades políticas pertencentes à nação e independência de Estados que eram considerados impérios opressores da nacionalidade (WALLERSTEIN, 2005).

Os movimentos nacionais, por outro lado, definiam a opressão como a exploração de um grupo étnico-nacional sobre o outro, estariam ligados à construção do estado-nação, seja na criação de um novo estado ou no processo de descolonização no pós-guerra. Sendo que os ideais poderiam ser realizados dando ao grupo oprimido uma igualdade jurídica criando uma estrutura paralela (ARRIGHI, G. et al, 1986, p.186).

Duas datas marcaram a linha dos movimentos antissistêmicos, 1848 (ARRIGHI et al, 1986, p.186) e 1968 – data marcante para os movimentos antissistêmicos, dado que, proeminentemente políticos, focavam os levantes nas estruturas “deste mundo”, não em religião ou outro aspecto.

Conforme análise de Pennaforte (2020, p. 42), os movimentos antissistêmicos haviam se organizado sob cinco aspectos até os anos de 1960:

Primeiro, a oposição à opressão tem sido uma constante do sistema mundial moderno. Contudo, antes de meados do século XIX, essa oposição era de curto prazo e ‘espontânea’ e, como tal, amplamente ineficaz no nível do sistema. Essa inovação teve importantes repercussões na dinâmica do sistema capitalista mundial [...].

Conforme resume Pennaforte (2020, p. 43), esse primeiro aspecto, segundo Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989, p. 29-30):

O primeiro aspecto seria a constatação que a opressão como forma de controle efetivo dos movimentos antissistêmicos foi perdendo sua eficácia no processo político do sistema-mundo capitalista no final do séc. XIX e início do séc. XX. O aspecto pilar se fundou nos séculos XIX e XX na perspectiva marxista do conflito entre classes sociais. Os movimentos sociais estariam dispostos a “substituir o capitalismo pelo socialismo.

Já o terceiro aspecto de organização estava na ideia de que os movimentos sociais poderiam controlar os Estados. No que tange o quarto aspecto está a ideia de que houve a falência de políticas públicas nos Estados menos desenvolvidos. E o quinto aspecto está a ideia de que a “inserção social das classes menos favorecidas dentro do próprio sistema não garantiu as condições mínimas de sobrevivência digna para essas pessoas” (PENNAFORTE, 2020, p. 43).

Assim, a pedra de toque desses movimentos evidenciados na década de 60 foi caracterizada em três pontos, quais sejam: primeiro que esses movimentos são semelhantes; segundo o fato de esses movimentos chegarem ao poder; e terceiro o fato de esses movimentos, uma vez no poder, não conseguirem mudar o mundo (WALLERSTEIN, I. 2014, p.160).

Analisando a obra de Wallerstein (2004, p 271), a ‘revolução’ de 1968 foi essencial para a formação dos novos movimentos antissistêmicos, vez que os objetivos trilhados pelos movimentos antecessores não aconteceram, ao contrário, “houve um processo de burocratização dos partidos socialistas e o afastamento das ideias revolucionárias em quase todo o mundo” (PENNAFORTE, 2020, p. 44)

Conforme já abordado por ARRIGHI (1986, p.189-190) nota-se a tendência dos movimentos antissistêmicos em “não conseguir mudar o mundo”, uma vez que ao passar o tempo, eles se enfraquecem e perdem o brilho, seja pelo fato do desaparecimento ou pelo fato de se transformarem, uma vez no poder, em movimentos pro-sistêmicos, utilizando as técnicas de reforma e não de revolução⁴.

⁴ Movimentos sociais que nascem como movimentos não antissistêmicos, mas que, em virtude de sua própria experiência e maturação, terminam por transformar-se e converter-se em sólidos movimentos realmente antissistêmicos. Por outro lado, é perfeitamente possível que movimentos genuinamente antissistêmicos, ao alcançar e conquistar o poder do Estado, mudem radicalmente para converter-se em movimentos simplesmente intrassistêmicos e até defensores do minimamente modificado “status quo”.

Machado (2019, p.22) argumenta ao contrário sobre esta característica dos movimentos antissistêmicos, para quem:

É comum ouvir que os movimentos sociais antissistêmicos não têm foco ou demanda clara. Mas talvez uma das grandes incompreensões que existem sobre o tema seja o fato de que os protestos não são um meio, mas um fim em si mesmo. Ou seja, o mais importante era o fato de as pessoas estarem juntas e experimentarem um mundo novo.

Justamente seguindo essa visão que Wallerstein (1988, p.587) conclui que “diante da visualização antissistêmica, a resposta do sistema tem sido o regime de “cooptação” ou repressão, situação insustentável no longo prazo”.

No contexto de novos movimentos antissistêmicos no pós-1968, Wallerstein (2004, p. 272) revela que surgiram quatro tentativas de movimentos, sendo eles: os maoísmos entre 1960 e 1970, os novos movimentos sociais, as organizações de defesa dos direitos humanos e, no final dos anos 1990, os movimentos antiglobalização.

Com relação a este último movimento, Pennaforte (2020, p. 44) revela que os as manifestações em Seattle em 1999, na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), “tornaram-se um marco na construção de uma frente Antissistêmica ao englobar sob uma única bandeira os movimentos sociais de diversos matizes e, ao mesmo tempo, grupos de atuação local e transnacional”.

Assim, conclui ele que o motor das manifestações era a aversão e o combate ao neoliberalismo e os efeitos que ele proporciona no tecido social, fomentando a morte, a desigualdade, a fome, ou seja, a desigualdade social a nível mundial. Outra manifestação importante foi a organizada pelo movimento social Occupy Wall Street⁵, em 2011, caracterizado pela desobediência cívica e a ocupação de logradouros públicos.

Machado (2019, p. 19) traz uma série de exemplos de protestos em todo o mundo, informando que o foco é o neoliberalismo austero.

⁵ O movimento ‘ocupa’ é um movimento antissistêmico, que segundo Wallerstein (1988) é uma articulação dos conceitos de Sistema-Mundo e capitalismo sistêmico que na prática lutam contra o modelo neoliberal. Para Wallerstein (1974, p.587), vivemos numa era de manifestações antissistêmicas. As consequências resultantes dessa expansão, das tensões e aprofundamento das contradições têm sido o crescimento dos movimentos antissistêmicos em escala mundial. “Movimentos de libertação nacional, insurgências proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas, revigoração de religiosidades,” são alguns exemplos lembrados pelo autor (KRUMEL, 2018, p. 80)

Ainda em 2011, diversos protestos ocorreram em países europeus, como Grécia, Islândia e Portugal, todos com foco antiausteridade. Na Espanha, os Indignados ocuparam a praça Puerta del Sol em Madrid e as ruas de diversas cidades, demonstrando insatisfação com a democracia representativa, a política institucional e a crise econômica. Em um momento de aumento do desemprego, o movimento Occupy Wall Street se espalhou por todos os Estados Unidos por meio de manifestações contra a austeridade e em defesa da democracia real, cujo slogan “Nós somos os 99%” fazia referência à crescente desigualdade de distribuição de renda no país, a favor dos cidadãos mais ricos (o “1%”).

Essa também é a conclusão de Krumel (2018, p.75), para quem esse sistema-mundo em seus sinais de crise oportunizam ao movimento “ocupa”, a caminhada “na direção de construir uma nova forma de vida social, distinta da que foi gestada pela globalização, que priorizou o mercado como produto da vida social e política do planeta.”

Em virtude de uma crise cíclica do capitalismo, Wallerstein informa que as manifestações antissistêmicas evidenciadas em todo o globo são derivadas da “expansão das contradições e tensões do capitalismo em escala mundial (CARVALHO, 2008, p. 216), “especificamente em um período de bifurcação e caos sob o ponto de vista sistêmico” (WALLERSTEIN, 2004, P. 276).

Assim, tais manifestações seriam “movimentos de libertação nacional, insurgências, proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas [...] (CARVALHO, 2008, p. 216). Os movimentos que se irrompem e têm objetivos e direções bem demarcados, sendo que:

Desta forma, é possível constatar, a priori, que os movimentos antissistêmicos englobam, atualmente, uma série de manifestações anti-hegemônicas, numa luta incessante contra o capital e o modelo neoliberal, visando à busca de alternativas para a construção de uma nova estrutura social e uma redefinição na arena econômica e política.

Nesse sentido de luta sistêmica, Pennaforte (2020, p. 45) leciona que independentemente se a atuação dos movimentos seja micro ou macro-escalar, se local ou transnacional, todos eles se deparam com um cenário “crise sistêmica e com uma realidade importante para a superação do atual sistema-mundo contemporâneo”.

Observa-se, em todo o globo, a organização de grupos sociais em torno de um “inimigo comum” como, por exemplo, o neoliberalismo ou a discriminação contra minorias. Assim, tendo em vista o caráter antissistêmico, conforme abordado

por esses autores, é possível formar as razões da criação de movimentos que têm pautas fixas, a exemplo do Movimento Passe Livre – MPL.

Destaca Krumel (2018, p. 85-86), em uma análise de revisão sobre o tema dos movimentos sociais, que alguns autores, ao se debruçarem sobre o as grandes mobilizações globais, nomeiam-nos de ‘novíssimos movimentos sociais’ (GOHN, 2004), ‘movimentos antissistêmicos’, por Wallerstein (2005) e ‘novos movimentos políticos’ (CARNEIRO, 2012). Todos convergem, segundo a autora, para a definição de que “as manifestações se caracterizam como reação aos efeitos da crise sistêmica do modo de produção capitalista, apresentando inovações nas estratégias de ação até então analisadas em outros movimentos sociais”.

Nesse sentido Krumel (2018, p. 85) revela que os movimentos que têm como estratégia a ocupação de espaços da cidade e que tem atuação autônoma “se apresentam contra as teorias que não reconhecem nos conflitos sociais outra unidade para além da formal, ligada aos setores institucionalizados.

No que tange aos movimentos antissistêmicos no Brasil, Machado (2019, p. 12) informa que:

De outro, olha-se para os novíssimos movimentos sociais, fundamentalmente antissistêmicos, como a nova onda do feminismo que explodiu no Brasil no século XXI e as formas emergentes de luta anticapitalista, que se pautam pelas questões de raça, gênero e sexualidade e que o mainstream intelectual, majoritariamente composto por homens brancos, ainda se recusa a tratar com a devida importância.

Isso adveio de uma onda de protestos em todo o mundo, pois “O colapso econômico ajudou a impulsionar a explosão de ocupações e protestos em massa no mundo todo”. Assim, “nessa primavera global de protestos, foi forjada na rua uma nova geração, que busca, na atuação microscópica e na ação direta, o afeto radical, a criatividade política e a horizontalidade” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 18).

É nesse viés que atua o Movimento Passe Livre, durante todos os seus históricos de luta, principalmente pela inauguração da horizontalidade de toma de decisões. Cotejando-se com a atuação do Movimento Passe Livre, uma espécie de movimento ‘ocupa’, importante a análise, diante do seu histórico, dado que o auge de sua atuação foi em junho de 2013, da possibilidade de enfraquecimento do movimento e se houve mudanças estratégicas nas atuações nas cidades no pós-2013. Isso porque houve disputas internas e debandada do movimento.

Antes de adentrar nas diversas atuações do Movimento Passe Livre, faz-se necessária a análise das origens do movimento, e o que levou a sua fundação em 2005 – no Fórum Social Mundial -, sob pena de uma perda ideológica focada nos movimentos estudantis.

Em entrevista ao Coletivo Tonha, Marcelo Pomar (2013), ao falar sobre o histórico que levou à criação do movimento com o atual formato ideológico, diz que:

Na realidade, temos que voltar um pouco no tempo para entender como se chegou à fundação do MPL. O passe livre é uma reivindicação histórica do movimento estudantil. Desde pelo menos o final dos anos 80 no Rio de Janeiro há movimentos desse tipo, com inclusive uma movimentação histórica quando o Brizola já era governador do estado. Os estudantes conseguiram garantir esse direito no Rio, e até hoje esse direito existe, de forma meio capenga, por conta de liminares de empresas de ônibus – vira e mexe esse direito é contestado. Então, depois da abertura política de 1985, o passe livre passou a fazer parte do ideário do conjunto de reivindicações históricas do movimento estudantil brasileiro, em especial o secundarista. Nós não inventamos essa história.

Nessa mesma ótica, Ortellado (2013) vai mais além e, ao ser perguntado se o MPL é uma espécie de continuidade do processo contra-hegemônico, informa que sim, “totalmente”:

O MPL tem duas origens: o movimento antiglobalização e outra que vem ideologicamente do trotskismo, mas que vem talvez mais que isso, do movimento estudantil pelo passe livre. Nos anos 1990 tem a luta forte pelo passe livre estudantil que traz como inspiração as conquistas no Rio de Janeiro, então tem uma tradição estudantil forte. Em Florianópolis, por conta do Juventude Revolução Independente, começaram a defender essa ideia da autonomia a partir do trotskismo.

Há de se deixar em evidência de que há controvérsia sobre esta declaração, quanto à ideologia trotskismo ter dado origem a este movimento.

Assim, ambos relatam a forte influência do movimento estudantil, como reivindicação histórica, desde a base de composição do movimento até os ideais que norteiam a sua atuação.

Diante de um histórico de sucessos e fracassos somado a uma estratégia de longa duração e um envolvimento social bastante abrangente, os protestos de junho de 2013, encabeçados, de início, pelo MPL trouxe ao palco Brasil a constatação que a sociedade brasileira não reconhece os seus representantes.

Singer (2013, p.24) elaborando uma análise sobre o início das manifestações, informa que:

os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho.

Num processo que se tornou muito maior que a questão da revogação de 20 centavos, as manifestações de junho se incendiaram por causa da fagulha chamada MPL, restando evidenciado que a pradaria estava seca, os ventos eram constantes e o ar seco (POMAR, 2013), merecendo um estudo profundo sobre a situação vivenciada à época.

Qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar (VAINE, 2013, p.64).

A luta do Movimento Passe Livre atrai a ideia de um direito nato à cidade, de forma coletiva, afirmando que o direito à cidade “não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais (HARVEY, 2013, p.47)”.

Em se tratando de um Movimento Social, conforme já abordado por ARRIGHI (1986, p.189-190) nota-se a tendência dos movimentos antissistêmicos em “não conseguir mudar o mundo”, uma vez que ao passar o tempo, eles se enfraquecem e perdem o brilho, seja pelo fato do desaparecimento ou pelo fato de se transformarem, uma vez no poder, em movimentos pro-sistêmicos, utilizando as técnicas de reforma e não de revolução⁶.

Justamente, seguindo essa visão, que Wallerstein (1988, p.587) conclui que “diante da visualização antissistêmica, a resposta do sistema tem sido o regime de “cooptação” ou repressão, situação insustentável no longo prazo”.

Assim, necessária a visualização do teor antissistêmico das manifestações de junho de 2013, embocada por um Movimento Social, cujas raízes remontam aos movimentos estudantis e antiglobalização. Além disso, necessária a abordagem de como os atores políticos receberam os fatos acontecidos e como

⁶ Movimentos sociais que nascem como movimentos não antissistêmicos, mas que, em virtude de sua própria experiência e maturação, terminam por transformar-se e converter-se em sólidos movimentos realmente antissistêmicos. Por outro lado, é perfeitamente possível que movimentos genuinamente antissistêmicos, ao alcançar e conquistar o poder do Estado, mudem radicalmente para converter-se em movimentos simplesmente intrassistêmicos e até defensores do minimamente modificado “status quo”.

reagiram diante deles. Tudo isso focando o ciclo de transformação do Sistema-mundo, além de demonstrar a luta pelo reconhecimento de direitos assegurados na Constituição.

Sendo certo que essa atuação anti-hegemônica do Movimento nos remete ao que Krumel (2018, p.88) expôs: “Vocês não nos representam”, há uma outra maneira de fazer política, inclusive negando a própria política posta, “e traz para as ruas e espaços públicos não só cartazes e palavras de ordem, mas principalmente o corpo presente dos sujeitos que se entendem portadores de direitos e principalmente capazes de promover mudanças”.

2.2.1 Autonomia

É notória a mudança na articulação da sociedade civil nas suas relações com o Estado nas últimas três décadas. No contexto do brasileiro, tivemos a proclamação de uma nova Constituição com um viés cidadão, considerando que direitos sociais são a chave do desenvolvimento da nação, além dos vários movimentos e manifestações em prol da democracia.

Lavalle e Szwako, revisitando a literatura de Avritzer (2002), informam que no Brasil somente se pode vislumbrar a existência da sociedade civil a partir da imposição do regime militar com início dos anos 60. Informam que somente dali que “passaria a merecer o rótulo sociedade civil, porquanto dotada de ‘densidade associativa’, ‘propensão crescente para a associação’, reivindicações de benefícios materiais para a ‘comunidade’, bem como ‘reivindicações pós-materiais’ (Lavalle e Szwako, 2015, p.161). Assim, cresceu a ideia de que o Estado, como representante da vontade do povo, deve fornecer as oportunidades para que os indivíduos pudessem desenvolver capacidades (FREITAS, 2016) ao pleno desenvolvimento das pessoas.

Citando Dowbor (2012), esses autores ao exemplificar o movimento sanitarista ocorrido na década de 1970, ponderam que esse movimento traçou como estratégia a utilização do “caminho institucional denominado pelos atores de ‘ocupação de espaços no Estado” e a “construção de um campo profissional da medicina social, mediante a criação de instituições de ensino e pesquisa, a definição de currículo e a regulação da profissão” (Lavalle e Szwako, 2015, p.169-170). Segue

os autores explicando que a estratégia escolhida por esse movimento foi a da interação com o Estado, respeitando as regras do jogo (IMMERGUT, 1996).

Interessante a reflexão de Lavallo e Szwako (2015, p. 170), ao esclarecer que devemos tomar cuidado ao utilizar a autonomia como um fim em si mesmo, devendo ela ser analisada nas situações em que ela é invocada, levando a crer que a análise da autonomia depende de uma análise teórica e empírica, tendo-se em mente que nos diversos processos que acercam não podemos presumir a ausência da interação com o Estado ou até mesmo a interação com o Estado, veja-se:

... porquanto sociedade civil e Estado são mutuamente constitutivos, a invocação da 'autonomia' não implica ausência de interação – conforme mostrado acima no caso do movimento sanitarista –, da mesma forma que sua não invocação tampouco implicaria submissão ao Estado ou qualquer forma de fusão com ele. Esse é um bom ponto de partida para se afastar tanto dos diagnósticos de 'insolidarismo' (cf. Alonso, 2011), típicos das interpretações da sociedade civil no século XIX, quanto do argumento do autonomismo e sua leitura da separação dicotômica entre Estado e sociedade civil no período do governo militar.

Nessa perspectiva, a autonomia pode adquirir alguns significados. Avritzer (2012, apud LAVALLE E SZWAKO, 2015, p. 174) informa que quanto aos atores sociais, a autonomia teria sido “entendida como agir sem pedir autorização do Estado e, ao mesmo tempo, ignorar os limites colocados pelo Estado à organização interna e externa das associações voluntárias”.

Oliveira e Dowbor (2018, p. 4), após ampla revisão bibliográfica, agruparam argumentos em três tipos de relação que o Movimento Social pode estabelecer com o Estado: (i) autonomia das práticas cotidianas na recusa da relação com o Estado, (ii) autonomia tática e organizacional no confronto político extrainstitucional com o Estado e (iii) autonomia como autodeterminação de formas organizacionais e de ação nas interações com o Estado.

Os autores explicam que, na busca da compreensão da categoria autonomia para explicar os movimentos sociais, deve-se ter em mente que a categoria não é totalizante, sendo utilizada

como um marco da ação dos movimentos, seja ela voltada ao Estado na melhor expressão do repertório de interação (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), seja ela entendida como expressão da forma organizacional (CLEMENS, 1993) ou ainda no desenvolvimento de práticas cotidianas (2018, p.5).

Explicam também que o termo guarda relação com outro objeto, pois quando um movimento se declara autônomo, ele se declara autônomo em relação a algo, alguma instituição que queira lhe impor uma forma de funcionamento.

Se o movimento diz que ele é autônomo na medida em que recusa a adotar as formas de organização reconhecidas pelo Estado, como escolha de representantes, por exemplo, ele reconhece o Estado como instituição capaz de dialogar apenas com representantes e lideranças.

Destacam há um ponto em comum na análise da categoria autonomia, qual seja, a “recusa da relação com o Estado” (2018, p. 7), sendo que

No centro desse tipo de argumento está a ideia de que a luta do movimento social para a transformação do status quo se dá a partir da criação de vivências que traduzem a visão do mundo do movimento e nas quais não se busca e/ou se rejeita interferência do Estado e de suas instituições.

Assim, a construção do próprio movimento se dá através da ausência de interferência do Estado (burocrático, com canais às vezes caóticos, canais participativos etc.). No texto de Dowbor, “Por que as ruas e não as instituições?”, a autora traz o modo de atuação do Movimento Passe Livre - que ficou conhecido nas “Revoltas de Junho de 2013” -, veja-se:

Por alguma razão, todo esse aparato institucional que torna o Brasil referência no assunto, é marginal para o MPL e também não se mostra como opção para os manifestantes. E nem sequer é mencionado nas análises da “descrença nos três poderes” (DOWBOR, 2013, p.6).

Assim, a dinâmica da análise da autonomia deve ser destacada em cada objeto de estudo, cada movimento social que se diz autônomo, traz variantes analíticas da atuação, expressando a sua forma de autonomia frente a um ator de relacional. Às vezes, “precisam recusá-lo para preservar sua capacidade de pensar e agir diferente” (OLIVEIRA e DOWBOR, 2018, p. 7), sob pena de dar azo à cooptação.

Ponto interessante, digno de questionamento, é como a autonomia se traduz também na característica de autofinanciamento, analisando-se os seus sistemas de trocas econômicas (POLANYI, 2000), em razão de que as trocas podem se dar de diversas formas, contribuição dos próprios integrantes, rede solidária de doação materiais etc.

Nesse sentido, podemos verificar o caráter antissistêmico/contra hegemônico desses movimentos, pois colocam o Estado como sistema posto, baseado nas leis e definições do sistema-mundo capitalista que atira as pessoas no “moinho satânico”, precificando tudo e todos, sem entregar qualquer oportunidade de se inserir ao sistema, excluindo-o.

Dessa forma, podemos conceber a categoria autonomia como uma lente analítica capaz de analisar a função destes movimentos sociais como contra hegemônicos e antissistêmicos, pois visam se afastar das influências do Estado, que na maioria das vezes tentam cooptá-los para que ocorra diálogos institucionais, passíveis de controle.

Concebe-se também a autonomia (categoria de análise) como forma de organizar a vida comum se revela um ponto de discussão, conforme Oliveira e Dowbor (2020, p.1), podendo ser construído um conceito de três possibilidades:

(i) a negação do Estado em si leva à construção de práticas sociais e políticas próprias nas quais a própria ação do movimento se dá a partir da construção de vivências que traduzem sua visão de mundo e nas quais não se busca e/ou se rejeita qualquer interferência do Estado e de suas instituições; (ii) a rejeição das formas de funcionamento do Estado e suas instituições leva a formas de organização alternativas e de ação com foco no confronto político extrainstitucional com o Estado, sendo ele alvo de reivindicações, de exigência de produção de políticas voltadas às demandas do movimento, de busca de reconhecimento e de pressão para que os objetivos do movimento se tornem ações e políticas do Estado; (iii) a negação daquilo que o Estado produz ou não produz em termos de políticas públicas leva à construção de propostas para as políticas públicas permeadas pela visão de mundo do movimento e que o movimento busca inserir nas instituições do Estado ao perceber oportunidades políticas para tal – como foi no caso dos progressismos latino-americanos.

Importante destacar, e isso será analisado no caso do Movimento Passe Livre, as inferências que Avritzer (2012, apud OLIVEIRA e DOWBOR, 2018, p. 11) no que tange à duração da autonomia dos movimentos sociais, devido que ela surge com a sociedade civil e transforma-se em interdependência após o processo da Constituinte. No caso do Brasil, houve reinvenções na forma de os Movimentos Sociais chamarem a atenção das autoridades, sendo desde passeatas, ocupações de prédios públicos, fechamentos de ruas e avenidas, criação de “memes” com a sua propagação, manifestações artísticas.

Nesse contexto, cabe analisar, esse é o foco deste trabalho, o histórico de formação do Movimento Passe Livre, traçando as suas estratégias, vitórias e

derrotas, permitindo a sua visibilidade nas “Revoltas de Junho de 2013”, além de se pesquisar sobre a atuação que se seguiu após esse momento.

Importante destacar a função dos movimentos sociais para a análise do direito ao acesso às cidades, na visão do transporte limpo, sendo que o período de análise era pós “revoltas de junho de 2013”, momento em que as instituições estavam ainda tentando interpretar as manifestações – inclusive resultou em inclusão do transporte como Direito Social no Art. 6º, da Constituição Federal, Emenda Constitucional 90/2015 - do ponto de vista social, econômico e político.

A categoria analítica “autonomia” nos permite o reconhecimento de uma forma diferente de visão, uma 3ª via para fazer valer as reivindicações, pois fogem da lógica sistematizada, hierarquizada, controlada, organizada, permitindo um alcance e pressão nas instituições que as vias “normais” não possuem. Nesse sentido, faz-se valer o direito ao reconhecimento a ter direitos e que nessa luta, todas as vias importam, demonstrando a versatilidade e competência dos movimentos sociais.

2.3. LUTA PELO RECONHECIMENTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A Teoria Crítica da sociedade nos fornece meios de analisar e interpretar os fatos sociais considerando a emancipação humana de condições de opressão. Com Axel Honneth, atual diretor da Escola de Frankfurt, essa teoria ganha mais uma complementação, com suporte teórico em Mead e Hegel, de uma *teoria do reconhecimento*.

As dimensões do reconhecimento, especificamente a do direito e da solidariedade, podem nos dar suporte teórico para analisar o histórico do Movimento Passe Livre (MPL) e demonstrar que o engajamento notado nas Revoltas de Junho de 2013 foi fruto de um histórico de fracassos e sucessos, viabilizando como a negação do desrespeito podem desencadear a luta social.

As categorias utilizadas por Axel Honneth para o desenvolvimento de sua Teoria Crítica da sociedade permitem analisar o histórico de formação do MPL, passando pelas manifestações de Salvador em 2003 – Revolta do Buzu-, Florianópolis em 2004 – Revolta das Catracas -, a criação do movimento no Fórum

Social Mundial, as manifestações de Junho de 2013 e o que se desenvolveu após o ápice das revoltas, no sentido de que as formas de desrespeito desenvolvidas pelo teórico nos ajudam a compreender como esse movimento se articulou durante todo o seu processo de formação até chegar ao nível de luta que conseguiram em 2013 e que se seguiu após.

Honneth (2003, 128) informa que o enquadramento dos movimentos sociais se daria nas formas de desrespeito da dimensão jurídica e da estima social, pois os movimentos sociais detêm a configuração de agentes de alerta precoce, ou seja, diante de injustiças diuturnas, eles seriam capazes de se articularem e agirem mais rapidamente para a luta.

Tal luta advém das duas formas de desrespeito analisado por Honneth, a exclusão e a privação de direitos e da degradação e ofensa, permitindo o engajamento dos atores sociais na tentativa de mudança do status quo. Conforme informa Gohn (2019, p.131), o MPL foi a via que permitiu a emergência dos novos movimentos sociais a partir de 2013. Nesse sentido, eles se opunham “a todas as formas burocráticas, hierarquizadas e centralizadas e assumindo um caráter de recusa à institucionalidade e valorização dos processos e práticas coletivas”, traduzindo-se na autonomia celebrada por Avritzer (2012), Lavallo e Szwako (2015) e Dowbor (2020).

Essa luta pelo reconhecimento nasce do sentimento de ver reconhecida que a velha política não mais se sustenta no atual estágio, buscando políticas emancipatórias que visam o comando direito da coletividade, numa visão de rechaçar a injustiça global que acompanha esse modelo de lidar com a coisa pública.

O sentimento que todos os brasileiros sentiam naquela altura, por isso se fala “não foi só por R\$0,20, foi alterada para um sentimento coletivo, o que permitiu a luta social, traduzida no levante de milhares de pessoas em diversas cidades do Brasil.

Nesse sentido, Honneth, citado por Gohn (2019, p.43), nos auxilia, informando que o motivo pelo qual permitiu-se a esse movimento tamanha expressão e engajamento foi a motivação moral, traduzindo-se no desrespeito aos direitos básicos do grupo social. Importante salientar que essa foi uma das razões para a grande adesão, mas não a única.

Assim, ele cita que a luta social é vista como “um processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p.257).

Mostra-se que o histórico de lutas desse coletivo é justificado pela teoria de Honneth na medida em que demonstra que “os modelos de conflito que começam pelos interesses coletivos são aqueles que atribuem o surgimento e o curso das lutas sociais à tentativa de grupos sociais de conservar ou aumentar seu poder de dispor de determinadas possibilidades de reprodução” (HONNETH, 2003, p.261).

Dessa forma, em todas essas atuações em que o MPL atuou como organizador, esteve presente o sentimento de injustiça, de negação ao reconhecimento de que todos os indivíduos devem ter acesso ao transporte gratuito e que o aumento de tarifas viola direitos básicos como os de acesso às cidades e a fruição de uma vida humana digna do cidadão (conceito universal informado por Honneth). Assim:

Sentimentos de desrespeito formam o cerne de experiências morais, inseridas na estrutura das interações sociais porque os sujeitos humanos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade psíquica; esses sentimentos de injustiça podem levar a ações coletivas, na medida em que são experienciadas por um círculo inteiro de sujeitos como típicos da própria situação social (HONNETH, p.261).

Levando-se em conta esse sentimento de desrespeito, é imperioso identificar nesse jogo de forças quem desrespeita e quem é desrespeitado. Para tal verificação, Chaves (2015, p. 40) propõe a seguinte pergunta: “Faz sentido dizer que a luta pelo passe livre e contra os obstáculos ao direito de ir e vir, luta por moradia e contra a especulação imobiliária, luta pela terra e contra o latifúndio, se trata especificamente de uma luta por reconhecimento?” A resposta é sempre ligada à questão de que a atual conjectura se traduz em lutas de classes, seja nos setores que reivindicam o reconhecimento de direitos ou naqueles que tentam impedir tal reconhecimento (traduzido nas reivindicações).

O reconhecimento, assim como colocado, faz emergir o engajamento que é fruto de um processo histórico de desrespeito contínuo. Nessa proporção, cabe

analisar o histórico do movimento que reivindica o passe livre a fim de garantir o Direito Constitucional ao transporte (Art. 6º, da Constituição Federal).

2.3.1 A teoria da luta pelo reconhecimento

Na sociedade, em um contexto histórico, sempre houve incontáveis conflitos envolvendo as mais diferentes reivindicações por parte dos cidadãos. A abordagem da teoria da luta por reconhecimento melhor se adapta ao contexto do pós-guerra, mais precisamente após as revoluções de 1968, em que se constatou a capilaridade de temas dos movimentos sociais contemporâneos.

Paiva (2018, p. 260) aponta que foi a redemocratização que trouxe a união dos movimentos sociais para a reivindicações “em novas concertações coletivas”, vez que tais lutas são fruto de negação de reconhecimento, de fruição de direitos negados, “cobrados no seu marco substantivo”.

Axel Honneth (2003, p.18), representante contemporâneo da Escola de Frankfurt, coloca o conflito social como ponto central da Teoria Crítica da Sociedade, enaltecendo que se deve pesquisar os conflitos que tem como origem no desrespeito social, “de um ataque à identidade pessoal ou coletiva”, com capacidade suficiente de provocar a mobilização no sentido de se fazer cessar tais atos de desrespeito, ou até mesmo restaurá-lo em um nível superior de reconhecimento.

A Teoria Crítica, nas suas mais variadas versões e adeptos, tem como objetivo “a reivindicação moderna da constituição de sujeitos autônomos, capazes de desenvolverem e de realizarem projetos para suas próprias vidas e, no limite, projetos de sociedade em forma de utopias concretas” (SABOTTKA, 2008, p. 01).

Assim, com base nos conflitos sociais que atingem os indivíduos ou coletividades, agredindo suas identidades, é possível perceber o que Honneth (2003) chama de “uma força moral” que alavanca o desenvolvimento social, principalmente no que tange às mobilizações dos movimentos sociais contemporâneos.

Honneth, de forma a contribuir para a Teoria Crítica da sociedade, coloca a figura do reconhecimento como problema central de pensamento. Permite-se, assim, baseado numa visão kantiana, a racionalização do problema nas revoltas da sociedade, concebendo que o homem não pode ser considerado desenvolvido e nem estar inserido num campo propício ao desenvolvimento se não for dado a ele o

reconhecimento do “ser” igual e autônomo. Dessa forma, os seres humanos são vulneráveis naquela maneira específica que denominamos “moral” porque eles devem sua identidade à construção de uma autorrelação prática que desde o início depende de ajuda e da afirmação de outros seres humanos” (HONNETH, 2007, p.137).

Para a construção da sua teoria da luta por reconhecimento, Honneth se utilizou, como suporte teórico, das bases da psicologia social de G. H. Mead, buscando “esclarecer os processos de mudança social reportando às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco (HONNETH, 2013, p. 155), na tentativa bem-sucedida de criação de uma teoria intersubjetiva.

Nessa base teórica, o reconhecimento se traduz como fundamento para a resistência política em uma sociedade, com suporte na eticidade (SÁ, 2014, p.4-5), em que as relações e práticas subjetivas dão-se além do poder estatal ou convicção moral, individual”.

Conforme observa SÁ (2014 p.4), em Hegel, “o indivíduo é, essencialmente, um ser histórico e em contínuo processo de formação, em constante busca por reconhecimento, ‘o ser-si-mesmo no ser-outro””.

Assim, o viver ético, segundo Hegel e adotado por Honneth, é composto por três dimensões ou momentos, quais sejam, o amor/família, o direito/sociedade civil e o Estado/solidariedade, cada um podendo ser negado/desrespeitado, gerando consequências que serão analisadas dentro do contexto da negação do outro.

Conforme dito alhures, a um nível intersubjetivo, o sujeito somente consegue se desenvolver bem em um ambiente sadio, em que se sente entendido (respeitado) como ser capaz de se relacionar e ponderar sobre o seu real significado em sociedade; para isso Honneth (2003, p.155) aduz que:

A reprodução da vida social sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa em seus parceiros de interação, como seus destinatários finais.

Honneth (2003, p. 125) informa que é em Mead (1988) que se consegue reconstruir a teoria de intersubjetividade do jovem Hegel, sob a análise que os seres humanos tecem a sua identidade a partir da interação de reconhecimento do outro.

Assim, além do Eu, Mead partilha com Hegel a ideia que está na luta pelo reconhecimento que a sociedade evolui moralmente.

Sobre o “Eu” e o “Me”, carece as seguintes observações a fim da construção do “self” (ideia de sentimento, de reconhecimento). Observa-se também que em Mead, Honneth busca a ideia de aprendizado e de assunção de papéis na vida social. Dessa forma o “Eu”, na construção do self, deve ser referido “à instância na personalidade humana responsável pela resposta criativa aos problemas práticos” (HONNETH, 2003, p.130); já o “Me” é o resultado da auto-regulação originária, com objetivo de trazer à tona a ideia de que o “o indivíduo só pode conscientizar-se de si mesmo na posição de objeto” (MORAES, 2006, p.77).

Conclui-se que tanto o “Eu” quanto o “Me”, acima descritos, são importantes para o pleno desenvolvimento do indivíduo em suas interações sociais, permitindo a ele um grau de previsibilidade do que seus atos podem causar em sociedade. Veja-se:

Tanto o Eu quanto o Me são indispensáveis e essenciais para a pessoa em sua plena expressão. É pelo desenvolvimento completo dessas duas estruturas do Self que o indivíduo, no que tange ao Me, pode adotar a atitude dos demais sujeitos de um determinado grupo, possibilitando-lhe pertencer a uma dada comunidade. O indivíduo pode, através do desenvolvimento do Eu, manter um processo constante de reação às atitudes sociais, o que lhe permite trocar, dentro do próprio processo cooperativo, da comunidade a qual pertence (MEAD, s. d., p. 224). Isso é assim pelo fato de o processo de individualização social exigir que os indivíduos sejam capazes de agir com autonomia e também de imprimir uma conduta consciente ao longo de suas vidas (MORAES, 2006, p.77).

Quanto à previsibilidade dos atos, tal noção surge quando o self estão em grau avançado de desenvolvimento, em seus dois níveis, o “Eu” e o “Me”. Assim a fim de fundamentar a atitude reativa em função do grau de negação do outro, há a necessidade de se discorrer sobre essa “força moral” que impulsiona as mobilizações dos indivíduos ou coletivos diante de situação de desrespeito e em qual grau de ofensa se deve observar para que haja a mobilização.

Seguindo tal premissa, Mead (apud MORAES, 2006, p.278) afirma que o “Me” funciona como regulador da impulsividade do “Eu”, permitindo a cooperação mútua diante das atitudes dos outros. Assim, “o controle social é a expressão do ‘Me’ em comparação com a expressão ‘Eu’. Estabelece os limites, proporciona a determinação que permite ao ‘Eu’, por assim dizer, empregar o ‘Me’ como o meio e chegar ao desenlace em que todos estão interessados”.

Conforme pontuado, o controle social seria a conservação e limitação dos impulsos do “Eu”, permitindo aos indivíduos a percepção das situações de desrespeito como caracterização da falta de negação ao reconhecimento. “Isso faz com que tanto o indivíduo desrespeitado quanto aquele que faltou com o respeito sejam capazes de comungar da mesma percepção acerca do ato praticado. Em outras palavras, as posições assimétricas dos sujeitos se fazem notadas” (MORAES, 2006, p.79).

Nessa toada, explica Honneth (2003, p.141), a abrasão entre estes atributos se traduz nas linhas gerais do conflito que deve explicar o desenvolvimento moral tanto dos indivíduos como das sociedades: “o “Me” incorpora, em defesa da respectiva coletividade, as normas convencionais que o sujeito procura constantemente ampliar por si mesmo, a fim de poder conferir expressão social a impulsividade e criatividade do seu “Eu””.

2.3.2 As dimensões do reconhecimento: amor, direito e solidariedade

Ao esboçar e exaltar as contribuições fornecidas por Hegel (elaboração de um modelo de conflito social de modo idealista) e Mead (elaboração de um modelo de conflito social de modo materialista) para a Teoria do Reconhecimento, Honneth (2003, p.156) resume que “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, agudo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades”.

Com o objetivo de suprir lacunas na tripartição das formas de reconhecimento quanto à justificação, Honneth (2003, p.156) informa que tal preenchimento se mostra necessário, pois “em que medida uma tal distinção na estrutura das relações da vida social acaba realmente em algo é o que se deve mostrar, independentemente dos textos aduzidos, fazendo-a concordar aproximativamente com os resultados da pesquisa empírica.

Desse modo, Honneth (2003, p.157) põe à prova a necessidade de que as três dimensões do reconhecimento possam ser efetivamente testáveis empiricamente, podendo ser demonstrado a partir de atribuição de fato “às

diferentes de reconhecimento recíproco diversas etapas de auto-relação prática do ser humano, o que se sugere a traços vagos na psicologia social de Mead”.

Na mesma medida, Honneth (2003, p. 157) informa que Mead e Hegel também não puderam expressar as “experiências sociais sob cuja pressão asseverada luta por reconhecimento deve originar no processo histórico”, ou seja, não conseguiram elaborar de maneira suficiente as formas de desrespeito correspondente às relações de reconhecimento:

tanto em Hegel como em Mead não se encontra uma consideração sistemática daquelas formas de desrespeito que podem tornar experienciável para os atores sociais, na qualidade de um equivalente negativo das correspondentes relações de reconhecimento, o fato do reconhecimento denegado.

Dessa forma, Honneth (2003, p. 157), a fim de sistematizar a sua teoria intersubjetiva do reconhecimento, trazendo a importância do reconhecimento para a formação da identidade do ser humano, elabora suas três dimensões: a esfera do amor, do direito e da solidariedade ou estima social. Isso tudo na tentativa de se estabelecer uma “conexão produtiva com os resultados das pesquisas científicas particulares” e de se mostrar “se os três padrões de relação se deixam realmente distinguir entre si como formas de reconhecimento, de tal modo que constituam tipos independentes no que concerne ao medium do reconhecimento, à espécie de auto-relação possibilitada e ao potencial de desenvolvimento moral”.

Moraes (2006, p. 73) infere que as três dimensões significam que “ao poder analisar, por si mesmo, as perspectivas, segundo as quais o agente é visto pelo demais indivíduos com os quais interage, ele é capaz de se perceber como ser dotado de propriedades e capacidades positivamente valoradas”, ou seja, o desenvolvimento dessas condições arma o agente com uma capacidade de reflexão de sua posição na sociedade, interagindo com os outros indivíduos em nível igual de respeito.

Tal posição também é adotada por Ventura (2009, p.160) ao fazer uma análise da contribuição dada por Honneth à Teoria do Reconhecimento. Segundo a autora “a subjetividade moral do ser humano e do agente social constitui-se dentro de relações intersubjetivas de luta por reconhecimento por meio do cuidado afetivo, do respeito e da estima social”.

Nessa toada, carece tecer considerações sobre essas dimensões a fim de compreender a escada de evolução pela qual o indivíduo passa e alcança o reconhecimento recíproco. A primeira dimensão, o amor, caracterizado nas relações primárias com elos emotivos fortes, partindo de um modo de emprego neutro, Honneth (2003, p. 159) constrói que:

Recomenda-se primeiramente um modo de emprego neutro o máximo possível: por relações amorosas devendo ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais e filho.

Assim, pelo desenvolvimento dessa dimensão, ao indivíduo é possível acessar a autoconfiança, já que “os indivíduos se “confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências” (HONNETH, 2009, p.160). Desse modo, na reciprocidade da relação amorosa, há uma unicidade dos indivíduos envolvidos de eles saberem que são dependentes um do outro e, dessa forma, “o próprio reconhecimento deve possuir aqui o caráter de assentimento e encorajamento afetivo; nesse sentido, essa relação de reconhecimento está também ligada de maneira necessária à existência corporal dos outros concretos, os quais demonstram entre si sentimentos de estima especial” (HONNETH, 2009, p.160).

A fim de interpretar o amor como um processo de reconhecimento, Honneth (2003, p. 164) se utiliza dos meios psicanalíticos de Donald W. Winnicott. Numa tentativa, Winnicott avalia a relação entre a mãe e o filho em seus iniciais dias, demonstrando a evolução do recém-nascido como fruto da cooperação intersubjetiva, pois “ambos os sujeitos estão incluídos inicialmente, por meio de operações ativas, no estado do ser um simbiótico, eles de certo modo precisam aprender do respectivo outro como eles têm de diferenciar-se em seres autônomos” (idem. p. 165).

Para descrever a intersubjetividade primária, Winnicott traça etapas que demonstram o amadurecimento, sendo que a primeira é designada como “dependência absoluta”, iniciada logo com o nascimento, ela significa que os dois parceiros de interação dependem aqui, na satisfação de suas carências, inteiramente um do outro, sem estar em condições de uma delimitação individual em face do respectivo outro (HONNETH, 2003, p.165-166). Aqui o bebê necessita de todos os cuidados da mãe/cuidador e é pelo colo que ele consegue compreender o

afeto dado pela genitora ou substituto, e começa a empreender nos seus atributos motores e sensoriais, desenvolvendo-se corporalmente, traduzindo-se em uma relação simbiótica:

Só no abrigo físico representado pelo "colo", o bebê pode aprender a coordenar suas experiências motórias e sensoriais em torno de um único centro de vivências, chegando assim ao desenvolvimento de um esquema corporal; por isso, uma vez que compete a atividade de 'colo' uma importância extraordinária para o desenvolvimento infantil (HONNETH, 2003, p. 166-167).

A segunda fase, chamada de "dependência relativa", em que ocorrem os pontos cruciais para o desenvolvimento infantil. Nessa fase, as relações entre mãe e filho dando a entender "como se constitui na relação entre mãe e filho aquele "ser-si-mesmo em um outro", o qual pode ser concebido como padrão elementar de todas as formas maduras de amor". Aqui ocorre para a criança o processo de desilusão baseado no aumento de sua autonomia de ação e na ausência de disposição da mãe para suprir seus interesses, ou seja, há o reconhecimento da mãe como objeto com direito próprio (HONNETH, 2003, p. 168).

Em resposta a essa indisposição da mãe, a criança começa a apresentar o que Winnicott chama de "destruição" e de "fenômenos transicionais". Os atos de destruição formam os meios construtivos com base nos quais a criança pode chegar a um reconhecimento da mãe, isento de ambivalência, como "um ser com direito próprio": se ela suporta seus atos destrutivos como pessoa capaz de resistência, chegando até mesmo a lhe dar, com negativas, ensejo a de erupções de fúria, então ele se torna capaz, através da integração de seus impulsos agressivos, de amá-la sem fantasias narcisísticas de onipotência (HONNETH, 2003, p. 168).

Aqui podemos verificar a "luta pelo reconhecimento" exposta por Hegel, na medida que só na tentativa de destruição de sua mãe, através de atos de fúria, mordidas e empurrões, ou seja, "na forma de uma luta, a criança vivencia o fato de que ela depende da atenção amorosa de uma pessoa existindo independentemente dela, como um ser com pretensões próprias" (HONNETH, 2003, p. 168).

Os Fenômenos Transacionais, nesse momento caracterizados pelos objetos, segundo Winnicott, consistem na forte inclinação das crianças de poucos meses de idade de contrair uma relação afetivamente investida com objetos de seu ambiente material, podendo ser brinquedos, pontas de travesseiro, o próprio

polegar. Esses objetos fornecem formações substitutivas para a mãe, que no estágio de desligamento foi compreendido pelo bebê como uma limitação a sua onipotência. Assim, Honneth (2003, p. 171) explica que “os objetos transicionais seriam de certo modo elos de intermediação ontológica entre a vivência primária do estar fundido e a experiência do estar separado”, ou seja, uma expansão direta das relações afetivas, do amor na dimensão do reconhecimento (*idem.*, p. 172).

Assim, Honneth concebe, com base nos estudos de Winnicott, que “a capacidade de estar só depende da confiança da criança na durabilidade da dedicação materna”, sendo que essa afirmação nos traz a noção da auto-relação de que o indivíduo pode vivenciar quando concebe ser amado por uma pessoa que se sabe independente e a ama da mesma forma.

Conquanto, forma-se aqui a confiança, derivada das relações de afeto, traduzindo-se na capacidade e segurança do indivíduo de estar só, ou seja, “a criança pequena, por se tornar segura do amor materno, alcança uma confiança em si mesma que lhe possibilita estar a sós despreocupadamente” (HONNETH, 2003, p. 174), alcançando o reconhecimento recíproco e a autoconfiança. Nesse sentido, Honneth diz que Hegel ao caracterizar o amor como base de toda a eticidade, pois “só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação reciprocamente querida, cria a medida de autoconfiança individual, que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (*idem.*, p.178).

Passada essa dimensão, mas a tendo como etapa e base para a dimensão do Direito,

Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um “outro generalizado”, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoas de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões (HONNETH, 2003, p. 179).

Nesse sentido, podemos entender que o que norteia a segunda dimensão do reconhecimento é a igualdade, dado que o indivíduo somente é reconhecido como ser moral a partir do momento em que esse mesmo status concedido a todos os outros como ambivalentes na relação jurídica, reconhecido como sujeito de direitos na medida que também é portador de deveres em relação aos outros.

Assim, contribuindo para os conceitos de Mead e Hegel, Honneth (2003, p.182), sobre a dimensão do direito, conclui que “obedecendo a mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais”.

Nas sociedades modernas, Honneth informa que os direitos individuais são desligados dos papéis sociais que cada indivíduo representava, sendo agora atribuído de forma igual a todos os sujeitos, não podendo a lei trazer distinções e indo mais além, deve a lei trazer meios de consolidação da igualdade, pois todo homem é livre. Não obstante essa lógica, ainda se percebe que o reconhecimento ainda está ligado à estrutura social, veja-se que “a eticidade convencional de semelhantes coletividades constitui um horizonte normativo em que a multiplicidade de direitos e deveres individuais continua vinculada as tarefas, distintamente avaliadas, no interior da estrutura social de cooperação” (HONNETH, 2003, p.183). Conclui-se, então, que na visão tradicional, o reconhecimento ainda está ligado à estima social, ou seja, no papel que o indivíduo representa na sociedade. Observa Honneth, que esse nexos só se dissolve:

na sequência do processo histórico que submete as relações jurídicas às exigências de uma moral pós-convencional; desde então, o reconhecimento como pessoa de direito, que, conforme sua ideia, deve se aplicar a todo sujeito na mesma medida, aparta-se a tal ponto do grau de estima social, que acabam originando-se duas formas distintas de respeito, cujos modos funcionais só podem ser analisados também em separado.

Assim, para a distinção das duas formas de respeito, necessário trazer à baila que elas são derivadas da ausência e do grau de estima social. Nesse sentido, Honneth (2003, p.185) se utiliza de Stephan L. Darwal, para quem a primeira forma de distinção é o *recognition respect*, traduzindo-se no “reconhecimento cognitivo do fato de tratar-se, quanto ao outro, de um ser com propriedades pessoais; nesse sentido, essa forma de respeito universalizado sempre mantém algo do significado daquela tomada de conhecimento empírico que já se encontra semanticamente na palavra “reconhecimento”. Dessa forma, “ter de reconhecer todo outro ser humano como uma pessoa significa, então, agir em relação a ele do modo a que nos obrigam moralmente as propriedades de uma pessoa” (*idem*. 186), portanto, deve-se ter em mente capacidades universais que enquadram todos os seres humanos como pessoa.

A partir dessa dimensão do reconhecimento, utilizando-se de Hegel e Mead, Honneth (idem. 194) informa que há uma continuidade da “luta por reconhecimento” no interior dessa esfera, “portanto, os confrontos práticos, que se seguem por conta da experiência do reconhecimento denegado ou do desrespeito, representam conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como do alcance social do status de uma pessoa de direito”. E assim a auto-relação originada pela dimensão jurídica é o auto-respeito:

Que o auto-respeito é para a relação jurídica o que a autoconfiança era para a relação amorosa é o que já se sugere pela logicidade com que os direitos se deixam conceber como signos anonimizados de um respeito social, da mesma maneira que o amor pode ser concebido como a expressão afetiva de uma dedicação, ainda que mantida a distância: enquanto este cria em todo ser humano o fundamento psíquico para poder confiar nos próprios impulsos carenciais, aqueles fazem surgir nele a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros.

Para concluir essa dimensão, o autor dispõe que somente a eleição de direitos universais é capaz de trazer à pessoa a imputabilidade moral de se desenvolver e reconhecer no outro características iguais, somente a adjudicação de direitos de forma igual pode conceder à pessoa o *status* de pessoa digna de respeito.

As agressões a essa dimensão são conhecidas como desrespeito que trazem consequências práticas, quais sejam, o fomento à luta por reconhecimento que pode se traduzir nos diversos tipos de ações individuais e coletivas. Coadunando com esta afirmação, Honneth (2003, p.197-198) informa que “os próprios grupos atingidos debatem publicamente a privação de direitos fundamentais, sob o ponto de vista de que, com o reconhecimento denegado, se perderam também as possibilidades do auto-respeito individual”.

Hegel e Mead, a fim de se chegar à tríade do reconhecimento recíproco informam que o ser humano para se sentir reconhecido, prosperar moralmente na sociedade e chegar a uma autorrelação inviolável, além do amor e do reconhecimento jurídico, necessita da estima social. Fazendo um alinhamento das ideias desses dois sobre a estima social, Honneth (2003, p.198-199) infere que a estima social só é concebível de maneira adequada quando a existência de um horizonte de valores intersubjetivamente partilhado é introduzida como seu pressuposto,

pois O Ego e o Alter só podem se estimar mutuamente como pessoas individualizadas sob a condição de partilharem a orientação pelos valores e objetivos que lhes sinalizam reciprocamente o significado ou a contribuição de suas propriedades pessoais para a vida do respectivo outro.

Honneth (2003, p.201) explica que a estima social está diretamente ligada com o contexto social, variável historicamente, em que os indivíduos estão inseridos. Assim, a estima social posta como está hoje advém de uma evolução histórica a ponto de não mais ser possível sua concepção em uma sociedade de estamentos. Dessa forma, “a mudança estrutural que isso põs em marcha é marcada, no plano de uma história conceitual, pela transição dos conceitos de honra as categorias da "reputação" ou "prestígio" social.

Por conseguinte, a reputação do indivíduo é estabelecida pela honra social⁷, que vai se estreitando até se tornar em prestígio social, traduzindo-se na medida de estima que o indivíduo goza socialmente quanto a suas realizações e a suas capacidades individuais. Nessa toada, Honneth (2003, p.206) aborda que a transformação da honra estabelecida pela sociedade de estamentos vai se transformando em uma honra não hierarquizada, necessitando de fundamentos objetivos e universais para que o indivíduo possa alcançar prestígio, ou seja, a “dignidade” e da privatização da honra até se tornar “integridade” subjetivamente definida. Assim,

"prestígio" ou a "reputação" referem-se somente ao grau de reconhecimento social que o indivíduo merece para sua forma de autorrealização, porque de algum modo contribui com ela a implementação prática dos objetivos da sociedade, abstratamente definidos; tudo na nova ordem individualizada do reconhecimento depende, por conseguinte, de como se determina o horizonte universal de valores, que ao mesmo tempo deve estar aberto a formas distintas de autorrealização, mas que deve poder servir também como um sistema predominante de estima.

Honneth (2003, p. 207) assevera, com auxílio em Bourdieu, que nas sociedades modernas as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente, na qual diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. E o que definirá a vitória será o clima de atenções públicas,

⁷ O termo honra designa em sociedades articuladas em estamentos a medida relativa de reputação social que uma pessoa é capaz de adquirir quando consegue cumprir habitualmente expectativas coletivas de comportamento social atadas eticamente ao status social (HONNETH, 2003, p.201).

veja que “quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social”, ou o que chamamos de reputação de seus componentes.

Nesse contexto, Honneth (2003, p. 209) desenvolve a noção de estima social como solidariedade, demonstrando que neste ambiente de grupo social em que os indivíduos se sentem inseridos e orgulhosos de estarem inseridos, uma espécie de honra coletiva, o “indivíduo se sabe aí como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros”. Assim, no interior do grupo social, as interações entre os indivíduos assumem o caráter de relações solidárias⁸, pois todos os indivíduos se sentem estimados na mesma medida.

Nessa terceira dimensão, conclui-se que o reconhecimento se identifica com a atribuição de valor a um indivíduo em sociedade, ou seja, a “confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como "valiosas" pelos demais membros da sociedade” (HONNETH, 2003, p. 210). Assim se desenvolve no indivíduo a noção ou relação-prática de autoestima.

Conclui-se, portanto, que Honneth ao desenvolver a sua teoria da luta por reconhecimento se utiliza do marco teórico de Hegel, a psicologia moral de Mead e as pesquisas empíricas de Winnicott para delinear como se desenvolve o reconhecimento intersubjetivo nas relações sociais, considerando a existência de três dimensões, quais sejam, o amor, o direito e a solidariedade. Veja-se a estrutura traçada por Honneth para demonstrar as relações sociais de reconhecimento.

Figura 2 - Estrutura das relações sociais de reconhecimento

⁸ Por "solidariedade" pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica (HONNETH, 2003, p.209).

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Auto-relação prática	Autoconfiança	Auto-respeito	Auto-estima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	"Honra", dignidade

Fonte: Honneth, 2003, p.211.

2.4. MOVIMENTO PASSE LIVRE E DIREITO AO ACESSO ÀS CIDADES

O Movimento Passe Livre, em sua própria conceituação disponível em seu site, informa que luta pela tarifa zero no transporte público, denominando-se:

O movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero!⁹

Assim, o desenvolvimento deste movimento se confunde com o traçado de sua história, desde a revolta do Buzu até a atualidade, sendo que o seu lema é “Por uma vida sem catracas. Seguindo essa construção, a catraca não representa apenas o símbolo de um transporte coletivo, mas de uma desigualdade instalada no seio da sociedade, demonstrando as diferenças entre ricos e pobres, negros e brancos e homens e mulheres. Esse movimento representa um não ao sistema socioeconômico hegemônico na atualidade.

Figura 3 - Logotipo MPL

⁹ Movimento Passe Livre. Carta de princípios. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>> . Acesso em: 24 jul. 2022.



Fonte: Instagram @passelivresp

Figura 4 - Por uma vida sem catracas



Fonte: Instagram @passelivresp

Feita tal consideração, merecem ser tecidas considerações sobre o direito às cidades, consubstanciado no direito social ao transporte, erigido a Direito Social no Art. 6º da Constituição Federal, através da EC 90/15 e atualmente, no Congresso Nacional a discussão do Sistema Único de Transporte.

2.4.1. Histórico

Conceituar o Movimento Passe Livre é complexo, pois essa construção deve levar em conta o histórico de lutas até a sua fundação durante o Fórum Social Mundial em 2005, em Porto Alegre, e as demais revoltas que foram orquestradas por esse movimento. Para isso, deve-se descrever cada uma das Revoltas pelo Brasil.

2.4.2. A Revolta do Buzu – 2003

De uma maneira geral, a Revolta do Buzu aconteceu em 2003, por motivo de aumento nos preços das passagens do transporte coletivo. Assim, como uma maneira de descontentamento, “iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano...”¹⁰, sendo “impossível calcular precisamente quantas pessoas participaram desses protestos, mas as estimativas giram em torno de 40 mil, e pode-se dizer que qualquer pessoa que tenha entre 24 e 34 anos hoje em dia e que morava na capital baiana participou daquela revolta” (HARVEY, 2013, p. 22).

Em entrevista, Ortellado (2013) mostra que o MPL nasce do aprendizado e que a revolta ocorrida em Salvador “foi um movimento espontâneo, de jovens – molecada mesmo, adolescentes, até pré-adolescentes – que saíram nas ruas e bloquearam a cidade durante vários dias contra o aumento das passagens e foram traídos pela UNE [União Nacional dos Estudantes]”.

O autor continua dizendo que a revolta continha um toque juvenil, pois “durante as aulas, secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios”.

A Revolta do Buzu, mesmo que não tenham conseguido rechaçar o aumento das passagens, ensinou aos manifestantes uma forma, mesmo que embrionária, de organização (HARVEY, 2013, p. 23). Nesse sentido, Ortellado (2013) ressalta que a “derrota”, talvez se deva pela falta de “instrumento político” e que o MPL “é a busca por aprender com esse erro, aprender com o processo espontâneo” e que quem experimentou essa estratégia de luta foram “os meninos de salvador”,

só que teve uma falha, já que não havia com quem negociar. E eles fracassaram, perderam bem perdido com a traição da UNE. E aí a ideia do MPL é dar um estamento político para essa luta, e fomentar essas revoltas que tinham nascido espontaneamente. Um grupo político vai fomentar uma revolta.

¹⁰ Teses sobre a Revolta do Buzu, disponível em:< <http://passapalavra.info/2011/09/46384>>. Acesso em 20 jun. 2015. As teses foram escritas entre dezembro de 2003 e dezembro de 2004 para um livro coletivo que, apesar da excelente qualidade dos artigos escritos, não encontrou editora que o publicasse.

Assim, ao falar sobre a Revolta do Buzu, em entrevista concedida ao Coletivo Tonha, Marcelo Pomar (2013) informa que:

Tudo isso consistiu em um conjunto de fatores subjetivos, quer dizer, ajudou a criar condições para que a gente pudesse ter um caldo de mobilização em Florianópolis para lutar por esse tema do transporte coletivo, inicialmente pelo passe livre, depois pela redução das tarifas. Também contribuiu para esse caldo subjetivo um grande movimento que aconteceu em agosto de 2003, em Salvador, que ficou conhecido como a Revolta do Buzú. Na época, circulava pelo Brasil um filme do cineasta argentino Carlos Prozac chamado Revolta do Buzú. Esse filme a gente passou nas escolas e nos serviu de grande estímulo. Ele demonstrava inclusive um perfil novo de juventude, mais desligado das entidades estudantis tradicionais, mas que estava disposto ao combate e em organização para luta por reivindicações. Nós nos identificamos muito com aquele movimento de Salvador. Então isso é um pouco do cenário desse caldo que nós tínhamos até 2004.

Com os ensaios da Revolta do Buzu, formou-se um campo de experiência que ajudou a orientar as revoltas em Florianópolis, chamada de Revolta das Catracas, manifestação essencial para a formação da experiência do movimento.

2.4.3. Revolta das Catracas – 2004

Com inspiração na Revolta do Buzu – estratégias e experiências -, a Revolta da Catraca aconteceu em Florianópolis, em 2004. Sob o enfoque das assembleias horizontais e a luta pelo transporte, os estudantes voltaram a pular os muros de suas escolas para protestarem contra o aumento da tarifa do transporte público (MPL, 2013, p.23-24), “ocupando terminais e bloqueando a ponte que dá acesso à ilha”.

Ao fim de dez dias de intensos protestos na cidade, o aumento foi revogado. Em 2005, houve novo aumento de tarifa em Florianópolis, e após três semanas de manifestações o aumento foi mais uma vez revogado. Assim, Marcelo Pomar (2013) identifica que a Revolta da Catraca abrangeu os anos de 2004 e 2005, com dois grandes movimentos, vejamos:

Nós mapeamos as escolas da cidade, fizemos um bom trabalho de base levando esse debate do passe livre, e realizamos uma série de manifestações de pequeno e médio porte entre os anos 2000 e 2004 que eu considero que criou um conjunto de condições subjetivas pra que em 2004 nós tivéssemos uma grande movimentação em Florianópolis, que ficou conhecida como a Revolta da Catraca. Essa revolta abrange os anos de 2004 e 2005 em que ocorreram dois movimentos grandiosos, movimentos de massa em Florianópolis, com cerca de 15 a 20 mil pessoas, o que para uma cidade de 400 mil habitantes é um negócio bastante significativo.

Foram movimentos que por dois anos seguidos barraram o aumento das tarifas, em 2004 e 2005.

Leo Vinícius (2005, p.7) relata que o MPL teve importância fundamental na revogação das tarifas em 2004 e 2005, pois, de acordo com sua manifestação:

Quando digo que o Movimento Passe-Livre era o próprio “olho do furacão”, não quero dizer simplesmente que ele teve uma participação importante ou central nos acontecimentos, mas que é realmente muito difícil imaginar que a revolta e o movimento contra o aumento das tarifas de 2004 e de 2005 tivessem acontecido – do jeito que aconteceram e com o resultado que tiveram – se o Movimento Passe-Livre não existisse. Ou melhor, se o Movimento Passe-livre não tivesse feito um trabalho anterior em torno da questão do transporte coletivo na cidade. Trabalho esse que se estende por anos...

O autor faz uma análise final das manifestações de 2005 (2005, p.57), dizendo que:

Uma conquista inestimável das mobilizações de 2005 foi ter conseguido lançar publicamente e ter difundido a ideia de municipalização dos transportes, que é um grande passo para a desmercantilização desse serviço. Com o fim das manifestações, a tendência é que essa discussão saia da ordem do dia. Mas de qualquer forma, ela já não é algo relativo a um grupo de extremistas como se suporia tempos atrás. E essas lutas sociais em torno da redução das tarifas de ônibus, tanto em Florianópolis, quanto em outros lugares, é algo que não pode ser mais abafado. É fato consumado que os estudantes e a população irão cada vez mais ir para as ruas mobilizados em torno dessa questão social.

O sucesso na revogação do aumento no preço das passagens nos transportes públicos se deu, em grande parte, pela experiência acumulada pelo Movimento Passe Livre, experiência derivada de derrotas e sucessos. Na esteira da história, esses acontecimentos desembocaram na fundação em 2005, no Fórum Mundial Social, do movimento social de transportes, como um movimento social autônomo, apartidário, horizontal, estratégico e com carta de princípios.

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações (MPL, 2013, p.24).

2.4.4. Fundação MPL – 2005

O MPL foi constituído numa plenária realizada em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a partir de grupos e coletivos que pautavam a luta pelo passe livre estudantil em várias cidades brasileiras (POMAR, 2013). A iniciativa da formação de um movimento articulado nacionalmente partiu da Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis, existente desde 2000, e que já havia organizado um encontro nacional na cidade em 2004.

A criação foi uma necessidade de integração dos jovens que partilham da mesma luta e visão política em relação a um movimento urbano que discutisse o problema do transporte urbano e do passe livre.

Daí surgiu a ideia de fundar o MPL. Uma organização que juntasse essas várias lutas do Brasil em torno do transporte, sobretudo em relação ao passe livre. Nós fizemos em novembro de 2004 um primeiro encontro. Esse encontro foi em Florianópolis e foi bastante bizarro. Deu uns grupos maoístas, deu tudo quanto é tipo de grupo. Foi num camping no norte da ilha, nos Ingleses. Foi uma experiência, e depois disso nós decidimos fazer um encontro nacional em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, em 2005. Fomos incentivados principalmente por Florianópolis por conta da experiência que nós tivemos, e por alguns contatos que nós tínhamos – e aí entra em particular uma outra organização que nos ajudou, sobretudo do ponto de vista de comunicação nacional, que foi o CMI (Centro de Mídia Independente)¹¹. E por isso, nesse processo embrionário do MPL, o CMI deu uma ajuda principalmente no que diz respeito à comunicação entre esses grupos. Assim, em janeiro de 2005, é fundado oficialmente o Movimento Passe Livre nacional (POMAR, 2013).

2.5. O MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Num processo que se tornou muito maior que a questão da revogação de 20 centavos, as manifestações de junho se incendiaram por causa da fagulha chamada MPL, resta evidenciado que a pradaria estava seca, os ventos eram constantes e o ar seco (POMAR, 2013).

Qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha

¹¹ O CMI era praticamente a expressão midiática do movimento antiglobalização. E o CMI era organizado, tinham vários grupos locais que se reuniam. Sempre funcionou como uma espécie de esqueleto da AGP, mais claramente organizado porque tinha coletivos, endereços, comunicação global, um site de referência. Foi muito importante para o movimento antiglobalização como um todo. E serviu como meio de difusão do MPL. Tanto é que acho que quase todos os primeiros MPLs em 2005 vieram de coletivos do CMI.

que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar (VAINE, 2013, p.64).

Assim, não só a revogação do aumento de tarifas traz um cunho essencial ao direito à cidade, mas também um transporte coletivo gratuito, visto que 85% da população vive nas cidades, segundo Marcelo Pomar (2013), em entrevista concedida ao Coletivo Tonha:

Há um problema quando você tem hoje 85% da população brasileira vivendo em cidades, e com questões urbanas que não foram resolvidas, a despeito do crescimento econômico que nós tivemos nos últimos tempos. Esse conjunto de questões urbanas pendentes será sim muito sensível e potencialmente explosivo caso a gente não o enfrente. Aí entra a questão do transporte e aí entra outras questões de característica urbana, como a questão da moradia, embora ache que o transporte tenha uma capilaridade maior. Porque quando se está falando do transporte, estamos lutando contra o aumento da tarifa de ônibus, mas é inegável que o problema do ônibus afeta o trânsito como um todo. Porque as pessoas optam por uma política de endividamento em 70, 80 parcelas para comprar o seu automóvel. A população brasileira está toda endividada. Nós temos uma frota de automóvel absurda na relação per capita, sobretudo nas grandes cidades. E as pessoas estão morrendo no trânsito. Nós perdemos 50 mil pessoas por ano no trânsito. É uma guerra que nós temos no Brasil. E essas questões estão relacionadas. Por tudo isso, não tenha dúvida que há uma potencialidade significativa nessa questão do transporte.

Quando analisamos a situação das estradas – um investimento maior no transporte individual do que no coletivo, as questões da saúde, como a poluição do ar, que causa problemas respiratórios, do meio ambiente, como a emissão de poluentes através dos automóveis -, da vida – parte do dia do cidadão é gasto na locomoção da casa para o trabalho e do trabalho para casa -, a questão do impacto de uma “tarifa 0” ou a redução da mesma se mostra pertinente, uma vez que é uma pauta de incremento à dignidade da pessoa humana.

Uma reação ao aumento de tarifas do transporte públicos levou o MPL a convocar as primeiras manifestações com cerca de 4 mil pessoas (SECCO, 2013, p.126)¹² em São Paulo no dia 6 (PESCHANSKI, 2013, p.106) e, “duas semanas depois, já somavam 1,4 milhão de pessoas em pelo menos 120 cidades – sem levar em consideração que não começaram como protestos ‘contra’ algo, mas como uma expressão coletiva ‘a favor’ de algo”.

Singer (2013, p.24) elaborando uma análise sobre o início das manifestações, informa que

¹² Lincoln Secco informa que seriam 2 mil pessoas no primeiro dia. p. 126.

os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho.

O objetivo, centrado na redução das tarifas, não foi alcançado de início, mas as convocações às manifestações seguiam sendo feitas pelas redes sociais, aumentando o público atingido e chamando todos para a causa.

Os manifestantes seguiam o modelo adotado pelo método do Movimento Passe Livre, percorrendo e paralisando as principais vias públicas por horas a fio, sempre com quizilas com a polícia. Isso identifica que, nessa forma de manifestação:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (MPL, 2013, p. 26-27).

Diante do recrudescimento policial, ordenado pelo governador paulista, Geraldo Alckmin (SINGER, 2013, p. 25), os números de manifestantes subiram, alcançando a marca de 20 mil – quinta-feira, 13 de junho -, segundo os organizadores; e 5 mil, de acordo com a PM.

Segundo Singer (2013, p.25), a primeira fase das manifestações engloba os dias 6, 10, 11 e 13 de junho de 2013, e a segunda fase, tendo em vista o “uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público”, inicia-se com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, “quando alcançou seu auge.

Na segunda-feira, 17 de junho de 2013, convocou a quarta jornada, que juntou em São Paulo 75 mil pessoas (SINGER, 2013, p.25).

Segundo Lincoln Secco (2013, p.126), “O quarto ato ainda foi pequeno, mas a repressão policial desencadeou uma onda de solidariedade ao MPL, o que levou ao ato seguinte cerca de 250 mil pessoas. O sexto ato manteve parte do ímpeto (18 de junho)”.

Muitos temas – de indignação – apareceram nos cartazes, como exemplo “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos

hospitais padrão FIFA”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição”.

Assim, na quarta-feira – 19 de junho -, “assustados, a prefeitura do município e o governo de São Paulo atendem à reivindicação e revogam o aumento da tarifa” (SINGER, 2013, p.26).

A vitória do movimento social traz em si uma estratégia já assimilada pelo seu histórico de luta, segundo Secco (2013, p. 126-127), a vitória se deu pelo aumento e persistência nas manifestações, “na dinâmica dos protestos de junho a maior alteração registrada (...) resultou da ação policial. O ataque a jornalistas e a um movimento com a aparente composição social de ‘classe média’ pode ter facilitado a solidariedade ao movimento”.

Desse modo, a atuação do MPL foi de extrema importância para o desencadeamento de eventos nas Manifestações de junho, talvez por ser uma organização horizontal e autonomista, mas dirigente. Segundo Secco (2013, p. 131), o MPL foi “o ator mais importante na primeira fase dos protestos”, pois empregou a sua estratégia na direção das revoltas, sendo um movimento que conseguiu se formar “de acordo com o próprio ritmo coletivo das ações de rua”.

O MPL, desta forma, com seu sentido de tática e estratégia, pôde convocar uma greve da metrópole, exprimindo condições singulares de luta e resistência já presentes na multidão.

Pôde, assim, desbloquear uma produção de subjetividade que já existia, imanente, entre as “massas”. Existente, porém represada, à espera da contingência para se realizar no tempo e espaço (CAVA, 2013, p. 312).

Sendo certo que “os militantes impediram frontalmente, e tendo por instrumento seu próprio corpo, nosso sagrado ir e vir, em nome da criação do direito de outros irem e virem”.

A difusão utópico-realista rompe o marasmo da política sem questionamentos, de pactos consensuais, e abre espaço para polarizações propositivas, articuladas a novos discursos e ideologias, com eventual reconfiguração da direita e da esquerda e seus respectivos projetos, em disputa, e formas de expressar seus interesses (PESCHANSCKI, 2013, p. 112).

2.6. O MOVIMENTO PASSE LIVRE E O PÓS 2013

Num processo que se tornou muito maior que a questão da revogação de 20 centavos, as manifestações de junho se incendiaram por causa da fagulha

chamada MPL. Resta evidenciado que a pradaria estava seca, os ventos eram constantes e o ar seco (POMAR, 2013).

Qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar (VAINE, 2013, p.64).

Os manifestantes seguem o modelo adotado pelo método do Movimento Passe Livre, percorrendo e paralisando as principais vias públicas por horas a fio, sempre com quizilas com a polícia, ou seja, sem qualquer interação com o Estado. Isso identifica que, nessa forma de manifestação:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (MPL, 2013, p. 26-27).

A vitória do movimento social traz em si uma estratégia já assimilada pelo seu histórico de luta. Segundo Secco (2013, p. 126-127), a vitória se deu pelo aumento e persistência nas manifestações, “na dinâmica dos protestos de junho a maior alteração registrada (...) resultou da ação policial. O ataque a jornalistas e a um movimento com a aparente composição social de ‘classe média’ pode ter facilitado a solidariedade ao movimento”.

Uma questão importante desta dissertação é perquirir: dada a expressividade da atuação nos eventos de Junho de 2013, qual a contribuição do Movimento Passe Livre para as Manifestações de Junho de 2013 e como se manteve após essa data?

O que se evidencia com os acontecimentos de Junho de 2013 é que ele, dadas as devidas proporções, legitimou o protesto social nas ruas, sendo convocadas principalmente por meio das mídias sociais, muitas das vezes deslocadas do campo político partidário, caracterizando autonomia em relação a partidos políticos e ao próprio Estado.

Gohn (2019, p. 155) indaga sobre o MPL, “O que ocorreu após junho de 2013? Segunda a autora, ele não desapareceu, e como será demonstrado, como todo movimento para se manter vivo, precisa modificar, ao menos temporariamente,

a sua estratégia. A autora ainda descreve que o movimento apenas “perdeu o protagonismo, teve divisões internas, dissidências¹³, por um tempo mudou sua estratégia de ação, voltou-se para a periferia e não mais apenas nas ruas centrais da cidade”.

Conforme bem observa Almeida et al (2020) corroborando com Gohn, após os eventos de 2013, houve uma tendência por parte das instituições em criminalizar os protestos, sendo através de legislações¹⁴ de cunho criminal, seja por aberturas de processos judiciais com foco nos líderes autonomistas seja com prisões com pano de fundo em dispersar os manifestantes. Analisando-se as manifestações convocadas pelo Movimento em 9 de janeiro de 2015, em São Paulo, em razão do aumento da tarifa de R\$ 3,00 para R\$ 3,50, houve mais de 53 detidos em mais de 5.000 manifestantes¹⁵.

Gohn (2019, p. 155) relata que após os atos de 2013, o movimento apoiou outras formas de protesto, como se pode verificar em sua página no Facebook, indo contra as obras da Copa do Mundo de 2014, contra o projeto Escola sem partido, e questões sociais atinentes à pandemia (Buzão lotado na pandemia é genocídio¹⁶), principalmente na periferia¹⁷.

Houve até mesmo notícias de seu fim, conforme informa, em entrevista, o militante Lucas Legume (2015), em crítica aos princípios¹⁸ do movimento. A horizontalidade resultou em uma ojeriza à especialização, "a discussão democrática abriu espaço para a rediscussão eterna das decisões" e "a mistura entre afinidades políticas e pessoais levou a uma fusão entre os círculos de amizade com os de militância". Assim, o autor interpreta que:

Considero que o MPL, ao não se pensar como um movimento inserido nas dinâmicas de lutas mais amplas dos trabalhadores e trabalhadoras, foi incapaz de superar seus próprios limites. Pensávamos que estaríamos imunes aos processos de burocratização que ocorrem em mobilizações

¹³ Em texto publicado no site passapalavra.info, o militante Legume Lucas, informou que saiu do MPL pelo fato de o movimento não ter conseguido se organizar nacionalmente. <http://passapalavra.info/2015/08/105592/>

¹⁴ Segundo a autora, cerca de 70 projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional relativos aos protestos e apenas dois deles para criar salvaguardas para os manifestantes. Relembre-se também a aprovação da Lei Antiterrorismo.

¹⁵ www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1573103-ato-contra-tarifa-tem-depredacao-e-bombas-de-efeito-moral-32-sao-detidos.shtml.

¹⁶ <https://www.facebook.com/passelivresp/>

¹⁷ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/03/o-que-o-movimento-passe-livre-deixou-de-heranca-4-anos-apos-as-jornadas-de-junho.htm>

¹⁸ Horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo.

vitoriosas. Entendo que a potencialidade transformadora de um movimento não é medida pela radicalidade de sua pauta, mas sim pela maneira como a mobilização em torno dela é capaz de produzir novas dinâmicas e experiências de luta. Por isso entendo que ao olhar para o próprio movimento e não para o transporte inserido na dinâmica da luta de classes, o MPL deixou de ser capaz de criar novas estruturas políticas e sociais, chegando ao seu fim.

No texto publicado no site “vice.com”, “Pra onde o MPL Está Indo?”, em reportagem de 04/02/2015, Lopes acompanhou três atos convocados pelo MPL na periferia da cidade de São Paulo, tendo constatado a mesma política de ação do movimento, o trabalho de base, com aulas sobre o potencial da tarifa zero e as benesses que o transporte gratuito oferece. Os eventos não tiveram grande adesão, mas segundo o membro do MPL, Vítor Santos, atingiram o objetivo que é formar uma maior articulação nas regiões periféricas (mais afetados pelo caos do transporte público), fortalecendo as lutas regionais e não somente no centro, veja-se:

Eficiência é questão de proposta e depende muito do que você se propõe a fazer. Aqui, a ideia é conversar com as pessoas que estão interessadas na luta por transporte na região para que elas venham somar com a gente. É um início de articulação, é um início de trabalho. (2015)¹⁹

Certo é que as manifestações pela tarifa zero, que permitiria uma maior mobilidade urbana continuaram, conforme aponta Gohn (2019, p. 155) o MPL “realizou atos pontuais em janeiro de 2015, 2016 e 2017... Em janeiro de 2018²⁰, o MPL voltou a protagonizar vários atos no centro de São Paulo, contra o novo aumento da tarifa do ônibus”, que subiu de R\$4,00 para R\$4,30. Nesse ato, o movimento manteve a estratégia utilizada em 2013, qual seja, divulgar o local e o trajeto do protesto somente no ato.

Gohn (2019), analisando os atos já dentro de uma nova conjuntura política (conservadora recrudescida), informa que em janeiro de 2019, “O MPL retorna à cena pública em São Paulo contra o reajuste de 7,5% nas tarifas de ônibus, trens e metrô”, numa tentativa de recomposição das perdas inflacionárias. Nesse ato,

¹⁹ <https://www.vice.com/pt/article/78z7ed/atos-periferia-campo-limpo-sao-miguel-pirituba-mpl-3-fevereiro-2015>.

²⁰ Diego Soares Thiago, membro do MPL, informa: “Vivemos um outro momento histórico. Não criamos expectativas e nem projetamos o tamanho dos atos daqui por diante. O importante é que a sociedade volte a discutir a questão do transporte”. Disponível em: <https://exame.com/brasil/nova-geracao-do-movimento-passe-livre-vai-as-ruas-contratarifa-de-ônibus/>

Segundo a imprensa, nos primeiros atos, 15 mil pessoas participaram do ato de protesto, com final semelhante a 2013 – depredação de agências bancárias. Mas o contexto político é totalmente diferente de 2013, em 2019 houve a promulgação do decreto estadual com legislação que restringiu e endureceu as regras para a realização de um protesto público, tais como, não se pode usar máscaras. Criou-se também um novo ator, o policial mediador, também chamado de os coletes azuis, para fazer a ponte entre representantes ou líderes dos protestos e o comando da Polícia Militar, em princípio para evitar cenas de violência.

Nota-se que os protestos e as estratégias, embora tendo sido ampliadas as ações para a periferia, continuam sendo empregadas como nos idos de junho de 2013. Em janeiro de 2020, o MPL voltou a realizar atos contra ou aumento na tarifa das passagens de ônibus, metrô e trem na cidade de São Paulo, em R\$0,10. Como resultado, houve confronto com a polícia, o que fez com que vários manifestantes fossem detidos já nos auspícios da legislação que endurece as medidas contra os protestos.

Interessante notar que o decreto foi alvo, por parte dos ativistas, de denúncia na Organização dos Estados Americanos, contra os protocolos da Polícia Militar e contra o decreto n. 64.074, de 18 de janeiro de 2019 de São Paulo que regula a conduta dos policiais, dando respaldo a confrontos com os manifestantes²¹.

Já em 2021, os atos se concentraram contra a suspensão da gratuidade da passagem para idosos de 60 a 64 anos pelo decreto municipal nº 60.037, de 30 de dezembro de 2020, com vigor a partir de fevereiro de 2021. Nessa manifestação²², utilizou-se a mesma estratégia, convocações que informariam o local e o trajeto de última hora, quebra de bloqueio de policiais e o confronto, sem obedecer às tentativas do Estado de preestabelecer rotas:

Às 18h20 a PM começou a aproximar as suas três colunas e a isolar os manifestantes, impedindo o fluxo de pedestres que começava a minguar. As negociações estavam a cargo do tenente Cruvel e a atitude da polícia era impositiva e ilegal. Ela não quis autorizar o deslocamento para a praça da Sé e depois seguir para a praça da República, que era o que o movimento queria fazer. Ele impunha um único itinerário, pela calçada, de lá para a praça da Sé. Houve pelo menos três encontros de negociação e acompanhei de perto. A atitude do tenente era escorregadia e bruta. Interrompia as negociadoras do MPL e insistiu na posição inconstitucional de arrogar para a PM o poder de determinar o percurso de uma

²¹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/23/bancada-ativista-na-alesp-denuncia-na-oea-acao-da-pm-e-decreto-de-doria-que-regulamenta-protestos.ghtml>

²² <https://outraspalavras.net/gavinadams/2021/02/04/ato-contra-o-corte-na-gratuidade-do-passe-livre-dos-idosos-no-transporte/>

manifestação garantida pela carta magna. Seu discurso era da segurança impositiva, cheio de “estamos aqui para sua própria segurança”, claramente um sofisma perverso. “Se vocês desobedecerem às determinações estará encerrado o ato”, determinou Cruvel. Disse ainda: “Vocês têm 15 minutos para preparar o pessoal e sair no deslocamento”. (..) Aí o movimento se adiantou, correu para a rua através da brecha e se pôs avante da massa policial. Lembrei de passeata dos secundaristas, onde seus corpos jovens e ágeis eram muito mais velozes do que os trintões meio gordos que tinham que correr atrás, bufando com seu equipamento pesado. O movimento de furar e adiantar-se trouxe descontrole ao comando policial, que teve que correr também e tentar impedir o avanço do movimento. Muita manobra, ordens gritadas e bate-cabeça. Minutos depois, as colunas policiais conseguiram cercar por dois lados e esmagar os manifestantes que estavam no meio, com pancadas e agressões, incluindo o rasgo da faixa. Duas manifestantes foram presas, muita gente apanhou.

Nota-se que embora o protagonismo do Movimento tenha minguado, ele segue no seu objetivo de trazer à tona a discussão do transporte público gratuito como uma forma de acesso às cidades. Conforme informa Gohn (2019, p.157), o movimento seguiu com a convocação de novos protestos,

os principais legados do MPL são seus elementos estruturantes, a saber: a forma de organização em coletivos – horizontais, com ação direta, flexíveis, sem ter as amarras hierárquicas de uma associação formal; o primado da cultura como eixo organizador de suas demandas, lastreada numa utopia, um ideal (passa livre para todos); postura apartidária (não antipartidos ou apolíticos); e o caráter educativo não formal que suas práticas geram.

Todas essas questões caracterizam o MPL como um discurso de autonomia dos novos movimentos sociais, Dowbor e Oliveira (2018, .12), sendo que “a escolha de táticas... se dá no processo ao qual buscam-se meios eficazes de chamar a atenção de autoridades e da opinião pública”, com a rejeição ao modus operandi do Estado. Isso o caracteriza como novo movimento social, “o caráter de novidade se alicerçava, portanto, na exaltação da organização espontânea, independente e autônoma diante do Estado, assumindo uma posição de oposição e de recusa à institucionalidade” (CAYRES, 2017, p. 85).

2.7 A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE E A CRIAÇÃO DE PAUTA

2.7.1 O direito social ao transporte e a criação de pauta

O direito ao transporte sofreu importante elevação categórica e qualitativa com a Emenda Constitucional 90/2015, passando a figurar como direito social previsto no Art. 6º da nossa Constituição Federal.

Através da Proposta de Emenda Constitucional 90/2011, de autoria da Deputada Luiza Erundina, em 29/09/2011, foi apresentada para discussão no Congresso Nacional a proposta para que o transporte fosse erigido à condição de direito fundamental, sob a seguinte justificativa

Vetor de desenvolvimento relacionado à produtividade e à qualidade de vida da população, sobretudo do contingente urbano, o transporte destaca-se na sociedade moderna pela relação com a mobilidade das pessoas, a oferta e o acesso aos bens e serviços. Como é de amplo conhecimento, a economia de qualquer país fundamenta-se na produção e no consumo de bens e serviços, como também no deslocamento das pessoas, ações que são mediadas pelo transporte. Desse modo, o transporte, notadamente o público, cumpre função social vital, uma vez que o maior ou menor acesso aos meios de transporte pode tornar-se determinante à própria emancipação social e o bem-estar daqueles segmentos que não possuem meios próprios de locomoção. Portanto, a evidente importância do transporte para o dinamismo da sociedade qualifica sua posição na relação dos direitos sociais expressos no art. 6º da Constituição. (BRASIL, 2011, p.1)

Nas diversas audiências públicas, pareceres, seminários e reuniões que foram consideradas no relatório da Comissão Especial Destinada a proferir parecer à proposta de Emenda à Constituição n.º 90-A, diversos seguimentos da sociedade civil opinaram e propuseram estudos que comprovam que o tema do transporte é essencial, pois garante a efetivação dos outros direitos sociais e traduz em afirmação da dignidade da pessoa humana.

Entre os argumentos utilizados nesse parecer utilizou-se os produzidos na audiência pública de 17/09/2013, em que o Sr. Nazareno Stanislau, representante do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte, argumentou que o transporte deve ser tratado como política pública, principalmente o transporte coletivo, sendo que “nos últimos anos, o uso e a propriedade do automóvel foram tratados como política de Estado, o que contribui para que as cidades brasileiras, hoje, estejam

inviabilizadas para soluções via automóvel” (BRASIL, 2013, p. 3). Já para o representante do Movimento Passe Livre, Marcelo Pomar:

o modelo de concessão vigente não mais serve aos anseios e direitos da população, e que o transporte deve ser encarado como responsabilidade política e social do Poder Público. Citou exemplos de remuneração do serviço por quilômetro rodado, e não por passageiro transportado, enfatizando, no entanto, que o debate capaz de trazer soluções para a questão da universalização de acesso ao transporte público não pode ser meramente técnico, mas, sim, político.

Demonstrando que o transporte foi transformado em mercadoria e que isso dificultaria a sua efetivação como direito social, Donizete Fernandes, em audiência pública realizada no dia 24/09/2013, destacou que “é essencial a priorização do transporte coletivo sobre o transporte individual, para o que se mostra necessária a garantia da qualidade do transporte público, bem como o controle social dos custos e tarifas do transporte”, informou também que “poucos grupos empresariais privados controlam os serviços de transporte nas grandes cidades, o que acaba por dificultar que o transporte seja efetivamente um direito social” (BRASIL, 2013, p. 5).

Na mesma audiência, Paulo César Marques revelou que as manifestações de junho de 2013 revelaram o colapso dos serviços públicos e a forma que as pessoas os visualizam, sendo certo que o transporte foi o motor dos levantes e que essa bandeira iria permear a pauta pelos próximos anos, já que a sua efetivação permite o acesso aos outros direitos sociais.

As manifestações de junho de 2013 revelaram as situações de colapso dos serviços públicos e de tragédia urbana, com destaque para a crise da mobilidade. Defendeu que quem precisa dos serviços de transportes não são apenas as pessoas que os utilizam, mas que a cidade como um todo depende dos deslocamentos realizados por esses serviços, razão pela qual o financiamento deve ser assumido pelo conjunto da sociedade, e não pelos usuários diretos, geralmente integrantes da parcela menos favorecida da população. Por fim, reforçou que mesmo que exista um planejamento urbano considerado ideal, que aproxime as pessoas de seus locais de deslocamento mais comuns, o transporte sempre será essencial para a garantia de diversos outros direitos constitucionais.

Anunciando a possibilidade de um corte de tarifas e até mesmo a tarifa zero, no Seminário Regional em São Paulo (BRASIL, 2013, p. 8-9), em 17/10/2013, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Nelson da Cruz e Everton

Octaviani trouxeram dados sobre a viabilidade do transporte público gratuito, demonstrando a experiência na cidade de Agudos/SP, informando que essa efetivação é uma decisão política.

a cidade de Agudos aderiu à tarifa zero dos ônibus, relatando que há dez anos, quando houve a proposta, a ideia foi considerada megalomaniaca, mas que o Poder Público local lutou para torná-la viável, o que trouxe reflexos positivos até mesmo para a economia da cidade.

Houve também nas discussões que precederam a aprovação da Emenda o alerta de que a implementação de um transporte efetivo impacta diretamente na saúde das pessoas. Assim, no Seminário Regional em Belo Horizonte/MG, em 31.10.2013, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG (BRASIL, 2013, p. 11), Tiago Flores “acredita que o transporte público acaba representando também um problema de saúde, devido ao estresse e cansaço provocados pelas grandes viagens”.

Outro ponto que merece destaque é que o atual modelo de transporte provoca exclusão das pessoas a outros direitos. Em Audiência Pública em 12.11.2013 (BRASIL, 2013, p. 15-16), para discussão sobre o transporte público sob a ótica das mulheres,

Gabriel Soares destacou as relações indevidas entre o Poder Público e as empresas de transporte, a falta de transparência nas planilhas de custos e o sucateamento generalizado dos sistemas de transporte público. Também citou **a falência social do sistema, visto que o transporte representa a segunda fonte de gastos das famílias que ganham até três salários mínimos por mês**. Ainda ressaltou dados de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, a qual aponta que, em 2010, **37 milhões de brasileiros não tinham acesso ao sistema de transporte, por não conseguirem pagar a tarifa**. Por fim afirmou que deve ser alterado o modelo de financiamento do sistema de transporte, que hoje é pago pelo usuário, para incluir os demais segmentos beneficiados pelo transporte público, como empresas, shopping centers e usuários de veículo.

Em voto do relatório da Comissão, foi exposto que a atual forma de transporte público se esgotou com as manifestações de junho de 2013, informando que há necessidade de discussão sobre esse direito para alinhar os anseios da população e os caminhos do país.

Certamente a mobilização popular contribuiu para mostrar que o atual modelo de transporte público existente na imensa maioria das cidades brasileiras, financiado pelo usuário e extremamente oneroso, quando não

proibitivo, para as classes mais necessitadas da população, está esgotado. É preciso iniciar um movimento, capitaneado pelo Poder Público, nas três esferas da Federação, para que a sociedade possa dividir de forma justa os custos do transporte público em nosso País.

O relatório da comissão foi além, informando que a inclusão do transporte como direito social não produz efeitos automáticos, mas coloca em pauta os debates para a sua efetivação. Essa conclusão corrobora os estudos de Leonardo Secchi (2012, p. 34), para quem a formação de agenda com a formação de políticas públicas necessita de ciclos, a começar com a identificação do problema

Um problema é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. Um problema público pode aparecer subitamente, por exemplo, uma catástrofe natural que afete a vida de pessoas de determinada região. Um problema público também pode ganhar importância aos poucos, como o congestionamento nas cidades ou a progressiva burocratização de procedimentos e serviços públicos. Um problema público pode estar presente por muito tempo, mas não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como o caso da favelização das periferias das grandes cidades.

Com a identificação dos problemas, pode haver a influência para que eles sejam incluídos na agenda²³ pública, a fim de serem discutidos e sanados, através de formulação de políticas públicas. Assim,

Política pública é uma diretriz elaborada para enfrentamento de um problema considerado público. O processo de implementação consiste nas ações de atores públicos e privados que almejam cumprir objetivos previamente definidos. Pode-se abordar analiticamente esse processo considerando a discricionariedade dos implementadores, os quais adaptam políticas de acordo com constrangimentos dos seus espaços de trabalho uma vez que interagem diretamente com beneficiários dos serviços prestados.

Nesta toada, na formação da pauta pública do transporte a identificação do problema foi essencial, tendo contribuído para isso as mobilizações de 2013, trazendo o fiasco do sistema de transporte. Nesse sentido, para Novacki (2018, p. 6-7),

²³ A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importante (SECCHI, 2010, p. 36).

Em 2013, com a possibilidade de aumento das passagens, devido a alegação de aumento nos custos de manutenção por parte das concessionárias, foi deflagrada uma mobilização nacional com forte repressão estatal, no sentido de levantar por iniciativa popular as prioridades governamentais frente as necessidades do país. Ficou latente a contradição de um país que elaborava e executava, nababescos projetos de autopropaganda externa para a realização da copa do mundo e a situação caótica em que se encontrava no trato com seus cidadãos.

A mobilização em torno do problema comum resultou na implementação efetiva da Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Uma das grandes inovações da Política Nacional de Mobilidade Urbana, é a previsão de que os municípios podem aplicar mecanismos de subsídio cruzado entre o transporte motorizado individual e o transporte público. Inovação, porque é uma medida que pode atenuar um problema que tira o sono dos planejadores urbanos: o alto custo do transporte individual motorizado para toda a sociedade. Índices de mortalidade altíssimos, congestionamentos, emissão de gases poluentes, perda da produtividade e redução da qualidade de vida, entre outros. Em geral, os custos dos serviços de transporte público no Brasil são cobertos pelas tarifas pagas pelos usuários, exceção é a cidade de São Paulo, que subsidia 31% dos custos do sistema municipal de ônibus. Entretanto, o recurso que custeia este programa na cidade de São Paulo é oriundo do orçamento municipal.

Hoje, podemos notar que o transporte está na agenda pública de diversos entes federativos, principalmente dos municípios, pois a efetivação do direito ao transporte levará à efetivação da dignidade da pessoa humana. Importante será a menção à Proposta de Emenda à Constituição que pretende criar o Sistema Único de Transporte.

Em voga, como será apresentado nos próximos tópicos, está a discussão sobre o que antes era uma utopia, o transporte público gratuito e a sua implementação em mais de 74 cidades do Brasil.

2.7.2 A contribuição pedagógica do Movimento Passe Livre

Iniciamos este tópico com a pergunta mais palustre: qual a contribuição do Movimento Passe Livre ao cenário brasileiro de 2013 e pós 2013?

Para ajudar a responder, Lucas Monteiro, o Legume, hoje professor de história, relembra que “Nós vimos a população tomar conta da cidade, vimos a população enfrentar, sem apoio algum a princípio, as duas maiores máquinas partidárias do Brasil na época, o PT e o PSDB, e a população ganhou”. Assim, de início, podemos perceber que a contribuição do MPL foi de pedagogia, de ensinar ou ao menos dar visibilidade de uma forma de organização de protesto a fim de tornar visível pautas que são caras à sociedade em um determinado período.

O MPL promoveu uma verdadeira aula ao não focar nas instituições políticas e utilizar a cidade para promover uma movimentação, para que a população percebesse e refletisse que a pauta da tarifa zero impacta diretamente no cotidiano. Nesse sentido, em entrevista, Monteiro (2023) revela que em relação às manifestações de junho de 2013:

Nossa primeira opção era não focar no prefeito, apenas na redução de tarifa, porque achávamos que haveria um desgaste atacar um político ou outro, porque perderíamos a base eleitoral desse político. Para fazer as manifestações neste momento, dependíamos de mobilizar boa parte do eleitorado do PT, porque tínhamos trabalhos em regiões como o M'Boi Mirim que eram próximos de trabalhos de base do PT. Embora eles sejam ressentidos do que fizemos em 2013, nosso esforço foi não focar na figura do prefeito. (...)

Em 2011 nosso foco foi muito grande no (Gilberto) Kassab, perseguimos ele pela cidade. Na luta de 2013, não focamos no prefeito, houve um esforço de não fazer isso, porque se pressionássemos o Haddad, ele nos chamaria para uma mesa de negociação e não sairíamos ganhando, porque nossa única pauta era a redução de passagem.

Então, nossa estratégia era usar a cidade e promover uma movimentação, para que a população refletisse sobre isso. Acontece que o prefeito lidou muito mal com isso, ele não conseguiu lidar com o fato de não querermos negociar e propor uma solução, mas tínhamos uma pauta única, que era redução de passagem.

A pedagogia dos atos do MPL também ajudou a direita a se encontrar e a se organizar, segundo Gadea (2018), em entrevista ao IHU Online, 2013 “abriu a sociedade, aparentemente fechada” e trouxe um “verdadeiro carnaval estético”, discorrendo que:

Carnaval não no sentido pejorativo a que possa se associar, mas sim no sentido da espetacularização, do exagero e da instauração de uma nova dinâmica, mais assentada no conflito frontal. A cultura foi o âmbito que, autonomizando-se, libertou novas energias que terminariam impactando a política na sua fragilidade e vazio decorrente do ciclo político anterior: feminismos, antirracismos, políticas do corpo, sexualidade, são exemplos disso. Evidentemente, estes fenômenos foram efeitos, por vezes, de políticas de governo concretas, mas também de uma circulação, na sociedade, de pautas e demandas que foram se desenvolvendo como correlato ao esvaziamento da política tal qual espaço de dirimir conflitos. Os conflitos terminaram migrando, logo de 2013, para o âmbito da cultura.

Ele segue analisando as contribuições de 2013, afirmando que houve uma inauguração de uma nova estética, que ela ainda é indefinida, que foi capaz de superar a estética da esquerda, mas ainda assim centrada em figuras de líderes imaginários salvacionistas e messiânicos. Dessa forma, o professor discorre que houve uma polarização interdependente de seus líderes,

Se de um lado, a esquerda não soube interpretar a força social de 2013, a direita fez isso muito bem, pois viu grupos extremistas alavancarem protestos e nas eleições que se seguiram, elegeram políticos que os representassem²⁴. Gadea informa que a esquerda e o sistema político não entenderam os protestos de 2013, segundo ele:

A esquerda não compreendeu, mas não só ela, sejamos sinceros. O sistema político não entendeu o que estava acontecendo. A Polícia tampouco. A presidenta, no seu momento, achou que era para se sentar e dialogar, sem antecipar que, justamente, Junho de 2013 era sinônimo de “fim do pacto”. Era para não se dialogar que junho de 2013 surgiu. Junho de 2013 era o produto da ação em rede, horizontal, amorfo e, por momentos, de formas variadas. O ciclo político petista nos tinha acostumado a um exercício do poder em que se teria institucionalizado o protesto no formato que o próprio ciclo teria construído. O que surgia fora dele era imediatamente banido e deslegitimado. Era fascista, próprio da nova direita, coxinha, insensível com os pobres, autoritário, racista, machista, et cetera. Curiosamente, muitos começaram a fazer parte desse grupo de críticos que tiveram que se esconder para não ser definidos por tais adjetivações. Novamente, a ideia era hegemonizar o discurso da crítica, e paradoxalmente isso se fazia desde o governo e os governistas.

No mesmo sentido, em entrevista, Monteiro (2023), interpreta que alguns partidos e grupos de direita não existiram sem as manifestações de 2013, ele revela que os integrantes do MBL “roubaram até o nome da gente. Isso é ridículo. A gente gritava ‘vem pra rua, vem’ e os caras fundam uma ONG chamada ‘Vem Pra Rua’”. Ele segue informando que as manifestações de 2013 ajudaram a direita a se encontrar e se organizar na rua, veja-se:

Essa direita só se encontra na rua depois que somos derrotados. Em 2014, eles eram absolutamente irrelevantes. Em 2014, o que aconteceu é que o PT passou o ano perseguindo movimento que lutava contra a Copa do Mundo e se afirmando como o partido da ordem. Os petistas dizem que 2013 foi responsável pelo golpe, mas em 2014 a Dilma foi reeleita, foram outras questões que fizeram isso com a Dilma, não a gente. Em democracias capitalistas saudáveis, por assim dizer, quando há grandes mobilizações de rua, criam-se novas estruturas para reincorporar essas demandas dentro do capitalismo, era isso que se esperava que o PT fizesse, enquanto partido da ordem. Mas o PT não fez isso, o PT terminou

²⁴ O ano de 2014 foi muito importante para entender a extrema-direita que saía do armário. Até aquele momento, diversas pessoas tinham vergonha de se dizer de direita. Desde então, elas têm orgulho. Foi em 2014 que o Brasil elegeu uma das bancadas mais conservadoras de sua história, em uma eleição já marcada por profundo ódio destilado contra os nordestinos. A vitória de Dilma foi apertadíssima (51,64% dos votos). Por um instante, eternizado em uma imagem que já virou um clássico na internet, seu oponente Aécio Neves chegou até a comemorar vitória na presença do amigo Luciano Huck. Aécio nunca aceitou o resultado das urnas, pedindo inclusive auditoria da votação. Desafiando a democracia, ele atiçava ainda mais uma horda que já estava a postos. (MACHADO, 2019, p.72)

negando essas manifestações. A direita tradicional também nega essas manifestações. Nesse sentido, essa energia social que estava nas ruas fica solta e quem conseguiu organizar essa força é a extrema direita.

Quando começam as manifestações, o PT se reafirma como partido da ordem, não como partida das mobilizações populares. Em 2014, há uma traição do próprio programa eleitoral do PT, eles alienaram parte da base que votou neles e do eleitorado de esquerda. Nesse sentido, quem consegue se organizar ali, naquele vácuo, é a extrema direita.

Esse também foi o entendimento de Gadea (2018), em entrevista para o Instituto Humanitas Unisinos, para quem a esquerda não compreendeu a pedagogia das manifestações. Para esse campo, o jeito de se conter e até mesmo atender pautas de movimentos sociais era o de “sentar e conversar”, mas junho veio para ensinar uma nova forma de se realizar protesto, que não conversava com os canais institucionais: “era para não se dialogar que junho surgiu. Junho de 2013 era o produto da ação em rede, horizontal, amorfo e, por momentos, de formas variadas”. Era o fim do que Machado (2019, p. 37) chamou de “promiscuidade presente na burocracia, nas licenças e nas regulamentações entre agentes do Estado e do mercado, a qual culminava em uma forma de violência institucional”.

A pedagogia inaugurada a partir das manifestações de 2013 demonstrou o que Romão (2021) quis dizer como “democracia além da conta”, vez que a abertura aos movimentos sociais promovida pelos governos Lula e Dilma não estava sob controle. “Os novos movimentos, que se originaram em decorrência da manutenção da precariedade, já não estavam mais neste pacto” (TAMANHA, 2022, p. 164).

Pinheiro-Machado (2019, p. 21) também faz essa análise global, sendo que para ela:

Os protestos da virada do milênio por justiça mundial e contra a globalização corporativa que ocorreram em várias cidades do mundo, como no encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999, eram, em essência, transnacionais. A diferença para esse novo ciclo de insurgências no século XXI é que o mais recente manifesta um forte componente de indignação nacional: são a democracia, a transparência e o bem-estar dos habitantes de cada país que estão sendo reivindicados contra o capital financeiro global, que apenas atua para a sua própria reprodução. *A propósito, é a extrema-direita quem saberá ler e aproveitar, de forma oportunista, essa dimensão nacional, bem como a insatisfação generalizada contra a globalização.* (grifo nosso)

A autora segue informando que esse fenômeno não aconteceu apenas no Brasil, foi global, pois soube canalizar os anseios e trabalhar os problemas através do discurso e símbolos nacionais.

No mundo todo, e não foi diferente no Brasil, a nova direita surfou na insatisfação latente, direcionando-a e organizando-a para o lado do autoritarismo e do conservadorismo. A direita soube canalizar a revolta melhor do que a esquerda, e um dos motivos pelos quais isso tem ocorrido é que ela chega à disputa com um arsenal de recursos financeiros e tecnológicos muitas vezes inescrupulosos, como a máquina de fake news da Cambridge Analytica, empresa de Steve Bannon que desempenhou um papel decisivo no Brexit, na Inglaterra, e na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 24-25)

Um importante nota sobre as manifestações de 2013 e as que se seguiram ao longo da década é dada por Pleyers (2018, p. 32), ao notar que as mobilizações utilizaram símbolos nacionais:

La importancia de la dimensión nacional es también una característica de muchas movilizaciones en esta década. Durante el transcurso de las revoluciones árabes, así como en las movilizaciones de junio de 2013 en Brasil, las banderas nacionales estuvieron muy presentes.

Assim, o MPL inaugurou um novo ciclo de protestos com a utilização de novas ferramentas que já estava à disposição, a exemplo a mídia ninja (redes sociais facebook, whatsapp, instagram, telegram) e que se a esquerda tivesse interpretado fora da institucionalidade, teria canalizado aquela força social em seu favor, mas ao contrário, passou a banir, deslegitimar, criminalizar e perseguir.

As Jornadas de Junho de 2013 mostraram que, para as gerações atuais, o trabalho de base deve ser feito via WhatsApp e redes sociais em geral. Isso é algo que a direita parece ter compreendido bem; a esquerda, por outro lado, parece ainda não saber lidar com esse novo panorama. Os movimentos que vimos no Brasil desde 2013 são ambíguos porque seguem a lógica de agregação, em que se integram pessoas via viralização, contágio, na internet. (MACHADO, 2019, p. 58)

Pinheiro-Machado (2019, p. 39) traduz que “Junho de 2013 foi também a união de corpos nas ruas e um aprendizado prático de como se manifestar, on-line e off-line, para toda uma nova geração que cresceu na era democrática”.

A autora ainda diz que houve abalo das estruturas a partir de junho, para quem:

Junho de 2013 teve um efeito revolucionário na sociedade brasileira. E estou consciente do quanto essa frase pode soar descabida e exagerada. No entanto, a ideia faz mais sentido se olharmos para esse momento histórico com lentes antropológicas, pelas quais revolução significa mudança da estrutura social. Grandes eventos rituais, como manifestações, rompem a ordem cotidiana e podem inverter a estrutura de poder por um

tempo, mas na maioria das vezes apenas reforçam o retorno à própria estrutura, à normalidade. **Porém, nada voltou ao lugar após as Jornadas, porque as bases da transformação social já estavam se alterando. Junho foi um incentivador e inaugurou – como uma espécie de marco, e não como uma causa direta – um tempo longo de limbo, definido por polarização, confusão e sofrimento social.** (MACHADO, 2019, p. 40) (grifo nosso)

A estética da institucionalização estava superada no sentido de que se pode realizar protesto, solicitar pautas e se fazer ser ouvido de outra forma.

Toda emergência social tem um caráter construtivo e destrutivo simultaneamente. Mas incluir fenômenos entendidos como destrutivos ou construtivos levam a um inevitável juízo de valor. Vencendo isto, e não querendo parecer legislador do valor, 2013 desagregou aquilo que era ilusão de agregação e foi muito criativo no que respeita a uma sociedade que se politizou na pancada, no grito, na rua, na heterogeneidade de apresentações. Foi criativo ao instituir uma discursividade com ausência de narrativa e metarrelato. Certamente, 2013 é visível em situações como a mobilização de caminhoneiros recente, e no seu desfecho também. Sem lógica e sem possibilidade de compreender tal qual uma mobilização social dos anos 1960, 1970 e 1980.

A sociedade é um corpo em movimento em sua essência, e sempre que se sente aprisionada, evolui-se para se expelir a energia social que se quer ser ouvida. No contexto da teoria do reconhecimento de Honneth, os ciclos de reconhecimento são superados no momento do desrespeito. E como alertou Gadea, “Junho de 2013 era sinônimo de ‘fim de pacto’”, fim de uma ilusão, fim da hegemonia de uma forma institucionalizada de protesto e início de uma forma criativa de pautar anseios sociais.

Quando perguntado “Para onde vai Junho de 2013? O que podemos esperar daqui para frente?”, o professor Carlos A. Gadea (2018) responde dizendo que “não vai para lugar nenhum, porque foi um acontecimento saturado de sentido e sem um caminho traçado a priori”, do que em parte discordo, já que certos efeitos permanecem. Conforme já analisado, 10 anos após o MPL ter inovado no protesto e mobilizado milhões de pessoas em todo o Brasil, junho de 2013 ainda é atuante no cenário brasileiro, desde as formas de atuação em protestos, até a ebulição da pauta do transporte público gratuito como forma de trazer dignidade à pessoa, fazendo-se constar no orçamento do Estado. Nisso, em entrevista, Monteiro (2023) revela que:

A pauta não perdemos, ela continua existindo e cada vez mais cidades aplicam a tarifa zero, que deixou de ser uma pauta de esquerda e é mais ampla. A janela histórica que perdemos é que existia ali uma possibilidade de transformação social, de organização de trabalhadores que estavam na rua lutando.

Isso me incomoda. Mas não acabou. Em 2015, os secundaristas ocuparam escolas. Agora, os entregadores de aplicativo estão nas ruas. Tem uma perda de janela histórica, pois nossa janela era maior que isso, mas a luta por transporte continua no repertório da classe trabalhadora.

Conforme se pode visualizar na entrevista com o ex-integrante do MPL, houve também uma pedagogia para o próprio movimento, que perdeu uma janela histórica de lutar mais incisivamente, e reafirmando o que ele mesmo tinha analisado em 2015, sobre a omissão do movimento pós dia 20 de junho de 2013 –, após o aumento da tarifa ter sido revogada -,

Passamos a procurar desenvolver práticas a partir desses princípios, produzindo uma série de contradições. A horizontalidade, expressa na divisão e na rotatividade de tarefas – que seria fundamental para consolidar uma democratização de saberes e não consolidar posições hierárquicas – resultou em uma ojeriza à especialização, como se fosse um grande pecado alguém ser mais capacitado que o outro para uma tarefa, ou como se fôssemos igualmente bons em todas as atividades. A discussão democrática – fundamental para a oxigenação das mobilizações – abriu espaço para a rediscussão eterna das decisões, feita a partir da vontade individual de cada militante, como se um processo assim democrático. Ao procurarmos criar um movimento novo, com novas práticas, negando as práticas anteriores, nos aproximamos de um ahistoricismo, no qual não recorriamos às experiências de lutas acumuladas para pensar os atuais dilemas. Isso não se restringia às lutas feitas pelos trabalhadores e trabalhadoras em outros países e tempos históricos; englobava a própria atuação anterior do movimento. A ausência de registros fazia com que as práticas e reflexões feitas pelo próprio movimento só fossem passadas adiante em espaços informais. Todas essas contradições e tensões internas tentavam ser equacionadas pela via do consenso. Em tese, o consenso serviria para a construção coletiva, para permitir a escuta de posições diferentes e para tentar, a partir dessas divergências, construir uma posição melhor; ao mesmo tempo tinha o objetivo de impedir que os princípios do movimento fossem alterados por meio de manobras de organizações partidárias. Passamos a querer alcançar o consenso em todas questões, nas estratégias do movimento, nas táticas de luta, nas formações a serem feitas, uma dinâmica que produzia reuniões muito longas e exaustivas. Os problemas desenvolvidos foram vários: algumas decisões eram barradas por um grupo pequeno de militantes irredutíveis em algum ponto, militantes eram pressionados a concordar com uma posição para não inviabilizar o consenso, construía-se uma posição que tentava contemplar duas vias completamente contraditórias para contemplar a todos.

A pedagogia do Movimento Passe Livre foi demonstrar que é possível trazer pautas para a seara política através dos meios não institucionais, fazendo-se exercer diretamente a democracia pela forma que a própria Constituição prevê, de forma direta. Conforme Pleyers (2018, p. 28), se trata de viver e experimentar a

democracia, de (re)inventar as modalidades de participação direta, junto com os mecanismos que permitem tomar decisões coletivas.

Os métodos tradicionais institucionalizados não estavam surtindo efeito, não se debatia transporte público gratuito, mesmo havendo movimentos sociais na estrutura do governo do período. Assim, conclui Tamanaha (2022, p. 164), para quem “esta abertura maior não foi suficiente para ampliar direitos e inverter a lógica neoliberal. Pelo Contrário, dava legitimidade ao que o governo propunha enquanto atendia setorialmente os movimentos sociais”.

Assim, a ação do MPL foi dizer ao meio político e à sociedade que devemos discutir transporte público, demonstrar a viabilidade de que a tarifa zero é possível e muito interessante do ponto de vista de concretização de direitos fundamentais.

A visão capitalista da entrega do transporte público à iniciativa privada, extraindo o suor do cidadão que o necessita, vai de encontro ao desrespeito e quando o cidadão se dá conta que está em uma situação de desrespeito e encontra outras pessoas na mesma situação, isso permite a mobilização e à luta ao reconhecimento, uma luta antissistêmica que permite pautar noções de desrespeito, fazendo-se trazer ao debate o problema. Pleyers (2018, p. 30) traz à tona essa ideia da ótica capitalista ao discorrer sobre o respeito aos cidadãos por parte do Estado vinculada à democracia e a uma luta contra os poderes políticos e econômicos, numa seara em que que 1% da população mais rica possui mais recursos do que o resto do mundo e tem um peso na decisão política.

A su vez, dichos activistas vinculan, al mismo tiempo, a la democracia con el respeto a los ciudadanos por parte del Estado y a una lucha contra los poderes políticos y económicos, en tiempos en que las desigualdades son tales que el “1%” de la población más rica posee más recursos que el resto del mundo y tiene un peso determinante en las decisiones políticas.

No Brasil, a luta antissistêmica permanece, pois permanece a insatisfação com a atual política econômica capitalista em se buscar o lucro em todas as facetas da vida cotidiana, alienando o cidadão de processos decisórios e o esfacelando diante da vida cotidiana.

Depois de Junho de 2013, é comum tentar enxergar uma ligação de novas manifestações brasileiras com as Jornadas. Com a paralisação dos caminhoneiros não foi diferente. Em um ponto de semelhança, toda a

política tremeu na base, mas, ao mesmo tempo, outras coisas são muito distintas. Outro ponto convergente é que a insatisfação antissistêmica permanece. Todos os movimentos sociais dos últimos anos fazem parte do processo de como o mundo vem reagindo pós-crise de 2008. (MACHADO, 2019, p. 60)

2.7.3 A Tarifa Zero não era uma utopia

Junho de 2013 foi um espetáculo, cujo protagonista foi o transporte público e que, após, virou um debate nacional. O pós-Junho de 2013, segundo Pinheiro-Machado (2019, p. 43), foi diversificador:

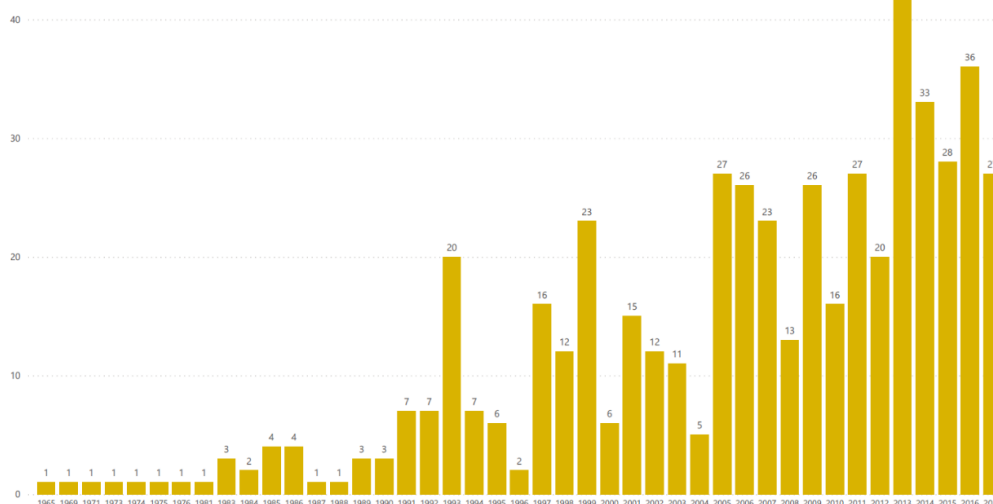
Mas o pós-Junho de 2013 também trouxe um legado importante ao Brasil: uma onda de ocupações estudantis, a multiplicação de coletivos descentralizados e a explosão do ativismo feminista, LGBTQIA+ e antirracista nas gerações mais novas. As ocupações secundaristas de 2016 foram “a primeira flor de Junho”. Essas novas manifestações foram uma continuidade, mas também um avanço mais bem-acabado das Jornadas, uma vez que o movimento reunia as duas principais “reivindicações” de Junho de 2013: uma crítica da representação, decorrente da crise de legitimidade do sistema político, e a defesa dos direitos sociais.

Retomando o objetivo do Movimento Passe Livre, a luta pelo passe livre como um direito nato ao acesso às cidades. A partir das mobilizações de junho de 2013, o transporte público gratuito voltou a pauta, foram criados inúmeros Conselhos de transporte em diversas cidade para a discussão do transporte público, houve o aumento considerado de cidades que aderem ao transporte público gratuito e mesmo em cidades grandes, a exemplo de São Paulo, o acesso ao transporte público gratuito está em debate como um meio de viabilizar o acesso às cidades, um meio de reduzir custos com saúde, privilegiando o transporte coletivo ao transporte individual e abordando o transporte no viés da preservação do meio ambiente.

Em recente artigo sobre mobilidade urbana, planejamento participativo e insurgente, Tamanaha (2022) analisa que a participação social nem sempre consegue se contrapor ao poder hegemônico, abordando a necessidade de ações fora do campo das instituições. Nesse sentido, a autora traz o Movimento Passe Livre como insurgente, capaz de modificar a ótica do institucionalismo e promover a ação necessária para acelerar o processo de mobilidade urbana, principalmente no que tange à tarifa zero. A autora informa que além da consequência de revogação de aumento nas tarifas em diversas cidades houve a instituição de conselhos

participativos de transporte em mais de 40 municípios. “Foi o pico de criação destes conselhos, como podemos observar na figura abaixo”.

Figura 5 - Conselhos municipais de transporte criados por ano



Fonte: Tamanaha (2022, p. 164)

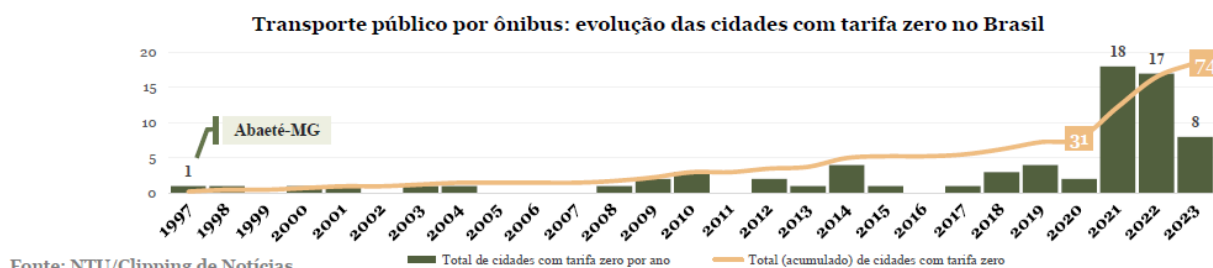
A autora informa que mesmo com a criação dos conselhos, a exemplo das principais capitais do Brasil, O MPL não quis diálogo, pois já entendia a estratégia do Estado em dialogar, cooptar e institucionalizar o movimento, numa “tentativa de estabilização do poder hegemônico neoliberal” (TAMANAHA, 2022, p. 164).

Com a criação dos Conselhos de transporte, há uma difusão de conhecimento de problemas que assolam a sociedade, desde a tarifa, o orçamento (o que viabiliza a criação e efetivação de políticas públicas), a mobilidade sustentável, a mobilidade a pé e por bicicleta. Dessa forma, podemos exaltar a importância da criação de Conselhos, vez que “criou experiências de representação e organização, produzindo lideranças que reconhecem os grupos e demandas que representam no órgão (BARBOSA, 2018, p. 210)”, sendo que “os conselheiros haviam participado das manifestações de junho de 2013 sem vínculos a movimentos sociais ou entidades, mas dentro do Conselho passaram a representar coletivos”.

Diante disso, em análise dos dados divulgados pela Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, em 05/03/2023, hoje temos 74 cidades com tarifa zero, sendo que em 67 cidades, a tarifa abrange todo o sistema durante todos os dias da semana e em 3, a tarifa zero abrange todo o sistema somente em dias específicos da semana, nas outras 4 cidades, a tarifa zero abrange parcialmente o

sistema durante todos os dias da semana. O benefício da tarifa zero afeta 3,8 milhões de habitantes, sendo que em 61% dos casos, a tarifa zero é praticada em cidades de com menos de 50 mil habitantes.

Figura 6 - Transporte público por ônibus: evolução das cidades com tarifa zero no Brasil



Fonte:NTU/Clipping de Notícias

Importante indagação se faz presente, o que permite a tarifa zero e a sua implantação? A resposta é clara, há necessidade de o problema do transporte estar na agenda e possuir força suficiente para promover as devidas políticas públicas. Se em 2013, a tarifa zero era uma utopia, hoje ela é debatida e aplicada em diversas cidades.

Aliada à visibilidade da pauta do transporte de junho de 2013, a Pandemia do COVID-19, acelerou em algumas cidades a implantação e os estudos sobre a viabilidade da implantação do financiamento 100% público da tarifa. Com a pandemia, houve uma diminuição expressiva dos usuários o que levou às empresas a quererem desfazer os contratos, pois estavam tendo prejuízo. Em entrevista ao Professor da UFMG, Roberto Andrés, Figueiredo (2023), transcreve que por causa da pandemia “no Brasil, onde grande parte das cidades a receita do sistema é 100% dependente da tarifa, isso gerou o colapso do modelo. As empresas não deram conta e as prefeituras tiveram que rever o sistema”.

Bocchini (2023) traz dados da Associação Nacional das Empresas de Transporte urbano (NTU), reafirmando o que o Professor Rober Andrés disse, ao informar que houve queda na demanda de passageiros no transporte público de ônibus, com uma queda de” quase 20% após a pandemia de covid-19. O número de passageiros em fevereiro de 2023 caiu para 82,8% do registrado no mesmo mês de 2020, o que mostra que a utilização do meio de transporte não se recuperou mesmo após a crise sanitária.

Citando a entrevista do pesquisador Daniel Santini, Bocchini (2023) informou que “você tem um colapso em curso, com o sistema de transporte encolhendo de maneira muito acelerada, e as empresas vislumbraram isso, estão cientes de que essa é uma situação quase irreversível”.

Também nos estudos de Santarém (2023), há a análise da crise de financiamento e de gestão do atual modelo de negócios de transporte coletivo – baseado em concessões públicas para empresas privadas e tarifas pagas por usuários, principalmente pela diminuição da demanda do transporte coletivo em virtude da migração para o automóvel, pela crise econômica, pela COVID-19, pela Uberização e por conflito social em torno da tarifa.

Na entrevista, Roberto Andrés, da UFMG, ressaltou que nos protestos de junho de 2013, que começaram justamente devido ao aumento da passagem em São Paulo, todas as cidades com passagem gratuita no Brasil eram de pequeno porte. “Nenhuma tinha mais de 80 mil habitantes”. Hoje, já possui cidades de médio porte com a adoção ao sistema gratuito, a exemplo de Maricá (167 mil), no Rio de Janeiro, Paranaguá (157 mil) no Paraná, e Caucaia (368 mil) no Ceará.

Sobre a possibilidade de adoção em todas as cidades, o professor revela o lapso temporal a partir das manifestações de junho de 2013, informando o que se segue:

“Quando a gente olha o ‘filme’, primeiro foram as cidades pequenas, depois de 2013 começaram a vir as médias. Após a pandemia, tivemos muitas cidades novas e agora o debate está começando a aparecer nas capitais”, e encerra informando que, a despeito dos estudos realizados pela Prefeitura de Cuiabá, no Mato Grosso conclui que “A política pública de tarifa zero política está se provando possível em escalas diferentes”.

Não só em cidades pequenas e médias, temos, no mundo, diversas cidades grandes com a implantação de tarifa zero, a exemplo de Sydney na Austrália, Manchester, na Inglaterra, Baltimore, nos Estados Unidos da América (GREGORI et al, 2020, p.14).

Gregori, precursor da tarifa zero, em recente entrevista a Tróí (2023, p. 140) diz que a tarifa zero não é uma utopia, sendo que:

Não, nada de imaginação, nada disso, era uma coisa muito concreta, tanto que a proposta vinha acompanhada de uma revisão de Imposto de IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana)², para que se

criasse condições de financiar o sistema como um todo, com o cálculo da ampliação de passageiros transportados etc. Uma proposta muito concreta.

Quando perguntado sobre os pontos de mudança na discussão da tarifa zero nos últimos 30 anos, ele enfatiza que

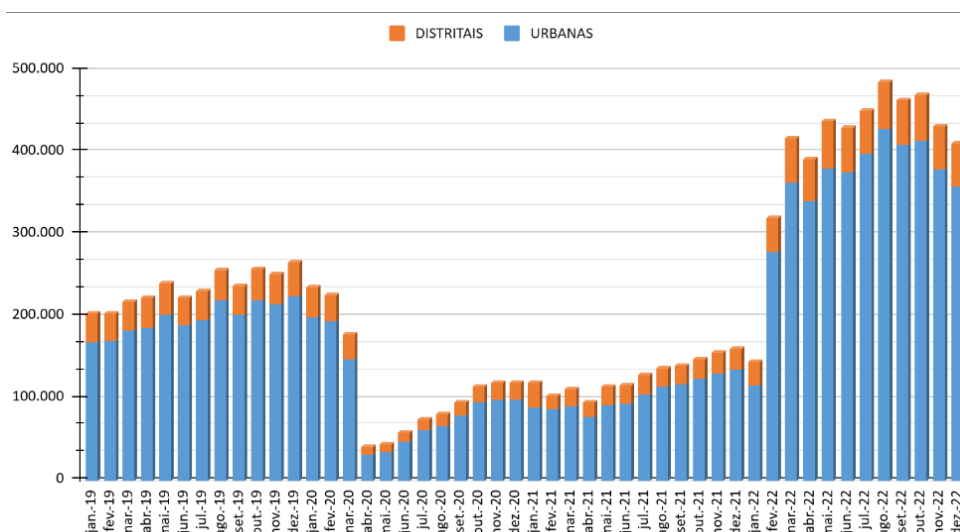
A Tarifa Zero ficou esquecida por muitos anos. Ela só foi reaparecer com o Movimento Passe Livre (MPL)³, praticamente 20 anos depois da proposta feita. E renasceu com o MPL que trouxe à tona um assunto que havia sido banido da discussão. Independente de qualquer coisa, o ano de 2013 tornou o assunto mais escandaloso ainda. Finalmente, alguns municípios, independentemente de vinculações partidárias, chegaram à conclusão que é muito mais simples fazer um contrato, esquecer esse negócio de tarifa e com isso o sistema melhorava muito. Teve cidade, como Maricá (RJ), que fez isso porque tinha bastante dinheiro, de petróleo, e outros municípios foram fazendo como Caeté, em Minas, e com isso, hoje, se estabeleceram cerca de 60 municípios do país que têm Tarifa Zero. E o resultado de todas elas é, aproximadamente, uma demanda triplicada. Em Caucaia, no Ceará, que é a maior cidade com Tarifa Zero, até o momento, a demanda quadruplicou. Não precisa dizer mais nada para que serve a tarifa, não é verdade?

Em recente estudo na cidade de Mariana-MG, levantou-se as benesses do debate e da efetivação da política de tarifa zero nas pautas institucionais, pois, conforme o estudo por Gonçalves e Santini (2023), houve a implantação na cidade da Tarifa Zero, sendo que pode-se visualizar que as políticas públicas de tarifa zero contribuem para a promoção da inclusão social, garantem igualdade de oportunidades e ampliam o acesso ao sistema de Transporte Público Coletivo, principalmente da população mais vulnerável. Os autores resumiram que a pesquisa demonstrou que houve

o aumento do fluxo de passageiros após a implementação em fevereiro de 2022 aconteceu principalmente nas regiões mais vulneráveis, identificadas com base no número de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O levantamento também dimensiona a demanda reprimida na cidade, estabelecendo uma comparação com o número de viagens no município de Ouro Preto (MG), usado como grupo de controle para melhor identificar o nível de variação de pessoas transportadas relacionado à Tarifa Zero, no contexto da pandemia de Covid-19.

Os autores ainda levantaram dados da evolução do número de pessoas transportadas por mês na cidade, demonstrando que o preço da passagem era limitador da mobilidade das pessoas mais vulneráveis.

Figura 7 - Evolução do número de pessoas transportadas por mês em Mariana (MG)



Fonte: Gonçalves e Santini (2023)

Em entrevista concedida, Lúcio Gregori (TRÓI, 2023, p.4-5) reforça essa constatação, afirmando que:

Está comprovado que a Tarifa Zero resolve o problema da mobilidade urbana de todo mundo. Se diminui ou não a quantidade de automóveis, vai variar de município para município, é uma outra discussão. Eu não me preocupo muito com isso. A minha preocupação é garantir mobilidade para todo mundo nesse país. Porque em São Paulo, por exemplo, a população pobre não se movimenta pela cidade. A comprovação do que falo está aí: nas cidades que adotaram a Tarifa Zero, a demanda triplicou, em Caucaia, quadruplicou, precisa dizer alguma coisa mais para que ela serve? A Tarifa Zero serviu e serve para que um montão de gente se locomova na cidade.

Na cidade de São Paulo, conforme descreve Bocchini (2023), foi solicitado um estudo de viabilidade para a adoção do passe livre. “O projeto “Tarifa Zero” está sendo desenvolvido pela São Paulo Transporte (SPTrans), empresa pública que faz a gestão do transporte no município”.

Em todo o Brasil está se discutindo a tarifa zero, Bocchini (2023) traz que em junho de 2023

No último dia 15, vereadores de São Paulo propuseram um projeto de lei (PL) que dá passe livre parcial no município paulista, especialmente para pessoas de baixa renda: inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) e desempregados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No dia 23, a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte aprovou o passe livre no transporte público municipal para estudantes, mulheres vítimas de violência em deslocamento para atendimento, e em linhas que passem por

favelas e vilas. Também foi aprovada a permissão para prefeitura abrir créditos adicionais no orçamento para implementar o transporte gratuito para toda a população aos domingos e feriados.

Em entrevista concedida a Bocchini (2023), o entrevistado Daniel Santini informa que haveria uma congregação de interesses em se implantar a tarifa zero, quais sejam, os anseios dos empresários por causa do aumento da demanda; dos usuários, pois aumentariam transversalmente os seus salários, vez que deixariam de pagar a tarifa do ônibus e até mesmo dos políticos envolvidos na aprovação, pois haveria ganho de capital eleitoral.

De acordo com o Santini, adoção do passe livre nas cidades, na atual conjuntura, congregaria interesses das empresas de transporte, porque aumentaria a demanda de passageiros, com a remuneração feita diretamente pelo poder público; dos usuários; e até dos políticos, interessados em ganho de capital eleitoral. “Isso que está acontecendo [o avanço do passe livre] é porque você tem a questão social, econômica e política caminhando na mesma direção. E o fator eleitoral talvez seja o gatilho acelerador de todo o processo”, ressalta.

Recentemente, em 30/06/2023, prefeitos reunidos na audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Assembleia de Minas Gerais, defenderam a implantação da Tarifa Zero no transporte público, pois elucidaram que “a política traz grandes benefícios sociais e econômicos e garante o acesso da população às cidades” (ALMG, 2023). Segundo o Prefeito de Caeté (município que adotou a tarifa zero), Lucas Ferreira:

Vimos que pessoas que não trabalhavam em regiões diferentes de onde moravam começaram a trabalhar. A família começou a andar de ônibus pela cidade. Antes, uma mãe com dois filhos gastava no transporte cerca de R\$ 30 para ir e voltar. Isso impactava nas suas finanças. Então muitas vezes não podia ir.

Já o prefeito de São Joaquim de Bicas, Guto Resende, descreveu que houve melhoras nos indicadores sociais e econômicos, “as pessoas passaram a ter mais acesso à saúde, lazer, comércio e educação. O centro da cidade, que tinha um comércio fraco, como contou, apresentou grande melhora e não há mais nenhuma loja vaga” (ALMG, 2023). Concluindo sobre a viabilidade da implementação da tarifa zero, André Veloso, integrante do Movimento Tarifa Zero em BH, informou que “a tarifa zero libera recursos e movimenta a economia. É uma política social que inclui pessoas que não cogitavam em acessar a cidade. Então, gera acesso a direitos”.

Diante da importância do direito ao transporte - e sua efetivação passa pela implementação da tarifa zero -, está em discussão no Congresso Nacional, através da PEC 25 (de autoria da Deputada Luiza Erundina), a criação do Sistema Único de Mobilidade, cujos objetivos são: universalidade, gratuidade no transporte coletivo urbano, descentralização, rede de transporte integrada e intermodal, e participação social. Sobre a tramitação da PEC, Lúcio Gregori (TRÓI, 2023, p. 6) diz que:

Tudo é possível no Brasil. Não sei dizer isso em profundidade. O Sistema Único de Mobilidade (SUM) vem em decorrência de uma coisa que está estabelecida na Constituição Federal, a partir de 2015, por conta dos efeitos das Jornadas de Junho de 2013, quando o transporte passa a ser considerado um direito social. Como é que pode ser um direito social, se você entrar no ônibus ou no transporte e não tiver dinheiro para pagar, de acordo com o artigo 176 do Código Penal, você fica sujeito a prisão? É um direito social ou é um direito à prisão? Na regulamentação do transporte como direito social é que surge a ideia de fazer do transporte o mesmo que se fez na saúde, um sistema único. Por que único? Porque hoje, pela Constituição, o transporte coletivo é uma atribuição municipal. Como se, de fato, fosse apenas o município responsável pela mobilidade das pessoas, quando na verdade, a mobilidade garante o funcionamento do país como um todo. Exemplo: dia de greve em uma cidade, do transporte coletivo, em dois, três dias, a cidade entra em caos. Então você imagina uma greve nacional de transporte coletivo, o país, literalmente, para de funcionar. Então não é uma coisa só municipal. Tem que refazer essa lógica, e é isso que o SUM pretende colocar: um sistema que envolve o governo federal, estadual, municipal e condições para financiar esse sistema como o Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, em conclusão, Santarém (2023, p. 10), afirma que:

Passadas as eleições de 2022, a proposta da Tarifa Zero está em alta no país. Chegamos a esse cenário em que muitas cidades estão discutindo o passe livre universal na mobilidade. Motivos são variados: parte pela crise orçamentária do setor, parte pela experiência da Tarifa Zero nas eleições, parte pelo lastro histórico da medida. Um debate protagonizado, agora, como salientado acima, por prefeitos/as, empresários e especialistas - reservando pouco destaque aos movimentos que criaram a proposta e, muito menos, a usuárias/os e trabalhadores/as do setor. Esses movimentos, com forças adquiridas, mas também com os desgastes da criminalização, perseguição e deslocamento com a mudança de cenários da disputa, construíram outras ferramentas e mecanismos de pressão.

O avanço da pauta do transporte saiu do imaginário, após 30 anos, conforme dito por Lúcio Gregori, através das movimentações do MPL em junho de 2013, a partir daí, houve discussão e enfrentamento dele como um problema, passando-o a bailar na agenda política. Com isso, houve grandes estudos da sua viabilidade, conforme demonstrado neste trabalho, possibilitando a adoção do transporte gratuito

em várias cidades brasileiras, fazendo-se melhorar a circulação de pessoas, principalmente as mais vulneráveis. O transporte público gratuito antes era uma utopia, hoje, já é realidade e com o avançar das discussões, inclusive no legislativo federal, vê-se uma luz no fim do túnel, a criação do Sistema Único de Transporte, capaz de atender as demandas da sociedade, uma atitude antissistêmica que visa dar dignidade aos cidadãos e inverter a lógica capitalista imperada no sistema de transporte.

3 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo exploratório (GIL, 1991), com abordagem qualitativa, consistente em analisar a atuação do MPL em São Paulo – foco na capital paulista justifica-se já que as revoltas do Movimento se iniciaram nesta cidade. Buscou-se contatar os principais atores – atuantes e fundadores do MPL -, tomando nota, através de entrevista, sobre aspectos da conjuntura econômico-social do país; os entraves e oportunidades durante a formação do movimento; o histórico de lutas; a organização, participação e contribuição do movimento para as jornadas de junho de 2013; como o movimento se manteve, se as manifestações pós 2013 continuaram, analisar o as prospectivas do movimento dada a atual conjectura do sistema-mundo.

No que se refere à abordagem qualitativa, essa é coerente com o método dialético, que propõe que “os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social; as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções” (GIL, 2008). Assim, a abordagem qualitativa do problema foi utilizada, pois se “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

3.1. INSTRUMENTO DE PESQUISA E PARTICIPANTES

Para isso, utilizou-se a entrevista como instrumento de coleta de dados, com a interpelação a um membro do MPL de São Paulo, que chamamos de LC para não o identificar, que atuou no movimento desde o início e participou das manifestações de junho de 2013 em São Paulo. Houve tentativa de contato com mais participantes e integrantes do núcleo duro do MPL de São Paulo, através do instagram @passelivresp, por e-mail passelivresp@gmail.com e um contato fornecido pelo LC, mas sem obter interesse em participar da pesquisa, pois visualizaram a mensagem deixada e o e-mail enviado, mas ficaram sem resposta, em diversas vezes.

A fim de propiciar maiores elementos para análise, utilizou-se entrevistas de forma indireta, consultando-se e analisando as entrevistas disponibilizadas em meio digital, inclusive as séries de entrevistas em comemoração aos 10 anos das

jornadas de junho, disponibilizadas no site UOL, cujos entrevistados estão todos citados no trabalho, além da análise de obras e de documentos já produzidos sobre o assunto. Tal corte metodológico em São Paulo se justifica pelo fato de o pesquisador já ter entrado em contato com o membro do MPL de São Paulo e este ter sido solícito a participar da entrevista. Outro ponto de destaque à escolha do MPL de São Paulo se deu em virtude de que as manifestações de 2013 e as que se sucederam, tiveram maior intensidade nesta cidade, podendo fornecer maior variedade de dados qualitativos sobre o movimento.

Alonso (2016), fazendo uma referência à Escola de Chicago, informa que as entrevistas têm como objetivo a “coleta de valores, opiniões, sentimentos e experiências, maneiras de entender a interpretação que produziram de sua própria situação”. Assim, a escolha da entrevista se deve por remontar historicamente os fatos mais marcantes que ajudaram à formação, ao desenvolvimento e à atuação do movimento (especificamente em junho de 2013), além de ser possível a sua aplicação através de objetos de videogravação. Assim, para GIL (2008, p.114),

Essas entrevistas são muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados. Mas também podem ser utilizadas para investigar um tema em profundidade, como ocorre nas pesquisas designadas como qualitativas.

Nessa toada, entrevistou-se um membro do Movimento Passe Livre que era e se mantém ativo, a fim de remontar a trajetória do movimento, como se deram os preparativos para a manifestação de Junho de 2013, como lidaram com o tamanho que o manifesto adquiriu e quais as ações que guiaram o movimento após junho de 2013. Assim, a entrevista a esse membro foi essencial, pois ela “consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação” (LIMA, 2016, p.27).

A análise de vídeos da série de entrevistas em comemoração aos 10 anos dos eventos de junho foi de grande valia, pois ajudou a montar o panorama das contribuições do Movimento para junho de 2013 e para os anos que se sucederam.

Foram utilizadas também fontes estatísticas para averiguar a participação da população brasileira, classe social participante, número de demandas apresentadas nas manifestações etc.

Será feito no próximo tópico a análise crítica elaborando as principais contribuições/atuações do MPL nas manifestações de junho de 2013 e as perspectivas do movimento, tendo em vista o ambiente de crise econômica e política evidenciada após a crise de 2008.

4 DA ANÁLISE DA ENTREVISTA

A entrevista foi realizada no dia 10/05/2023, através do aplicativo de videoconferência “Zoom”, às 18:34, com duração de uma hora. Foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao entrevistado que o leu, preencheu-o e o assinou. Ao entrevistado foram propostas perguntas sociodemográficas, sendo que se tratou de um homem, branco, classe média, morador de São Paulo, 40 anos, posição política declarada como anarquista/progressista, que participa e acompanha as manifestações do MPL desde 2005 em São Paulo. Não tem posição de liderança no movimento, mas já participou de entrevistas para a SPM, com Caco Barcelos, escreveu artigos na Carta Capital, Vice, publicou fotos no UOL, sendo um interlocutor capaz de fornecer informações relevantes e com propriedade.

Em relação ao Movimento Passe Livre, perguntou-se posições sobre as manifestações de 2013 e as que se seguiram, abordando principalmente a atuação antissistêmica que visava repelir a cobrança de passe para acesso ao transporte, indagou-se também as perspectivas do movimento e a contribuição que ele deixou a partir de 2013 para o Brasil. As perguntas foram as seguintes, seguido da resposta e a análise do conteúdo.

A primeira pergunta foi como ele vê a importância da PARTICIPAÇÃO do histórico do MPL (com todas as vitórias e fracassos) para as manifestações de Junho de 2013? Em resposta, o entrevistado disse que o MPL já tinha um histórico de manifestação, se organizando desde 2005, com uso da dimensão estética, com música, com a ocupação as ruas da cidade, fechando as vias, sem violência, sem barricada, utilizando apenas os corpos das pessoas. Este método tem origem no altermundismo, lá da revolta de Seattle de 1999, funcionando em diferentes cidades, chamando a atenção das pessoas, principalmente com relação à repressão da polícia em resposta. As redes sociais dinamizaram as manifestações e a luta, ajudando a comunicação entre as pessoas.

Em 2013, para o sucesso, em São Paulo, em São Paulo as coisas são diferentes, quando uma coisa acontece aqui em São Paulo, ela acontece em grandes proporções, pois havia condições objetivas para que aquela manifestação saísse do controle, as condições da política brasileira, a política internacional.

O MPL foi uma escola de luta para o movimento autônomo brasileiro, num momento em que o movimento social brasileiro estava aparelhado pelo petismo

(segundo declaração do entrevistado), o movimento social combativo estava aparelhado no petismo, o movimento estudantil, o MST, apesar de não ser um aparelhamento direto, era uma convivência, resultado de anos passados de interação nas lutas sociais.

Assim, avalia que o MPL foi pedagógico para o povo brasileiro, pois apresentou-se à margem de partidos, organizações burocratizadas, e havia capacidade de organização prescindindo delas. O contexto, o problema, eram muito concretos, pois o trabalhador saía de casa todos os dias e tomava o transporte. Assim, a adesão orgânica da pauta era muito fácil, pois é um tema caro para eles.

Na segunda pergunta foi indagado como ele analisaria a reação dos membros do MPL que estavam participando das manifestações, quando do aumento das proporções dos protestos? Na resposta, ele informou que quando da revogação do aumento da tarifa, já não havia motivos para manifestação, a manifestação do dia 20 de junho de 2013 já estava marcada para ser uma festa, uma comemoração em virtude da vitória. Segundo ele, o que foi visto naquele dia foi “uma coisa meio bizarra”, tinha todo o tipo de jovem, a estética da manifestação era diversa, pessoal da periferia, os “plaboyzada da Martins”, os estudantes universitários, movimento estudantil, ficando uma situação difusa. Notou-se também a presença da direita política. Ali é o berço de vários movimentos presentes hoje no Brasil, desde os mais à direita, o lavajatismo, o MBL, o RenovaBR; até movimentos críticos e mais à esquerda do espectro político, como as feministas, o movimento negro, as ocupações de moradia (inclusive, o crescimento verificado no número de ocupações deu-se a partir de 2013). Liberou-se muita energia naquele momento. Segundo o entrevistado, a partir da revogação do aumento da tarifa, o MPL teve uma atitude correta em cessar as manifestações, pois o objetivo tinha sido alcançado.

Na terceira pergunta, foi indagado qual, após junho de 2013, foi o comportamento do Movimento quanto à direção, estratégia de ação e princípios? O entrevistado preferiu não responder, pois a atribuição de resposta deveria ser de um porta voz do MPL.

Na quarta pergunta, foi indagado se, no que tange ao Movimento no pós-2013, houve alteração das estratégias do movimento quanto à área de atuação geográfica e demandas? Caso sim, por quais fatores de motivação? E como foi esse processo? Em resposta, o entrevistado afirmou que houve tentativa de articulação nacional, mas como é um movimento de base anarquista, precisa de dinheiro,

precisa de estrutura, não conseguiram. Com relação à estratégia, houve manutenção, pois ele segue se reorganizando sempre que haja aumento de tarifa. Nem de tática. A atuação gerou uma expansão geográfica, pois houve, após 2013, uma explosão de militantes em prol do passe livre em diversas cidades. Houve um debate no movimento, pois o movimento era formado por pequenos burgueses, quase todos estudantes da Universidade de São Paulo. Há sim um direcionamento para que o movimento vá para dentro das periferias, fazendo um trabalho de base, mas até onde ele ficou sabendo, não deu certo. Há sim movimento passe livre nas periferias, mas não da maneira como deveria ser.

Na quinta pergunta, foi indagado sobre a incorporação do transporte, em 2015, ao Art. 6º da Constituição Federal, como direito social. Houve alguma melhora quanto à concepção do direito ao passe gratuito ao transporte coletivo na cidade de São Paulo, por parte do Estado? Foi respondido que houve melhora no sistema de transporte, corredores de ônibus, renovação de frota. As vitórias de 2013 são muitas. Hoje o trabalhador paulistano economiza por dia 2 horas, podendo ficar com a família. A incorporação do transporte na CF em 2015 foi efeito de 2013, é uma resposta da burocracia de Brasília, da classe política a 2013.

Na sexta pergunta, foi questionado se em relação ao caráter do MPL como movimento antissistêmico/anticapitalista que luta contra a cobrança de transporte, houve alteração nas formas de luta ao sistema posto?

O movimento Passe Livre é um movimento anarquista, não tendo um rótulo. Se você olhar na prática, ele é um movimento anticapitalista, pois ele combate a extração de lucro sobre o povo trabalhador, entende que o lucro do empresário do ônibus está diretamente vinculado ao péssimo serviço prestado. A questão do transporte é uma pauta transversal, pois o transporte é o direito que dá acesso aos outros direitos, principalmente aos “debaixo”. Você precisa de ônibus para ir trabalhar, para ir ao hospital, para ir à escola. O transporte público é pagar duas vezes pelo mesmo almoço, falava-se muito que o MPL “quer almoço grátis”, mas é uma questão de pagar duas vezes pelo mesmo almoço, pois a prefeitura subsidia a empresa de transporte e o trabalhador paga a tarifa do transporte. No Brasil não se paga por escola pública, não se paga por hospital público, por qual motivo o transporte público é pago. Neste momento, o entrevistado dá exemplo dos principais empresários proprietários das empresas de ônibus.

Na sétima pergunta, foi questionado se com o aumento da visibilidade do Movimento visualizada a partir dos levantes de Junho de 2013, permitiu a manutenção da sua autonomia e estratégia de combate ao sistema e como ele via este processo? Em resposta, foi informado que o movimento perdeu folego, pois há um limite para a tática, para a estratégia não. Em 2013, houve o esgotamento de uma forma geral. Está fora de moda sair para as ruas e confrontar a polícia, fechar a rua. Com relação à autonomia e à estratégia seguem intocadas. Este tipo de organização está submerso, necessitando de condições objetivas para entrar em ebulição. O Movimento Passe Livre está 10 anos à frente, hoje você vê uma quantidade enorme de cidade estudando a implantação do passe livre, inclusive a capital de São Paulo. Inclusive foi mencionado os estudos do Professo Lúcio Gregori no que tange à implantação da tarifa zero.

Na oitava pergunta, foi solicitado a descrição da contribuição do MPL para o movimento antissistêmico, no contexto brasileiro? Foi respondido que a maior vitória do MPL foi essa, do caráter pedagógico aos movimentos autônomos no Brasil. Mas infelizmente, por contexto nacional e internacional, aconteceu também o fortalecimento dos movimentos mais à direita. A direita aprendeu com a gente a fazer mobilização. E descobriu que conseguiu trabalhar melhor com a internet, principalmente através do discurso de ódio, sendo mais fácil grudar no Youtube e nas pessoas. Mas a maior contribuição do MPL é pedagógica, o MPL impulsionou todo o movimento social brasileiro, deu fôlego e fez nascer muitas frentes de luta.

Na nova pergunta, foi indagado se o movimento permanece autônomo, como ele enxerga as ações atuais do movimento em relação ao seu caráter antissistêmico e como ele vê as próximas contribuições do movimento na luta Antissistêmica? Em resposta, ponderou que sim, que permanece autônomo. Ele segue no seu padrão de luta, porém com menos capacidade de mobilização. Houve uma inflexão após 2013, essa inflexão foi gigante, necessitando de organização do movimento. Mas enquanto o transporte público for ruim e for pago, haverá lutas. Ele enxerga a tarifa zero como um norte, enquanto luta pela redução da tarifa.

Na última pergunta, foi informado que o Estado tem estudado sobre a implantação da tarifa zero e perguntado se o MPL tem contribuído para estes estudos. Em resposta, foi dito que não sabe dizer, mas sabe dos estudos através de aumento de subsídios por parte de prefeituras e que o passe livre aumenta a economia da cidade, promove acesso às cidades, conserva o meio ambiente.

Da análise das respostas às perguntas, podemos inferir o que a teoria indica, diante de um quadro sistêmico de desrespeito, diante do atual quadro do sistema-mundo em crise, surgiram formas de atuações antissistêmicas, inovando na forma dos protestos, fazendo-se que problemas recorrentes, silenciados no seio econômico, político e social, emergissem e entrassem em pauta na agenda política, levando ao debate sobre o transporte público gratuito em opção ao tarifado, que em muitas vezes impede a reprodução social da dignidade da pessoa humana.

Importante mencionar que a atuação do Movimento Passe Livre em 2013 e nos anos que se seguiram foi didática, ensinando a mobilização e na criação de movimentos sociais no Brasil. Corrobora a tese de J. Pleyers (2018) para quem na América Latina, os movimentos populares que resultaram do fracasso neoliberal em 2001, como os piqueteiros, as assembleias de bairro e as fábricas ocupadas, foram laboratórios de lutas e reflexões sobre as lutas que anteciparam muitos dos debates de formas de lutas que iam marcar a década de 2010. Nesse sentido, o que foi ensinado foi como exercer a democracia e o que se ocasiona quando ela é exercida.

Os movimentos e lutas do passe livre são a melhor saída. Talvez a única. Arregaçam à força um rombo no beco sem saída, que nos coloca a falsa oposição entre “público” e “privado”. Rejeitam em bloco as narrativas da grande imprensa, seus opinólogos e especialistas, de que faltaria gestão ou eficiência (e que o povo é mal-educado). O problema do transporte afinal não é ele ser público nem privado, como estas também não são suas soluções. Nem ser mal gerido. O problema é e sempre foi falta de democracia. (CAVA, 2013, p. 26)

Merece destaque a informação de que a pauta de transporte é de fácil adesão, pois ele influencia diretamente a vida do cidadão, nesse sentido importante a análise de Pleyers (2018, p. 29) que, citando José Nun (1989), descreveu uma nova época de movimentos sociais onde atores modestos buscam mudar o mundo a partir da sua vida cotidiana.

Conforme já salientado na teoria, a atuação em 2013, ajudou na criação da agenda do transporte no âmbito acadêmico, na seara estatal e em todas as outras. A principal consequência dessa agenda é positiva, com a ampliação da implantação do passe livre no transporte em diversas cidades e a discussão em âmbito nacional da criação do Sistema Único de Transporte.

Assim, corrobora a tese de Pleyers (2018), que afirma que os movimentos antissistêmicos são vinculados indissociavelmente às dimensões socioeconômicas e culturais em cada uma de suas reivindicações e em suas práticas, enquanto a

dignidade é geralmente associada a um repertório de reconhecimento, mais do que reivindicações materiais. Assim,

E democracia, inexoravelmente, significa tumulto. O tumulto é o pulmão das democracias. É nele que atua o poder constituinte, o que faz a constituição e a lei não serem apenas folhas de papel para a exegese das faculdades de direito. Não devemos confiar a constituição a capas-pretas, cortes supremas ou ao francamente conservador discurso do “ativismo judicial”. O tumulto é o momento em que nós a fazemos nossa, e de onde dimanam todos os direitos e todas as instâncias democráticas. O tumulto é um ato de dignidade, o que só acontece ao irresignar-se diante do intolerável. **A dignidade não é humana: é o oposto da humilhação. Uma das maiores e mais disseminadas violências hoje está no sistema de transportes.** (CAVA, 2013, p. 26) (grifo nosso)

O aspecto da reivindicação do transporte gratuito passa pela própria efetivação da dignidade humana, pois havia e ainda há em algumas cidades, uma situação de desrespeito quando se cobra do cidadão, principalmente do cidadão vulnerável, uma tarifa que fará falta em seu orçamento mensal, e se presta um serviço de péssima qualidade. O transporte é essencial para a efetivação dos outros direitos previstos constitucionalmente. Dessa forma, a situação de desrespeito se torna consciência para uma luta de reconhecimento de direito e conforme adverte Cava (2013, p. 25), os problemas do cotidiano são silenciados “atrás do que o sensacionalismo diverte, há razões estruturais. O capitalismo é um sistema de dominação indireta”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar as manifestações de 2013 e o que aconteceu no pós-2013, a atuação do Movimento Passe Livre como sendo a fagulha que desencadeou a onda de transformações na sociedade brasileira a parti dali. Ambicionou também estudar a viabilidade da pauta do transporte gratuito como efetivador de outros direitos sociais e de como este tema entrou na agenda nos últimos 10 anos, tornando-se política pública.

Para se atingir uma compreensão do que aconteceu à época e nos anos que se sucederam, objetivou-se analisar a participação do Movimento Passe Livre na conjuntura social, econômica e política brasileira, numa perspectiva Antissistêmica, levando-se em conta o atual estágio da Teoria do Sistema-Mundo, foi necessária a abordagem da teoria dos movimentos antissistêmicos de Immanuel Wallerstein no

sistema-mundo, com a avaliação dos efeitos da crise econômica e os ciclos de desenvolvimento e de retrocesso do Sistema-Mundo, balizando os efeitos no contexto brasileiro. Também como objetivo específico, houve um processo de levantamento do histórico, da formação e do desenvolvimento do Movimento Passe Livre, relacionando a luta pelo direito às cidades com o transporte coletivo gratuito. Houve em adição, a identificação e análise dos pontos que levaram o possível enquadramento do Movimento Passe Livre no contexto de luta Antissistêmica, contextualizando a teoria da luta pelo reconhecimento, levantando-se, através de estudos acerca da temática, as situações de desrespeito que levam às manifestações para a efetivação de direitos; e refletiu-se sobre a importância dos Movimentos Sociais para a tomada de decisão política, dado o período de crise sistêmica, analisando-se sob o prisma da autonomia.

Assim, o suporte teórico permitiu a visualização do atual sistema-mundo traçada por Wallerstein, demonstrando o surgimento de movimentos antissistêmicos capazes de lutar pelo reconhecimento (Honneth) de direitos a partir de situações de desrespeito vivenciadas no mundo da hegemonia do capitalismo neoliberal.

Com isso, as hipóteses do trabalho de que a atuação do Movimento Passe Livre se enquadra como antissistêmico em virtude de reivindicar o reconhecimento do direito ao transporte gratuito, demonstrando que o atual modelo de transporte exclui parcela da população do acesso às cidades; e de que o Movimento Passe Livre no contexto de luta antissistêmica produz efeito nas políticas públicas ligadas ao passe livre para todas as pessoas que dependam no método de transporte coletivo foram confirmadas. Isso porque os levantes orquestrados pelo movimento em 2013, ressoaram no seio econômico e político, trazendo a questão central do transporte como problema público, apto a criar agenda e proporcionar a implementação de políticas públicas capazes de fomentar melhoria na dignidade dos cidadãos.

Conforme se observou dos estudos de Santarém (2023), Santini e Gonçalves (2023), Trói (2023), e dos relatos empíricos dos prefeitos na Audiência na ALMG (2023), com a implementação da tarifa zero nas cidades, houve aumento na mobilidade urbana, e principalmente inclusão das populações mais vulneráveis.

A última hipótese também foi confirmada ao constatar que a atuação do Movimento Passe Livre retrata o atual estágio do sistema-mundo ao desencadear revoltas que demonstram as mazelas da exclusão social no país. No período

verificado, o MPL afirmava que o pacto lulista havia se esgotado, ao inaugurar uma nova estética de atuação, a ação autônoma, descentralizada e horizontal. Proporcionou uma manifestação sem precedentes no país, demonstrando que o alinhamento burocrático com os parâmetros do atual sistema-mundo não mais seria facilmente tolerado, pois a situação de desrespeito continuava e a maioria dos movimentos sociais estavam institucionalizados no Estado, o que permitiu uma certa convivência (entrevista com LC) dos movimentos com o governo. Dessa forma, a manifestação antissistêmica é a própria resposta às mazelas deste sistema, “não são um meio, mas um fim em si mesmo. Ou seja, o mais importante era o fato de as pessoas estarem juntas e experimentarem um mundo novo” (MACHADO, 2019, p.22), fora do sistema.

Sendo assim, a contribuição do Movimento Passe Livre para as manifestações de junho de 2013 foi pedagógica, pois ensinou como se reinventar a fazer protesto no Brasil, inclusive com a utilização das redes sociais; impulsionou a criação de movimentos sociais nos diversos temas; foi primordial para o reestabelecimento da pauta do transporte no país, com a implementação da tarifa zero em diversas cidades e a discussão em âmbito nacional a criação do Sistema Único de Transporte, através da PEC 25/2023; houve contribuição para os movimentos antissistêmicos, vez que trouxe à baila o problema do neoliberalismo e a crise do sistema-mundo capitalista, aumentando a visibilidade sobre o abismo entre classes (desrespeito), principalmente daqueles que necessitam do transporte público para se locomover e se reproduzir dignamente.

Dessa forma, Groppo et al (2023, p. 206-207), sobre as leituras de Junho de 2013, elaboram análises extraídas de diversos estudiosos na área, afirmando que:

Diversas são as leituras de Junho de 2013. Rui Braga (2017) já construíra uma classificação interessante, anunciando o que seria a tendência chamado Campo Popular, hegemonizado pelo partido dos Trabalhadores (PT): considerar 2013 como causa direta do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e da vitória da extrema-direita na eleição presidencial de 2018, avalizado por parte da produção acadêmica. Outra tendência nas interpretações acadêmicas parece mais promissora, como a de Pinheiro-Machado (2019): em suas origens e sua primeira fase, construída por uma esquerda autonomista e crítica ao PT, as Jornadas têm natureza progressista, em uma luta pela ampliação de direitos sociais, em torno do tema do direito à cidade – tanto pela pauta de oposição às obras para os megaeventos esportivos; esses protestos expressam tanto o sucesso relativo ao lulismo – como a ascensão econômica e a melhoria da escolaridade de jovens das classes populares – quanto seus limites – como as precariedades e precarizações da juventude trabalhadora – e

contradições – as denúncias de corrupção, a grande coalizão com o “centrão” e o conluio entre o público e os interesses privados das grandes empreiteiras. Entretanto, a segunda fase das Jornadas, elas se massificam, difundem e penetram mesmo em pequenos municípios; as pautas se ampliam e diluem - rumando à certa ambiguidade política -, enquanto passam a se disputar os sentidos dos protestos, com relativo sucesso de sequestro desses sentidos pela direita liberal e extrema-direita que, apoiada pela mídia, procura dar um tom nacionalista, anticorrupção e antipartidário e até antipetista aos últimos e grandiosos atos das Jornadas.

Os instrumentos de coleta de dados permitiram uma análise subjetiva dos acontecimentos e das consequências das manifestações de 2013, concluindo que elas foram primordiais para o aumento da visibilidade da extrema direita no país, já que em entrevista com LC, foi reportado que o movimento ensinou aos movimentos sociais a se reinventar em protestos, principalmente com a utilização das redes sociais; noutro lado, os dados coletados revelam que a pauta do transporte é cara a todos que dele dependam, sendo que ela é de fácil adesão; O Movimento Passe Livre segue lutando para trazer o reconhecimento do direito ao transporte, pois ele é o direito que efetiva direitos, não podendo ser sucedâneo para aspirações capitalistas e de exploração de classe.

Pensando na proposição de tese a ser desenvolvida em pesquisa de doutorado, poderia se propor o desenvolvimento teórico da categoria autonomia, propondo análise mais densa da categoria, analisando o Movimento Passe Livre sob esse enfoque. Sabe-se do recém editado trabalho de Dowbor e Oliveira (2023) em que se analisa os movimentos sociais e a autonomia, tal trabalho poderia nortear o desenvolvimento da categoria autonomia, aplicando ao Movimento Passe Livre na sua atuação contemporânea.

Em pesquisas futuras, também pode-se analisar as reinvenções de manifestações do Movimento Passe Livre, já que em entrevista, LC informou que aquele modelo de protesto se esgotou em 2013 e que o movimento precisa de organização e da relação promíscua entre os proprietários de ônibus e as prefeituras. Outro ponto para futuras análises é analisar os benefícios observados quanto à saúde nas cidades que tiveram a implantação do passe livre, vez que com o aumento da demanda do transporte público, há uma diminuição do transporte individual, impactando diretamente na emissão de poluentes que causam problemas pulmonares na população.

Importante também acompanhar os trâmites e discussões sobre a PEC que pretende viabilizar o Sistema Único de Transporte (SUT) que se traduz em

importante luta quanto à mobilidade nacional e acesso às cidades. As discussões e estudos sobre este assunto poderão propiciar amplo campo teórico e empírico para análise.

Sendo assim, encerra-se esta pesquisa porque é preciso seguir ritos e prazos acadêmicos, mas fica a proposição de desdobramentos futuros, para dar continuidade aos estudos na temática.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebeca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ADAMS, Gavin. Ato contra o corte na gratuidade do passe livre dos idosos no transporte. **Outras Palavras**. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/gavinadams/2021/02/04/ato-contra-o-corte-na-gratuidade-do-passe-livre-dos-idosos-no-transporte/>>. Acesso em: 17 out. 2021.

ALMEIDA, Frederico de, Monteiro, Filipe Jordão e Smiderle, Afonso. **A criminalização dos protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo (2013-2015)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2020, v. 35, n. 102 [Acessado 19 Out. 2021]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3510211/2020>>.

ALMG. **Prefeitos defendem implantação da tarifa zero**. Audiência Pública Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. 2ª Reunião Extraordinária. 30 jun 2023. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Prefeitos-defendem-implantacao-da-tarifa-zero/>>. Acesso em 05 jul 2023.

ALONSO, Angela. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução**. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. Sesc-SP/Cebrap, 2016.

ARRIGHI, Giovanni. Dilemmas of Antisystemic Movements. **Social Research**, 53:1 (1986: Spring).

ARRIGHI, G., HOPKINS, T. & WALLERSTEIN, I. "Dilemmas of Antisystemic Movements", **Social Research**, vol. 53, n.1, 1986, Spring, p. 186.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. **Revista de História**. São Paulo. n. 113, 167-174.

BOCCHINI, Bruno. Discussão sobre o passe livre avança em grandes capitais. **Agência Brasil**. 01 jul 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/discussao-sobre-passe-livre-avan%C3%A7a-em-grandes-capitais#:~:text=Al%C3%A9m%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20e,Florian%C3%B3polis%2C%20Palmas%2C%20e%20Cuiab%C3%A1.>>> . Acesso em 05 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2011. Altera o art.6º da Constituição Federal, para dar nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=925887&filename=PEC%2090/2011. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório da COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90-A, DE 2011, DA SRA. ZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUIZIR O TRANSPORTE COMO DIREITO SOCIAL". (ESPECIAL – PEC 090/11 – TRANSPORTE COMO DIREITO SOCIAL). Brasília, DF. Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1192490&filename=PRL+1+PEC09011+%3D%3E+PEC+90/2011> Acesso em 25 jun 2023.

BRUSSI, Antônio. **O tempo Conjuntural e o Estudo dos Sistema-Mundo: Algumas Anotações Metodológicas**. I Colóquio em EPSM, 2007.

_____. Recorrência e evolução no capitalismo mundial: os ciclos de acumulação de Giovanni Arrighi. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 383-409.

CARVALHO, Giane Alves de. Os Movimentos Anti-sistêmicos: Conjuntura de Lutas ou Impasses Políticos Ideológicos? **Mediação**. Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 214-230, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

CAVA, Bruno. A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (junho – outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013. 240p. Resenha de: CAVA, Bruno. p. 310-313. Disponível em: <
http://uninomade.net/wp-content/files_mf/11140414103620%20centavos%20de%20Pablo%20Ortellado%20et%20al%20-%20Bruno%20Cava.pdf>. Acesso em 19 out. 2021.

CAYRES, Domitila C. Ativismo Institucional e Interações Estado-Movimentos Sociais. **BIB**, n.82, 2017.

CAYRES, Giovanna Rossetto. **Direito fundamental social ao transporte: Políticas Públicas, reserva do possível e mínimo existencial**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Mestrado em Direito, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília–UNIVEM, Marília, p.118, 2017.

CHAVES, Alessandro Rodrigues. *MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O RESGATE DO CONCEITO DE CLASSE SOCIAL E DE LUTA DE CLASSES*. Revista Cadernos de Ciências Sociais - Dossiê Movimentos Sociais. 2016, v.2, n.7. [Acessado 23 Maio 2021] , pp. 30-54. Disponível em:
<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/438>.

DONADON, João Arthur e BRUSSI, Antônio José Escobar. **Manifestações De Junho De 2013: Análise Da Atuação Dos Movimentos Sociais E Antissistêmicos**. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/20817>>. Acesso em 10 jun 2022.

DOWBOR, Monika. Por que as ruas e não as instituições. **Le Monde Diplomatique**. 2013. [Acessado 17 Out 2021]. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/por-que-as-ruas-e-nao-as-instituicoes/>

FIGUEIREDO, Pedro Augusto. Entrevista. Após a pandemia, dobram as cidades de MG com tarifa zero no transporte público. **O Tempo**. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/apos-pandemia-dobram-as-cidades-de-mg-com-tarifa-zero-no-transporte-publico-1.2804340>> Acesso em 05 jul 2023.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?** London: Verso, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GADEA, Carlos A. **Junho de 2013, a inauguração de uma estética nova e indefinida**. Instituto Humanitas – IHU. São Leopoldo: ed. 524. 18 jun 2018. Disponível em: < <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7325-junho-de-2013-a-inauguracao-de-uma-estetica-nova-e-indefinida>:. Acesso em: 17 mar 2023.

_____. Entrevista. In: Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 16 de ago. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONÇALVES, Cristiane Costa & SANTINI, Daniel. (2023). Tarifa Zero, segregação e desigualdade social: um estudo de caso sobre a experiência de Mariana (MG). *Journal of Sustainable Urban Mobility*, 3(1), 111–121. Disponível em: <https://doi.org/10.53613/josum.2023.v3.009>. Acesso em 05 jul 2023.

GREGORI, Lucio; WHITAKER, Chico; VAROLI, José Jairo; ZILBOVICIUS, Mauro; GREGORI, Márcia Sandoval. **A cidade sem catracas: história e significados da tarifa zero**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GROPPO, Luís Antônio; SILVA, Gislene da; SOUZA, Emerson Costa Carvalho; SOARES, Vitória Neres. Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade. In: OLIVEIRA, Gustavo; DOWBOR, Mônica (org.). **Movimentos Sociais e autonomias: imaginação, experiências e teorias na América Latina**. Marília: Lutas Anticapital, 2023. p. 203-244.

HONNETH Axel. **Disrespect: the normative foundations of critical theory**. Cambridge: Polity Press, 2007;

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade: “In”: MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27 - 34.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KRUMEL, Ana Paula. EM TEMPOS DE CRISE DO SISTEMA-MUNDO: AS “OCUPAÇÕES” COMO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO CONTRA A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL. **XII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo**, 2018 p. 75.

LEGUME, Lucas. O Movimento Passe Livre acabou? **Passa Palavra**. 2015. Disponível em: < <http://passapalavra.info/2015/08/105592/>> Acesso em: 17 out. 2021.

LIMA, Márcia. **O uso da entrevista na pesquisa empírica**. In Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. Sesc-SP/Cebrap, 2016.

LOPES, Débora. Pra onde o MPL está indo? Vice. 2015. Disponível em: < <https://www.vice.com/pt/article/78z7ed/atos-periferia-campo-limpo-sao-miguel-pirituba-mpl-3-fevereiro-2015>>. Acesso em 17 out. 2021.

LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles. **Movimentos Anti-Sistêmicos na América Latina: Venezuela e sua “função piemontesa”**. *Boletín de Relaciones Internacionales*, n. 8, Abr./Mayo, Buenos Aires, 2005.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais: “In”: MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 147 - 158.

MORAES, Renato. Teoria do reconhecimento e movimentos sociais: o potencial de transformação de ações coletivas moralmente motivadas. **Interações**, v. 1, n. 1, 2006, p. 66-80, 11.

NOVACK, Karla. **Transporte Público como Direito Social: A demanda é suprida? A qualidade é melhorada? Movimento Passe Livre e sua repercussão**. São Paulo: 2018. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/transporte-publico-como-direito-social/590150132>> Acesso em: 25 jun. 2023.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; DOWBOR, Monika W. **As relações entre movimentos sociais e Estado pelo prisma da autonomia: uma revisão da bibliografia recente**. 2018. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt11-16/11202-as-relacoes-entre-movimentos-sociais-e-estado-pelo-prisma-da-autonomia-uma-revisao-da-bibliografia-recente/file> Acesso em: 10 out.2021.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; DOWBOR, Monika W. Dynamics of Autonomous Action in Social Movements: From Rejection to Construction. **Latin American Perspectives**, Issue 234, Vol. 47 No. 5, September, 2020.

ORTELLADO, Pablo. Pablo Ortellado: experiência do MPL é “aprendizado para o movimento autônomo não só do Brasil como no mundo”. [10 de setembro de 2013]. São Paulo: **Coletivo Dar e Desinformêmonos**. Entrevista concedida a Coletivo DAR e o Desinformêmonos.

PAIVA, Angela Randolpho. Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e dos movimentos sociais no Brasil – o caso do movimento negro. **Política & Sociedade**, 2018, 17(40), 258-285.

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real: “In”: MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 106 – 114.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com Brasil e as possíveis rotas de fuga. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Celi Regina Jardim. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. *Sociedade e Estado* [online]. 2016, v. 31, n. spe [Acessado 23 Maio 2021], pp. 1071-1092. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0012>>. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0012>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMAR, Marcelo. **Fundador do MPL fala sobre o movimento, as jornadas de junho e o Tarifa Zero**. [27 de julho de 2013]. São Paulo: Brasil de Fato. Entrevista concedida a Coletivo Maria Tonha. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/13683>>. Acesso em 19 de jun. 2015.

REIS, Vivian. Bancada ativista da Alesp denuncia na OEA ação da PM e decreto de Dória que regulamenta protestos. **G1**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/23/bancada-ativista-na-alesp-denuncia-na-oea-acao-da-pm-e-decreto-de-doria-que-regulamenta-protestos.ghtml>>. Acesso em 17 out. 2021.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Movimientos Antissistémicos: Historia y Evolución Del Concepto. **Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo**, UNAM, marzo 2010.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações: “In”: MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9 - 20.

ROMÃO, W. de M. Relação entre Estado e movimentos sociais sob o lulismo. Em: TATAGIBA, L; TEIXEIRA, A.C.C (EDs). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Unesp, 2021, p.119-140.

SÁ, Mariana Oliveira de. Axel Honneth e a luta por reconhecimento: A fundamentação da resistência política com base na tríade do amor, direito e solidariedade. **Filosofia do Direito**. Florianópolis: 2014, 275-297.

SANTARÉM, Paíque Duques. Ensaio sobre o incontornável: do ciclo vicioso da tarifa ao ciclo virtuoso da Tarifa Zero. **Journal of Sustainable Urban Mobility**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 21–32, 2023. DOI: 10.53613/josum.2023.v3.003. Disponível em: <https://ipmmu.com.br/josum/article/view/29>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning 133 (2010).

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho: “In”: MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 124 – 138.

SOARES, Tiago Silva. **Movimento Passe Livre: das tarifas de ônibus ao direito à cidade**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, p.130, 2017.

SOBOTTKA, Emil. A. Desrespeito e luta por reconhecimento. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, 2016, 15(4), 686-702.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SINGER, A. “Brasil, junho de 2013: Classes e Ideologias Cruzadas”, **Novos Estudos**, n. 97, nov. 2013, p. 23 a 40.

TRÓI, Marcelo de. A Tarifa Zero é uma proposta concreta: entrevista com Lúcio Gregori. **Journal of Sustainable Urban Mobility**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 139–146, 2023. DOI: 10.53613/josum.2023.v3.011. Disponível em: <https://ipmmu.com.br/josum/article/view/30>. Acesso em: 5 jul. 2023.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas: “In”: MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 62 - 72.

VENTURA, Tereza. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2011, v. 19, n. 40 [Acessado 23 Maio 2021], pp. 159-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300012>>. Epub 19 Mar 2012. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300012>.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. “New revolts against the system, in: **New Left Review**, n. 18, Nov/Dec. 2002, p. 29-39.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. California: University of California Press, 2011 (1974).

WALLERSTEIN, Immanuel. Vinte anos para mudar o mundo. **Outras Palavras**. 17/08/2011. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/08/17/vinte-anos-para-mudar-o-mundo>. Acesso em: 20/06/2023.

_____. "Antisystemic Movements: Yesterday and Today", in: **American Sociological Association**, 2014, vol. 20, n.2, p. 158-172.

_____, I. **El Moderno Sistema Mundial**. 4. ed. México: Siglo XXI, 1988. v.1.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis: Vozes, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis. An Introduction*. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

ANEXO I**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do estudo: A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL) NOS EVENTOS DE JUNHO DE 2013: Uma Análise Antissistêmica

Pesquisador responsável: Fernando Lacerda Rocha

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS

Telefone e endereço postal completo: Av. Unisinos, 950. Bairro Cristo Rei São Leopoldo/RS CEP: 93.022-750; (51) 3591-1122.

Local da coleta de dados: São Paulo

Eu Fernando Lacerda Rocha, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, responsável pela pesquisa de dissertação de mestrado “A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL) NOS EVENTOS DE JUNHO DE 2013: Uma Análise Antissistêmica”, orientado pelo Professor Doutor Carlos Eduardo Santos Pinho, convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar a atuação do Movimento Passe Livre, diante da sua trajetória, como antissistêmica. Acreditamos que ela seja importante porque a atuação autônoma do movimento que defende o passe livre para todos implica o reconhecimento de direitos pelo Estado e analisar a luta do movimento em defesa do transporte público em contexto de capitalismo. Para sua realização será feito o seguinte: será aplicada uma entrevista aos dirigentes e participantes do MPL sobre os aspectos de atuação do Movimento Passe Livre desde a sua criação, difusão, visibilidade nos atos de junho de 2013 e pós-junho de 2013, também será importante o posicionamento perante o objetivo primordial do movimento que é a luta pelo passe livre como forma de acesso às cidades. Sua participação constará de uma entrevista através de videoconferência previamente marcada.

Conforme informado, será aplicada entrevista por meio dos meios telemáticos,

sendo os riscos mínimos, tais como desconforto nas respostas, objeção na resposta. Ademais, serão tomadas medidas para prevenir ou minimizar tais riscos. Os benefícios que esperamos como estudo são a compreensão da atuação do Movimento Passe Livre como antissistêmico, imperando a defesa do transporte gratuito, permitindo a consecução ao direito ao transporte, ajudando também na compreensão do atual estágio do capitalismo no Brasil.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com o pesquisador, através do e-mail "fernando.lacerda@hotmail.com", telefone (38) 99959-3536 ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Eventuais gastos para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelo pesquisador.

Autorização

Eu, XXX, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

ANEXO II

como estudo são a compreensão da atuação do Movimento Passe Livre como antissistêmico, imperando a defesa do transporte gratuito, permitindo a consecução ao direito ao transporte, ajudando também na compreensão do atual estágio do capitalismo no Brasil.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com o pesquisador, através do e-mail "fernando.lacerda@hotmail.com", telefone (38) 99959-3536 ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

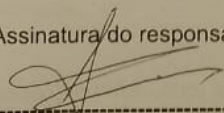
Eventuais gastos para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelo pesquisador.

Autorização

Eu, Lucas Conejero, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expressei minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE



Lucas Conejero
São Paulo, 16 de junho de 2023